 **Universidade de Brasília - UnB**
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

Gabriela Goulart Mora

O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística como estratégia de agendamento da
violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa brasileira

Brasília
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

Gabriela Goulart Mora

O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística como estratégia de agendamento da
violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília
(UnB), como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação.

Orientador: Professor Doutor Luiz Martins da Silva

Brasília-DF

2008

Mora, Gabriela Goulart

O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística como estratégia de agendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa brasileira / Gabriela Goulart Mora. – Brasília: UnB / Faculdade de Comunicação, 2008

11, 170 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Luiz Martins da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2008

Referências bibliográficas: f. 125-126

1. Jornalismo. 2. Agendamento – Terceiro Setor. I. Silva, Luiz Martins. II. Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Cidadania em Pauta.

Gabriela Goulart Mora

O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística como estratégia de agendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa brasileira.

Dissertação apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), sob a área de concentração *Comunicação e Sociedade* e linha de pesquisa *Jornalismo e Sociedade*, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovado em 29 de abril de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva

Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB
Professor Orientador

Prof. Dr. David Renault

Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB
Componente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás – IGPA/UCG
Componente da Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/UnB
Componente da Banca Examinadora/Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a meninas e meninos brasileiros que buscam superar a violência e seguir em frente; a profissionais de organizações governamentais e não-governamentais, com força para driblar limitações políticas e orçamentárias e cuidar do Brasil; a jornalistas que compreendem a força transformadora das palavras.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Luiz Martins da Silva, pela atenção e genialidade;

Aos professores componentes da banca e à Universidade de Brasília, por contribuírem para que o Brasil compreenda o Brasil por meio do ensino público gratuito;

A Veet Vivarta, Carlos Ely e Rilton Pimentel, por manterem abertas as portas da ANDI;

A Geraldinho Vieira, pela velocidade das boas idéias;

A Carolina Padilha, Érika Klingl, Demitri Túlio, Alan Rodrigues, Alinne Passos e Mauri König, pela reflexão sobre seu trabalho e pelo tempo concedido às entrevistas;

A Carina Paccola, por acompanhar o trabalho do início ao fim de tão longe e tão perto;

A Robson Dias e Daniel Oliveira, pela cumplicidade acadêmica e intercâmbio de idéias, fontes e textos;

A Luiz Marcelo Vídero Vieira Santos, pela leveza e companheirismo;

A Alisson Reis Nascimento, por promover os direitos humanos no cotidiano e por seu espírito de colaboração;

A Nena Lentini, pela capacidade de diálogo, confiança e parceria profissional;

A Rachel Mello, que se dispôs a observar com cuidado as pedras no meio do caminho;

A Severino Francisco, por mostrar conexões entre a juventude, a arte e o jornalismo;

A Ariel Mora e Maria de Lourdes Goulart, pela ética e senso de justiça.

Um jornal serve para reagir, para admitir e apontar erros, para estabelecer as linhas de diálogo com as representações organizadas de uma cidade. Serve também para o indivíduo que não adquiriu voz partidária, sindical ou até mesmo de classe tal a sua exclusão no convívio social. Um jornal serve para emocionar, dar prazer, informar por inúmeros suportes do fato além do texto, deleitar, entreter, indignar, comover e demonstrar que vive intensamente o seu tempo e a sua região. Um jornal não é só um amontoado de linhas, textos, fotos e traços (...) O jornal serve para servir!

(TT Catalão)¹

¹ Trecho do texto-editorial de TT Catalão publicado na capa do Correio Braziliense em setembro de 1996, como resposta ao então governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, que, em palanque, ameaçou fechar o jornal. O texto foi reproduzido em um pôster de 3 metros, posicionado na entrada da redação para inspirar os jornalistas. Em 2003, TT foi demitido do jornal pela quarta vez e sua coluna interativa “Desabafo”, que chegou a receber 300 emails por dia, foi exterminada.

*Ainda é cedo, amor
mal começaste a conhecer a vida
já anuncias a hora de partida
sem saber mesmo o rumo que irás tomar.*

*O MUNDO É UM MOINHO
(Cartola)*

RESUMO

Com o intuito de compreender modelos e procedimentos utilizados para promover o agendamento de temas sociais na mídia, em particular o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, este trabalho de pesquisa consiste em um estudo de caso do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística. O concurso inverte a lógica do reconhecimento por produto, característica dos prêmios de jornalismo, e passa a investir no processo, por meio do apoio técnico e financeiro aos vencedores, para que desenvolvam a investigação proposta, com o compromisso de que as matérias decorrentes dessas pautas sejam publicadas/veiculadas. O estudo de caso do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística procura compreender uma prática jornalística que propõe uma relação inovadora com os movimentos sociais, agregando elementos para os estudos referentes a uma Teoria da Notícia, por meio de uma ampliação dos interlocutores capazes de influenciar na produção da notícia. O objeto de estudo ilumina os desafios e possibilidades de hibridização entre tendências antitéticas: agenda-setting e social-setting; valores-notícia e valores-serviço; jornalismo investigativo e jornalismo institucional.

Palavras-chave: jornalismo, agendamento, terceiro setor

ABSTRACT

This research utilizes a case study of the “Tim Lopes” Journalistic Investigation Award to understand modules and procedures used to promote the inclusion of social issues in the media, specifically, sexual violence against children and adolescents in Brazil . This initiative inverts the logic used by most journalism awards by not awarding a finished and/or published product, but by investing in the process, by offering technical and financial support to the winners, so they can develop the proposed investigation, with the commitment that the articles/stories will be published/aired in the future. The case study of the “Tim Lopes” Journalistic Investigation Award seeks to support a journalistic practice that proposes an innovative relationship with the civil society and the media by bringing in progressive elements to News Studies and by increasing the number of people who can influence the newsmaking. The object of this study explores the challenges and possibilities of hybridizing antithetic trends, agenda-setting and social-setting, news-values and service-values as well as investigative journalism and institutional journalism.

Keywords: journalism, agenda-setting, third sector

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Registro dos tipos de violência recebidos pelo Disque100	p. 21
TABELA 2 – Denúncias ao Disque-100 em período de carnaval	p. 51
TABELA 3 – Matérias sobre violência sexual monitoradas pela ANDI	p. 52
TABELA 4 – Escala de Visibilidade	p. 94
TABELA 5 – Perfil das reportagens	p. 117
TABELA 6 – Serviços encontrados nas reportagens	p. 122
TABELA 7 – Fontes	p. 126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VIOLES/SER/UNB – Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

WCF – *World Childhood Foundation*

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução	16
1.1. Contextualização Acadêmica	18
1.2. Contextualização Teórica	19
1.2.1. Newsmaking:	19
1.2.2. Critérios de relevância e “noticiabilidade”:	22
1.2.3. Agendamento:	25
1.2.4. Jornalismo Público:	27
1.3. Hipóteses	28
1.3.1 Hipótese 1:	28
1.3.2 Hipótese 2:	29
1.3.3 Hipótese 3:	30
1.4. Material Analisado	30
1.5. Justificativa	31
1.5.1 Relevância do tema	31
1.5.2. Visibilidade e produção de sentido	33
1.5.3 Compreensão sobre atores sociais que influenciam a produção da notícia	34
1.5.4 Análise propositiva	34
1.6. Metodologia	34
1.6.1. Questões de estudo	35
1.6.2. Proposições de estudo	35
1.6.3 Unidade de Análise	35
1.6.4 Lógica de ligação dos dados às proposições e aos critérios para interpretação das descobertas	35
Capítulo 2 – Limites e possibilidades para um jornalismo humanizado	37
2.1. O mundo ideal e o mundo real	37
2.2. Jornalismo como um tecido permeável	40
2.3. Uma versão brasileira do Civic Journalism	41
2.4. De onde vem e para onde vai o Jornalismo Público	46
Capítulo 3 – Avanços e contradições do terceiro setor no Brasil	49
3.1. Origem do termo	49
3.2. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na agenda nacional	54
3.3. A comunicação e o enfrentamento à violência sexual	61
3.4. Comunicação e terceiro setor	65
Capítulo 4 – O Concurso Tim Lopes na Prática	68
4.1. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância	68
4.2. Instituto WCF	75
4.3. Criação do Concurso	76

4.4. Regras do Jogo	79
4.5. Projetos Premiados	81
Categoria Jornal	82
Categoria Revista	83
Categoria Rádio	83
Categoria TV	84
Categoria Mídia Alternativa	84
Categoria Temática Especial	84
4.6. Principais resultados do Concurso	85
4.6.1. Contrapartida voluntária dos veículos:	85
4.6.2. Contrapartida voluntária do repórter	86
4.6.3. Premiações paralelas	89
4.6.4. Bolsa para investigação	90
4.6.5. Estratégia de divulgação	91
4.6.6. Consultoria técnica	92
4.6.7. Capacitação dos jornalistas	93
4.6.8. Capacitação das fontes	94
4.7. Principais desafios identificados nas entrevistas	95
4.7.1. Assistência versus Intromissão	95
4.7.2. Sensacional versus sensacionalista	95
4.7.3. Conflitos éticos	97
Capítulo 5 – Imprensa e Sociedade Civil: um diálogo possível	100
5.1. Jogo da democracia	100
5.2. Valor-Serviço: um conceito em construção	111
5.3. Valor-Serviço x Valor-Notícia	113
Capítulo 6 – Análise do Material Empírico	115
6.1. Perfil das Matérias Vencedoras	115
6.2. Categorias de Análise	118
6.3. Diversidade de Fontes	124
Capítulo 7 – Considerações Finais e Possíveis Caminhos	128
7.1. Sistematização	128
7.2. Metodologia disseminada	130
7.3. Diálogo aberto	133
7.4. Verificação de Hipóteses	133
7.4.1. Hipótese 1:	133
7.4.2. Hipótese 2:	134
7.4.3. Hipótese 3:	134
7.5. Impacto na produção da notícia	136
7.6. Jornalismo do devir	138
Referências bibliográficas	139
APÊNDICE A – Fichas com análise das matérias	141

<i>ANEXO A Estudo comparativo sobre cobertura da violência sexual em 2000 e 2006</i>	<i>161</i>
<i>ANEXO B Regulamento da 4ª edição do Concurso Tim Lopes</i>	<i>176</i>
<i>ANEXO C Formulário de inscrição</i>	<i>182</i>
<i>ANEXO D – Modelo de Carta-Compromisso da 4a. edição do Concurso Tim Lopes</i>	<i>185</i>
<i>ANEXO E – Reportagens</i>	<i>186</i>

Capítulo 1 – Introdução

Com o intuito de compreender modelos e procedimentos utilizados para promover o agendamento de temas sociais na mídia, em particular o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, este trabalho de pesquisa consiste em um estudo de caso do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística², uma iniciativa da ANDI³ realizada desde 2002 com financiamento do Instituto WCF⁴ e apoio do Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, OIT – Organização Internacional do Trabalho, Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas e Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. O concurso oferece aos vencedores apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de projetos de investigação jornalística sobre abuso e exploração sexual com o compromisso de que as matérias decorrentes dessas pautas sejam publicadas/veiculadas. Nas três primeiras edições, os vencedores contaram com uma bolsa de R\$14.500 (para equipes de TV) e R\$9.500 (demais veículos). Em 2008, este valor será de R\$16.000 (TV) e R\$10.500 (demais veículos).

O Concurso Tim Lopes é aqui entendido como prática do que seria uma modalidade brasileira de *civic journalism*, traduzido como jornalismo cívico, jornalismo público, jornalismo comunitário, jornalismo cidadão ou ainda jornalismo institucional, cuja missão seria dar ênfase às soluções dos problemas, agregando à notícia um valor relacionado à cidadania, um serviço de orientação para o leitor. O jornalismo público teria como pressuposto uma “atuação cooperativa e consorciada entre as organizações sociais e os veículos de comunicação, respeitando-se a autonomia de cada um com relação aos seus critérios próprios de noticiabilidade” (SILVA, 2004, p. 13).

² O nome do concurso presta homenagem ao jornalista investigativo Tim Lopes, assassinado em 2002, aos 51 anos, enquanto realizava uma reportagem pela TV Globo sobre o consumo de drogas e sexo explícito com aliciamento de meninas nos bailes *funks* da favela Vila Cruzeiro, subúrbio do Rio de Janeiro.

³ A ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (www.andi.org.br), criada em 1992 pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein, é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos com sede em Brasília, cuja missão é contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública em torno de temas considerados decisivos para a promoção dos direitos da infância e da adolescência. Para isto, busca estimular o diálogo pró-ativo, profissional e ético entre os atores da sociedade civil organizada e a mídia.

⁴ O Instituto WCF-Brasil (www.wcf.org.br), fundado em 1999 em São Paulo, é associado à organização não-governamental *World Childhood Foundation*, que também possui escritórios na Alemanha, Suécia e Estados Unidos. A Fundação, criada pela Rainha Sílvia da Suécia, apóia projetos sociais com o objetivo de romper o ciclo de violência herdado por crianças e adolescentes. No Brasil, o Instituto WCF apóia a implementação de 60 projetos de enfrentamento à violência sexual em 16 Estados. Como curiosidade: Sílvia Renata de Toledo Sommerlath (Rainha Sílvia) nasceu na Alemanha, mas é filha de brasileira e viveu em São Paulo dos quatro aos 13 anos.

A dissertação está organizada em sete seções. O capítulo 1 – *Introdução* – traz de forma resumida os principais aspectos empíricos e teóricos referentes à pesquisa. O capítulo 2 – *Limites e Possibilidades para um Jornalismo Humanizado* – apresenta uma contextualização sobre a relação da imprensa na atualidade com temáticas ligadas à cidadania e direitos humanos, refletindo sobre as características de uma possível versão brasileira do *civic journalism*, surgido nos Estados Unidos na década de 90. O capítulo 3 – *Avanços e Contradições do Terceiro Setor no Brasil* – traz um breve histórico sobre a formação e atuação do terceiro setor no país e sugere uma área de interface entre a comunicação e a sociedade civil organizada, em particular no que diz respeito ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O capítulo 4 – *O Concurso Tim Lopes na Prática* – descreve o objeto de análise deste estudo sob a perspectiva dos organizadores, financiadores e jornalistas vencedores. O capítulo 5 – *Imprensa e Sociedade Civil: um diálogo possível* – analisa a interação entre os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil organizada à luz dos conceitos de *newsmaking*, agendamento e valores-notícia. O capítulo 6 – *Análise do Material Empírico* – apresenta o perfil das reportagens vencedoras do Concurso Tim Lopes, indicando possíveis categorias para um novo conceito de valor-serviço. Para concluir, o capítulo 7 – *Considerações Finais* – aponta possíveis caminhos na construção da notícia sobre temáticas sociais com base na análise empírica e nos desdobramentos do objeto de estudo desta pesquisa. Como parte do processo de disseminação da metodologia desenvolvida no âmbito do Concurso Tim Lopes, este trabalho também descreve o projeto *Bolsas Avina – Investigação Jornalística para o Desenvolvimento Sustentável*, iniciativa da Fundação Avina⁵, implementada desde 2006, inspirada na metodologia do Concurso Tim Lopes. Em sua primeira edição, o projeto da Fundação Avina ofereceu apoio técnico e financeiro (bolsa de 2.500 dólares para websites, cinco mil dólares para rádio, jornais e revistas e sete mil dólares para televisão) para 50 jornalistas desenvolverem reportagens sobre experiências relevantes para o desenvolvimento sustentável nos países da América Latina. O projeto das Bolsas Avina demonstra que o Concurso Tim Lopes desenvolveu uma metodologia de agendamento com foco na questão da violência sexual contra crianças e adolescentes que pode ser disseminada em outros países para o agendamento de outras temáticas sociais.

⁵ Criada em 1994 pelo empresário suíço Sephan Schmidheiny, a Fundação Avina é uma ONG com 21 escritórios na América Latina que procura contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, incentivando a construção de parcerias entre lideranças sociais e empresariais (Disponível em: <www.avina.net>. Acesso em: 12 dez. 2007).

1.1. *Contextualização Acadêmica*

A dissertação de mestrado aqui apresentada foi desenvolvida no âmbito do Programa da Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, sob a área de concentração *Comunicação e Sociedade*, que tem como objetivo investigar práticas, processos, produtos, instituições e tecnologias do campo da Comunicação e suas relações com as esferas políticas, econômicas e culturais das sociedades contemporâneas.

O projeto integra a linha de pesquisa *Jornalismo e Sociedade*, que estuda o Jornalismo enquanto campo teórico e prático e seus desdobramentos em torno de uma Teoria da Notícia. O objetivo dos estudos sobre gêneros e práticas jornalísticas desenvolvidos nessa linha de pesquisa buscam respostas conciliadoras para as tensões entre as utopias do jornalismo como função pública e social e a sua práxis real. Para tanto, é adotada uma abordagem que reconhece o jornalismo como categoria cognitiva de representação da realidade a partir da leitura crítica dos processos de produção da notícia e da análise da narrativa jornalística.

O estudo aqui apresentado fundamenta-se nas observações empíricas e conceitos que vêm sendo desenvolvidos pela investigação *Jornalismo Institucional: como o terceiro setor pauta a mídia*, inscrita junto ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, conduzida pelo Professor Doutor Luiz Martins da Silva, orientador deste trabalho de pesquisa.

Para compreender as relações entre jornalismo e sociedade, Silva (2007)⁶ propõe uma recontextualização dos conceitos de agendamento e advocacy, situando-os em um contrafluxo do agendamento tradicional (*agenda-setting*), configurando o que se denominou agendamento social (*social-setting*). O objeto deste estudo – Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística – é observado sob a hipótese apresentada por Luiz Martins da Silva (2004, p. 15), que defende que, em nome do interesse público, atores de duas tendências, aparentemente antitéticas – jornalismo institucional, que se pauta pelos valores-serviço (utilidade pública), e jornalismo investigativo, que se pauta por valores-notícia, passam a trabalhar em cooperação.

Silva (2004, p. 3) conclui

Para a sociedade, para o cidadão e para o simples consumidor de fatos, tanto têm importância as notícias que são fruto do jornalismo investigativo, quanto têm importância as notícias que são fruto do jornalismo institucional. De nossa parte

⁶ SILVA, Luiz Martins da. *Jornalismo institucional: como o terceiro setor pauta a mídia* - Relatório Final do Projeto de Produtividade em Pesquisa. Brasília: CNPq, 2007

queremos demonstrar que o melhor dos mundos é quando os próprios fatos orientam atores dos dois territórios a interromper os jogos competitivos e a trabalhar cooperativamente em nome de causas superiores, utopias e ideais.

O estudo aqui apresentado toma a hipótese de Silva como ponto de partida a fim de observar e sistematizar um procedimento prático de hibridização entre essas duas áreas da comunicação – jornalismo institucional e jornalismo investigativo. No Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, essa zona de interseção torna-se evidente, não apenas no nível do consumidor/cidadão, mas na etapa de produção da notícia. A ANDI, organização tradicionalmente produtora de um jornalismo do gênero institucional, que procura difundir projetos de busca de solução na área dos direitos da infância e adolescência, passa a fomentar o jornalismo investigativo, convocando repórteres sedentos pela oportunidade de transpor as barreiras econômicas e editoriais que limitam um trabalho de apuração mais aprofundado. Esse jornalismo investigativo, entretanto, recebe uma forte carga de valores-serviço, geralmente atribuídos ao jornalismo institucional. O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística é apresentado como uma forma de viabilizar essa fusão entre jornalismo investigativo e jornalismo institucional. Este estudo também procura contribuir para a identificação de algumas categorias dos valores-serviço, por meio da análise das matérias resultantes dos projetos vencedores do Concurso Tim Lopes.

1.2. Contextualização Teórica

Por meio do estudo de caso do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, este trabalho procura contribuir para a produção acadêmica no campo jornalístico, a partir de uma releitura de alguns conceitos clássicos, conforme descrito abaixo:

1.2.1. Newsmaking:

Os estudos sobre os emissores e sobre os processos de produção nas comunicações de massa tornaram-se uma corrente de pesquisa recentemente, mostrando uma possibilidade concreta de unir dois ramos de pesquisa – o sociológico e o da comunicação especificamente. O estudo dos emissores foi desenvolvido a partir de duas abordagens: a primeira ligada à sociologia das profissões (no caso, o jornalismo), a segunda, que orientou o desenvolvimento desta pesquisa, ligada à *lógica dos processos* com que é produzida a comunicação de massa e

o tipo de organização do trabalho em que se realiza a “construção” das mensagens (WOLF, 2003, p. 181).

Em contraposição à idéia do jornalismo como espelho da realidade⁷, as pesquisas de rotinas produtivas do jornalismo (*newsmaking*) mostram que a notícia é elaborada em um processo negociado, no qual os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade. As notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real. “Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 1999, p. 168).

A literatura do *newsmaking* compreende tanto a *teoria organizacional* como a *teoria construcionista*. Ambas defendem que as notícias resultam de processos de interação social e de uma série de negociações e chegam a conclusões semelhantes sobre o papel político das notícias. O que as distingue, entretanto, é que a *teoria construcionista* analisa o nível interno, ressaltando a importância da cultura profissional como fator determinante; enfatiza as práticas diárias e procedimentos rotineiros que fornecem um fluxo constante e seguro de notícias; e examina com mais detalhe as relações entre jornalistas e *fontes de informação*, considerando-as fundamentais no processo de produção. A conclusão geral das duas teorias é que as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiais dos acontecimentos controversos (TUCHMAN, 1991, apud TRAQUINA, 1999, p. 136).

O referencial teórico da pesquisa busca conexões entre fontes não-governamentais e os jornalistas, fundamentando-se no paradigma sociocêntrico de construção da notícia, descrito por Luiz Gonzaga Motta (em contraposição ao paradigma mediacêntrico), que reconhece a dinâmica social e política, dá conta da mídiatização e da adequação social, considerando o jornalismo permeável às contradições sociais e às pressões da sociedade civil, sujeito a inúmeras negociações (MOTTA, 2004, p. 2).

Em contraposição à abordagem psicologista e individual, a presente pesquisa adota uma abordagem processual dos estudos de *newsmaking*, que integra a metáfora do

⁷ A metáfora do jornalista como espelho da realidade, ainda comum no campo jornalístico, reforça a ideologia da objetividade, advinda do Novo Jornalismo, em meados do século XIX, cuja idéia-chave é a separação entre *fatos* e *opiniões*. Nesta época, o positivismo domina a ciência, filosofia, sociologia e outras disciplinas. A ideologia da objetividade ganhou força também no século XX, com o surgimento do conceito de objetividade nos anos 20 e 30 nos Estados Unidos (TRAQUINA, 1999, p. 168). A teoria do espelho estipula que as notícias apenas refletem o mundo exterior porque os jornalistas seriam observadores neutros que limitariam-se a recolher a informação e a relatar os fatos, reproduzindo o acontecimento na notícia. Essa teoria tem sido questionada repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo, a partir do paradigma do *gatekeeping*, que mostra o processo de seleção das notícias (TRAQUINA, 1999, p. 134).

*gatekeeper*⁸ (selecionador), mas não deixa de relacionar a realidade social com os constrangimentos das redações na organização jornalística. “As decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção de notícias (newsmaking) só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para a qual ele ou ela trabalha” (TRAQUINA, 1999, p. 169).

O problema da seleção do *gatekeeper* foi ampliado para o controle do processo informativo em sua totalidade, o que mostrou a importância do *modo* como é realizada essa filtragem. As pesquisas sobre esse tema demonstram que, na seleção, as referências implícitas no grupo de colegas e no sistema de fontes prevalecem sobre as implícitas no próprio público. O “contexto profissional-organizacional-burocrático circunstante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos *gatekeepers*” (WOLF, 2003, p. 188).

A influência dos constrangimentos organizacionais no jornalismo foi tema de estudos de White (1950), Snider (1973), Buckalew (1974), Carter (1958), Tuchman (1978), entre outros, mas é de Warren Breed (1955) o clássico estudo *Controle Social na Redação*, em que ele afirma que a política editorial da empresa é apreendida *por osmose*. Segundo Breed, idealmente, em uma democracia plena, não existiria problema de controle no jornal, a não ser os controles da natureza do acontecimento e da habilidade do repórter para descrevê-lo. Na prática, entretanto, o *publisher* (proprietário) estabelece a política informativa a ser seguida pela redação. Entretanto, a aceitação dessa política por parte dos jornalistas não é automática por três razões: a existência de normas de ética jornalística; o fato de os repórteres e demais subordinados tenderem a atitudes mais abertas às questões de moral e liberdade individual, em relação às questões econômicas, podendo invocar normas para justificar escritos contra a política estabelecida; e o tabu ético que impede o *publisher* de obrigar os subordinados a seguirem sua orientação (BREED, 1955, in TRAQUINA, 1999, p. 152).

⁸ Kurt Lewin (1947) usou o termo *gatekeeper* (selecionador) em um estudo sobre as dinâmicas interativas nos grupos sociais, em particular sobre os problemas ligados às mudanças de hábitos alimentares. Ao identificar os “canais” nos quais flui a seqüência de comportamentos relativos a certo campo, ele observa que algumas zonas podem funcionar como “cancela” ou “porteiro”. Isso não acontece apenas com os canais da alimentação, mas também com a seqüência de uma informação por meio dos canais de informação de um grupo. Dentro dos canais, algumas áreas funcionam como *gates* (portões). Essas “zonas-filtro” são controladas ou por sistemas objetivos de regras ou por *gatekeepers* (WOLF, 2003, p. 184). Compreender o funcionamento do *gate* seria equivalente a compreender os fatores que determinam as decisões dos *gatekeepers* (LEWIN, apud WHITE, in TRAQUINA, 1999, p. 142). White (1950) usou esse conceito para estudar o desenvolvimento do fluxo de notícias nos canais organizacionais dos aparatos de informação e definir os pontos que funcionam como “cancelas”, que determinam se a informação passa ou é rejeitada. Ele desenvolveu um estudo de caso para observar como age o “Mr. Gates”, um jornalista com 25 anos de experiência, que atua numa cidade de 100.000 habitantes em Midwest e tem como tarefa selecionar as notícias que chegam das agências que serão publicadas no jornal (WOLF, 2003, p. 184).

Para Breed (apud TRAQUINA, 1999, p. 169), o jornalista é socializado na política editorial da organização por meio de uma sucessão sutil de recompensa e punição. O jornalista conforma-se com a política da casa por seis razões principais: autoridade institucional e sanções; aspirações de ascensão profissional; sentimentos de obrigação e estima para com seus superiores; ausência de conflitos de lealdade; caráter agradável do trabalho; e por causa das próprias notícias como valor. Segundo Breed, a fonte de recompensas do jornalista não está entre os seus clientes (os leitores), mas entre os seus colegas e superiores. “Ele ganha, desse modo, não só recompensas ao nível do estatuto, mas também a aceitação num grupo solidário empenhado num trabalho interessante, variado e, por vezes, importante” (BREED, in TRAQUINA, 1999, p. 166).

A constatação de Breed marca a transição dos estudos dos gatekeepers ao *newsmaking*, indicando uma mudança no foco das pesquisas da manipulação explícita da informação para o problema da “distorção inconsciente” ou “distorção involuntária” (*unwitting bias*) produzida na cobertura informativa. Autonomia profissional e distorção na informação surgem, então, como dois lados da mesma moeda, como explica WOLF (2003, p. 189):

a perspectiva é muito mais radical do que a que, ao conduzir toda carência e manipulação da cobertura informativa *exclusivamente* a pressões e influências explícitas externas, impede a apreensão do funcionamento da “distorção inconsciente”, ligada às práticas profissionais, às rotinas de produção normais, aos valores compartilhados e interiorizados sobre as modalidades de desempenhar o ofício de informar.

1.2.2. Critérios de relevância e “noticiabilidade”:

As notícias são resultado de um processo de produção que inclui a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em um produto (as notícias). Este recurso inicial passará por um processo de seleção e escolha “do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia”, ou seja, do que é considerado noticiável (*newsworthy*) (TRAQUINA, 1999, p. 169).

No que diz respeito às características do fato em si que pesam no processo de decisão sobre o que é noticiável, foram definidos critérios de relevância conhecidos por valores-notícia (*news values*). A primeira reflexão teórica sobre a questão dos valores-notícia foi feita por Galtung e Ruge em 1965, quando analisaram a estrutura do noticiário estrangeiro e listaram 12 fatores que trariam as condições para que os acontecimentos se tornem notícia: frequência, *threshold* (intensidade absoluta e aumento de intensidade), inequivocidade,

significância (proximidade cultural e relevância), consonância (predictabilidade e exigência), imprevisibilidade (impredictabilidade e escassez), continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas, referência a algo negativo (GALTUNG E RUGE, 1965, in TRAQUINA, 1999, p. 71).

O conceito de Acontecimento, proposto por Adriano Duarte Rodrigues (*in* TRAQUINA, 1999), como aquilo que irrompe na superfície lisa da história de forma imprevisível na rotina jornalística, indica que quanto menos previsível for um fato, mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico. A partir da valorização do improvável, do desvio, do insólito, define-se também o que seria normal, regular nos valores da sociedade. Seria reducionista, entretanto, considerar apenas os fatos em si, uma vez que o processo de seleção hierárquica continua no tratamento do material dentro das redações.

Nelson Traquina (1999) propõe um questionamento sobre os consensos acerca dos valores-notícia dentro da cultura profissional dos jornalistas, afirmando que o conceito de *newsworthiness* teria uma natureza esquiva. Para dar seguimento a esse questionamento, vale lançar mão do debate proposto por Gaye Tuchman (*in* TRAQUINA, 1999) sobre o *news judgement* (juízo sobre o que é noticiável). Para a autora, os próprios jornalistas mal conseguem definir a sua própria capacidade de identificar o que é ou não notícia que os diferencia das demais pessoas. Para Tuchman, o *news judgement* provém da experiência e do senso comum.

Na organização do trabalho, há restrições sobre as quais se constroem convenções profissionais, “que determinam a definição de notícia, legitimam o processo de produção (do uso das fontes à seleção dos eventos, às modalidades de confecção) e contribuem para prevenir as críticas do público” (GABARINO, 1982, p. 12, apud WOLF, 2003, p. 195).

A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista das estruturas do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia. Tudo o que não responde a esses requisitos é “selecionado”, uma vez que não se mostra adequado às rotinas de produção e aos cânones da cultura profissional: não conquistando o estatuto público de notícia, permanece simplesmente um evento que se perde na “matéria-prima” que o aparato informativo não consegue transformar e que, portanto, não deverá fazer parte dos conhecimentos de mundo, adquiridos pelo público por meio da comunicação de massa (WOLF, 2003, p. 196).

Wolf explica que a noticiabilidade está estreitamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção. A definição de noticiabilidade

vincula-se ao conceito de perspectiva da notícia (*newsperspective*), trazida por Altheide (1976):

As notícias são o que os jornalistas definem como tais. Essa tese raramente é explicitada, visto que parte do *modus operandi* dos jornalistas é que os eventos ocorrem 'fora', e os primeiros limitam-se, simplesmente, a relatá-los. Em contrapartida, sustentar que os jornalistas fazem ou selecionam arbitrariamente as notícias seria contrário à sua posição epistemológica, uma teoria implícita do conhecimento, construída com base em procedimentos práticos para resolver exigências organizacionais (ALTHEIDE, 1976, p. 113, apud WOLF, 2003, p. 196).

Em um estudo sobre os critérios de noticiabilidade, a professora da Universidade Federal de Santa Catarina Gislene Silva (2005) sistematizou os valores-notícia apresentados por diversos autores com base em três instâncias: 1) origem do fato (seleção primária dos fatos/valores-notícia); 2) tratamento dos fatos, centrados na seleção hierárquica dos fatos e na produção da notícia, desde condições organizacionais e materiais até cultura profissional; 3) visão dos fatos sobre fundamentos ético-epistemológicos. Ela parte do século XVII, quando Tobias Peurcer (1690) dizia que o que é comum e normal possui pouco valor informativo; e enumera os valores-notícias apresentados por Kaspar Stieler (1695) – novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo; Walter Lippman (1922) – clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal; Fraser Bond (1959) – fato referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência), incomum (raridade), referente ao governo (interesse nacional), que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico), que provoca indignação (injustiça), grandes perdas de vida ou bens (catástrofe), conseqüências universais (interesse universal), que provoca emoção (drama), de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas, grandes somas (grande quantia de dinheiro), descobertas/invenções e assassinato (crime/violência); Galtung e Ruge (1965) – freqüência, amplitude, clareza ou falta de ambigüidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo; Golding-Elliot (1979) – drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elite, famosos; Gans (1979) – importância, interesse, novidade, qualidade e equilíbrio; Carl Warren (1979) – atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e conseqüências; Alastair Hetherington (1985) – importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo; Pamela Shoemaker (1991) – oportunidade, proximidade, importância/impacto, conseqüência, interesse, conflito/polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade/raridade; Mauro Wolf (2003) – importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura; Mário Erbolato (1991) – proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito,

conseqüências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confiança; Manuel Carlos Chaparro (1994) – atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, conseqüências, curiosidade, dramaticidade, surpresa; Nilson Lage (2001) – proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.

Conforme atestou Hall et Al. (1973 in TRAQUINA, 1999, p. 225), os valores-notícia tendem a funcionar em conjunto, como uma estrutura e, embora não estejam escritos em parte alguma, formalmente transmitidos ou codificados, os valores-notícia parecem ser largamente partilhados entre os diferentes meios de comunicação e constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas.

Gislene Silva (2005) mostra como a discussão sobre os valores-notícia pode se tornar mais complexa a partir do argumento de Vicent Campbell (2004): os valores-notícia determinam a seleção dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, a seleção dos fatos noticiosos também determina os valores-notícia. Os valores-notícia seriam, portanto, causa e conseqüência da seleção. Ela também ressalta a inconsistência desses valores, considerados vulneráveis e mutantes, sem consensos até mesmo dentro de uma mesma empresa. Para a autora, reconhecer os valores-notícia como construção social e cultural é apenas um primeiro passo para pensar a noticiabilidade, cujo processo exige também reflexões sobre o tratamento dos fatos noticiosos e sobre a interpretação que a notícia faz desses acontecimentos.

Esta pesquisa procura contribuir para este debate, trazendo uma reflexão sobre as possíveis mudanças nestas categorias diante das transformações mais recentes do jornalismo que permitem cada vez mais a influência de atores sociais no processo de produção da notícia, conseqüentemente, na definição ou redefinição dos critérios de noticiabilidade. A intervenção dos movimentos sociais de Direitos Humanos na imprensa poderia, então, trazer contribuições para a existência de novos critérios de noticiabilidade mais ligados à cidadania.

1.2.3. Agendamento:

A Teoria do agenda-setting ou agendamento foi enunciada pela primeira vez em 1972 por Maxwell McCombs e Donald Shaw a partir de um estudo sobre a influência da mídia na decisão dos eleitores para presidente dos Estados Unidos, em 1968. Desde então, a teoria vem sendo revisitada pelos próprios autores e também por outros pesquisadores. Em uma segunda fase de sua pesquisa inicial, Shaw e McCombs buscaram repetir os resultados originais sobre

a hipótese básica de agendamento e investigar as condições contingentes que intensificam ou limitam o agendamento com ênfase no conceito de orientação (SWANSON, 1988, apud TRAQUINA, 2000). Em 1976, novamente durante as eleições, houve uma terceira fase das pesquisas relacionadas ao Agendamento para identificar as características do candidato noticiadas pelos media e apreendidas pelos eleitores e investigar a agenda das preocupações pessoais, na qual os aspectos da política costumavam constituir um item único e insignificante. Nos anos 80, iniciou-se a quarta fase das pesquisas de agendamento centrada nas fontes da agenda dos media. Enquanto as fases iniciais das pesquisas sobre o agendamento se concentravam na questão “Quem determina a agenda pública?”, a mais recente fase do trabalho procura responder “Quem determina a agenda dos media?”. Todd Gitlin (1980, apud TRAQUINA, 2000) trouxe à tona o conceito de enquadramento ao pesquisar como a TV americana CBS tratou como trivial um importante movimento estudantil nos anos 60. Seu principal argumento foi que os atributos de uma questão que enfatizada como prioridade na cobertura jornalística podem influenciar a orientação da opinião pública.

Considerando a vitalidade da pesquisa sobre o agendamento após mais de 30 anos da eleição presidencial de 1968, estudada por McCombs e Shaw, este estudo procura gerar questões a partir de uma possível ampliação da Teoria do Agendamento que permitiria pensar em um movimento no sentido contrário, ou seja, da sociedade para a mídia. A mídia tenderia, portanto, a excluir ou incluir em sua agenda o que a sociedade propõe como tema. Esse movimento de agendamento da sociedade para a mídia não seria excludente em relação ao movimento tradicional proposto pela Teoria do Agendamento; pelo contrário, seriam movimentos complementares.

Para trabalhar a hipótese de que o agendamento de contra-fluxo é possível, e de que esse contra-agendamento atua de forma complementar ao fluxo da mídia para a sociedade, vindo a ser denominado, portanto, de co-agendamento; operam-se três conceitos, como explica Silva (2007, p. 98): mediação, agendamento e *advocacy*.

A mediação pode ser entendida tanto como a busca dos meios para solucionar problemas públicos como a atuação da mídia como *agência de socialização* da sociedade moderna, o que contribui para a produção de sentido no nível da publicação de um assunto e no nível do debate que passa a estabelecer valores, atitudes e comportamentos, marcando a passagem da *esfera informacional* para a *esfera comunicacional*. Esse uso interativo e social da informação, capaz de alterar a realidade, requer *intersubjetividade*, ou seja, trocas, permutas de sentido entre as mídias e entre a mídia e seu público. É a intersubjetividade que

permite o “agendamento midiático dos problemas sociais e públicos” (*Op. cit.*). Mediação e agendamento acontecem por meio do terceiro elemento da “advocacia de causas sociais e/ou públicas” (advocacy), que resultam em dividendos coletivos, ao contrário do lobby, que resulta em dividendos privados (*Idem.*)

1.2.4. Jornalismo Público:

O conceito de Jornalismo Público, ou Jornalismo Cívico (*Civic Journalism*), surgiu nos Estados Unidos na década de 90, a partir da necessidade de mobilizar cidadãos estadunidenses para o voto (que é facultativo naquele país), conforme explica Luiz Martins Silva (2004, p. 8). No Brasil, ainda não há compreensão exata do que ele representa, mas há indicadores de *Civic Journalism* em algumas práticas da grande imprensa. “No Brasil, o Jornalismo Público está emergindo com características próprias e, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, não houve, aqui, intenções e ações visando especificamente fundar uma categoria jornalística” (*Op. cit.*, p. 9). O jornalismo público decorreria de um processo em que a sociedade civil toma para si a responsabilidade de divulgar fatos de interesse público e lutar para que ganhem espaço nos meios de comunicação de massa. A sociedade vem repensando o espaço público, assumindo parcela de subjetividade na elaboração e execução de políticas públicas. É também crescente uma atuação da sociedade civil na divulgação de fatos de interesse público.

No Brasil, são ainda incipientes os estudos relacionados ao conceito de Jornalismo Público. Este projeto procura contribuir para preencher uma lacuna acadêmica na pesquisa e preparação do profissional para um mercado jornalístico que conta com um processo de construção da notícia em que interlocutores da sociedade civil organizada cumprem um papel importante. No caso das reportagens produzidas no âmbito do Concurso Tim Lopes, verifica-se a prática de uma espécie de “jornalismo assistido”, em que o repórter conta com um serviço de apoio extra-redação que vai além de suas fontes para desenvolver sua investigação sobre temáticas sociais de interesse público. Este movimento de apoio ao jornalista não substitui o trabalho de pauta e apuração realizado pelo repórter, mas o complementa, o fortalece e acaba por estimular um envolvimento no enfrentamento ao tema, motivando uma dedicação extraordinária por parte do profissional de comunicação. Não se trata, portanto, do que Eric Neveu chamou de “jornalismo sentado”, em que o trabalho do repórter se limita ao tratamento de notícias de agências e *releases* distribuídos pelas assessorias de imprensa, uso do fax, do telefone e da internet, sem sair da redação (NEVEU apud ADGHIRNI, 2004, p. 3),

mas de um apoio ao jornalista que vai a campo e se depara com um tema complexo de dimensões culturais, econômicas e psicológicas como é a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Este estudo parte do pressuposto que a qualidade e profundidade da cobertura realizada pela imprensa sobre temáticas sociais complexas como é o caso da violência sexual contra crianças e adolescentes está diretamente relacionada à intervenção de atores sociais extrajornalísticos que se especializaram no estudo e/ou atendimento de pessoas envolvidas com o tema, tais como organismos internacionais, organizações não-governamentais, universidades que mantêm grupos de pesquisa específicos sobre o tema, além do próprio setor público, como é o caso do poder legislativo federal, que tem discutido a questão da exploração sexual no Congresso Nacional via Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), comissões e subcomissões parlamentares que tratam de temáticas sociais e de direitos humanos.

Essas organizações apontam uma tendência de valorização da comunicação e começam a se especializar em como lidar com a imprensa. Entre os resultados desse processo está a ampliação do leque de fontes creditadas a se pronunciar sobre o assunto e uma orientação que sugere novas abordagens para as matérias, respeitando os limites da autoria jornalística.

1.3. Hipóteses

Para os fins deste estudo, são adotadas três hipóteses principais:

1.3.1 Hipótese 1:

Os movimentos sociais exercem um papel fundamental no agendamento de temas ligados à cidadania na mídia.

Ao considerar a capacidade de a sociedade procurar espaços para seus temas na mídia, encarando-a como um espaço público de discussão e de produção de sentido, é preciso repensar o *agenda-setting*, como propõe Luiz Martins Silva (2007) mais de 30 anos depois da formulação do conceito, ao observar o que seria um fenômeno de *contra-agendamento* – ou *co-agendamento* – segundo o qual a sociedade civil organizada e mobilizada utiliza-se de estratégias de *advocacy* junto aos meios de comunicação, ou seja, realiza um trabalho para a

sensibilização sobre a importância de temas de interesse social a fim de obter: a publicação de notícias; a publicação de notícias acrescidas de informações de utilidade pública; e o estabelecimento de parcerias com a mídia por meio de outras ações. Silva distingue, entretanto, a advocacia de causas sociais, que resultaria em dividendos coletivos, do simples *lobby*, que resultaria em dividendos privados. E conclui que a sociedade civil encaminha seus temas para uma agenda plural, difusa e gratuita. A mídia seria então um campo intermediador de sentidos, de intersubjetividade que age não apenas segundo orientação heterônoma (da mídia para a sociedade), mas também da sociedade para a mídia. As duas orientações complementares criariam uma dinâmica processual e multilateral: da mídia para a sociedade, da mídia para o Estado, da mídia para o mercado, da mídia para a própria mídia. Ou da sociedade para a mídia e dela para os vários campos de audiência (SILVA, 2007, p. 100, *in* LAGO e BENETTI, 2007).

1.3.2 Hipótese 2:

As matérias produzidas sob influência dos movimentos sociais gerariam uma ampliação dos valores-notícia tradicionais, agregando a indicação de procedimentos, a que Luiz Martins Silva classifica como uma categoria de valor-serviço ou valor-cidadania.

Segundo Silva, o *advocacy* feito pelas organizações não-governamentais fundamenta-se em parcerias com as empresas de comunicação que não requerem necessariamente contrapartida em valores financeiros, mas ressonâncias com relação a três categorias intrinsecamente relacionadas ao trabalho nas redações: a) os valores-notícia, que correspondem ao plano do factual, são trabalhados pelas organizações para que elas consigam divulgar os acontecimentos midiáticos e fatos jornalísticos envolvendo seus campos de atuação; b) os valores-serviço, que indicam ações, procedimentos sobre como denunciar, ajudar, contribuir; e c) os valores-permuta, que dependem de um relacionamento mútuo entre fontes, que pode acontecer quando as organizações desempenham o papel de *think tankers* de um assunto, oferecendo consultorias sobre determinado tema; quando as redações ficam mais receptivas ao assunto advogado pelas organizações, flexibilizando a seleção dos fatos para além dos valores-notícia, ou ainda quando se estabelece uma parceria formal entre a organização e a redação por meio de convênios ou contratos (SILVA, 2007, p. 92, *in* LAGO e BENETTI).

1.3.3 Hipótese 3:

As notícias com esse valor-serviço agregado representariam um sobretrabalho, resultante de um esforço extra por parte do jornalista, para além do convencional trabalho de pauta-apuração-redação-edição. O jornalista dedicaria mais tempo do seu trabalho, para conseguir informações úteis não apenas para a reportagem, mas também para contribuir com o enfrentamento da violência sexual. Assim como a advocacia de temas sociais geram dividendos coletivos, não privados, haveria também uma apropriação pública desse excedente de trabalho (SILVA, 2007, informação verbal)⁹.

1.4. Material Analisado

Para compreender o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, objeto deste estudo, esta pesquisa trabalha com um corpus empírico composto dos seguintes elementos:

- Entrevistas em profundidade realizadas com quatro organizadores do Concurso Tim Lopes (três representantes da ANDI e um do Instituto WCF) e cinco jornalistas vencedores (um de cada região brasileira);
- Relatórios produzidos pela ANDI sobre os resultados obtidos pelo Concurso Tim Lopes direcionados para o financiador da iniciativa (Instituto WCF);
- Matérias resultantes dos 16 projetos de reportagens vencedores do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística.

Segundo informações disponíveis no site da ANDI¹⁰, o Concurso é uma iniciativa pioneira de incentivo à mídia para aprofundar a cobertura sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Ao contrário dos demais concursos jornalísticos, o projeto não premia reportagens prontas, mas propostas de pautas originais e inovadoras sobre o tema, com o compromisso de que as reportagens sejam realizadas e veiculadas/publicadas caso recebam o prêmio.

O Concurso Tim Lopes é realizado bianualmente desde 2002. Mesmo nos anos de “entressafra”, como é o caso de 2007, há tarefas a cumprir, tais como prover assistência aos vencedores que buscam auxílio para o desenvolvimento das pautas (indicando fontes e

⁹ Em orientação para esta dissertação, Silva L.M. sugeriu que o sobretrabalho dos jornalistas no processo de investigação do Concurso Tim Lopes seria apropriado coletivamente, não pela empresa de comunicação.

¹⁰ ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Disponível em: <www.andi.org.br>. Acesso em: 08 ago. 2007).

abordagens), divulgar a iniciativa nas redações e faculdades de comunicação, estimular inscrições para os anos seguintes e discutir o tema nas redações por meio de sugestões de pauta que acabam gerando matérias sobre a questão da violência sexual mesmo que não inscritas no concurso.

O momento parece oportuno para ligar a prática do Concurso Tim Lopes à pesquisa acadêmica se considerarmos que a própria ANDI está em fase de análise do projeto e planeja publicar um livro que sistematiza a experiência após três edições do concurso. Até o momento, foram premiados 16 projetos de reportagens publicadas/veiculadas em revistas, jornais e TVs de todas as regiões brasileiras. O objetivo da sistematização da experiência, com previsão de lançamento para junho de 2008, é revelar os bastidores do concurso e analisar as mudanças provocadas nos veículos por meio de entrevistas com jornalistas e editores. O livro também trará um ensaio sobre como o prêmio influencia a capacidade da imprensa em contribuir para o debate público sobre a temática da violência sexual, ressaltando o papel dos jornalistas como atores importantes no controle das políticas públicas.

1.5. Justificativa

A pesquisa fundamenta-se em quatro aspectos distintos: a relevância do tema como de interesse público; a importância da visibilidade e mediação para a produção de sentido sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na sociedade; a compreensão sobre atores sociais extrajornalísticos capazes de influenciar a produção da notícia e o caráter propositivo da pesquisa, que identifica metodologias bem-sucedidas de agendamento de um tema social na mídia e procura contribuir para a conceituação e categorização do que vem sendo denominado “valor-serviço”.

1.5.1 Relevância do tema

Entre as temáticas sociais de interesse público, destaca-se neste trabalho a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Não há estatísticas precisas sobre o assunto, mas alguns estudos dão idéia da dimensão do problema no Brasil, como a Matriz Intersetorial de enfrentamento da exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, desenvolvida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que mapeia os 930 municípios com maior incidência de exploração sexual comercial. O estudo contou com o assessoramento técnico do Violes/SER/UnB (Grupo de Pesquisa sobre Violência e

Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília) e apoio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

O número de denúncias efetuadas junto às instituições responsáveis, também contribuiu para dimensionar o fenômeno no Brasil, apesar do risco de subnotificação causado por questões culturais ou desconhecimento do serviço. O Disque Denúncia Nacional, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) recebeu e encaminhou de maio de 2003 a fevereiro de 2008 um total de 57.664 denúncias de todo o país, dos quais, 49.599 já foram categorizadas. É importante observar que em uma denúncia, pode ser registrado mais de um tipo de violência sofrida por uma ou mais vítimas. A tabela abaixo apresenta o total de registros por categoria e tipo de violência (dentro das categorias) entre as denúncias recebidas e classificadas pela SEDH (SEDH, 2008, p. 7)¹¹:

¹¹ Informação disponibilizada pela equipe do serviço de Disque Denúncia Nacional (Disque 100), coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República, em 07/04/2008.

TABELA 1 – Registro dos tipos de violência recebidos pelo Disque 100

BRASIL Registros dos tipos de violência nas denúncias categorizadas de 2003 a fevereiro de 2008		
Categorias	Tipos de violência	Total de registros dos tipos de violência
Exploração Sexual Comercial 11.025 registros	Exploração Sexual sem intermediários	3.731
	Exploração Sexual com intermediários	6.687
	Exploração por terceiros em situação de escravidão	89
	Prostituição	467
	Turismo sexual	51
Negligência 25.776 registros		25.776
Pornografia 536 registros	ao vivo	26
	Impresso	124
	Internet	229
	Vídeo	157
Tráfico de Pessoas 242 registros	Internacional	120
	Nacional	110
	Não Informado	12
Violência 53.013 registros	Com lesão corporal	15.694
	Com morte	219
	Violência física	21.775
	Violência psicológica	15.325
Abuso Sexual 14.279 registros	Abuso sexual	14.279
Total de Registros dos Tipos de Violência nas Categorias - Brasil		104.871

Relatório do Disque Denúncia Nacional (Disque 100). SEDH, fev. 2008

Na busca de soluções para esses delitos, a imprensa desempenha um papel de extrema relevância.

O trabalho da mídia pode ajudar no alerta à sociedade, na cobrança às autoridades, no esclarecimento da questão como fenômeno psicológico e social, na exposição das redes criminosas e clandestinas que atuam de forma cada vez mais sofisticada, na divulgação de projetos e serviços de atendimento a crianças, adolescentes, suas famílias e aos próprios agressores (ANDI, 2003, p. 12).

1.5.2. Visibilidade e produção de sentido

Considerando o contexto argumentativo da sociedade democrática em que vivemos, é preciso que um tema entre no espaço público de polemização para que haja produção de sentido sobre ele. Essa premissa nos leva a refletir sobre a real capacidade da imprensa em lidar com temas de interesse público e até que ponto a imprensa se furta a exercer sua função de dar visibilidade a temáticas sociais e assim contribuir para dar um lastro de sentido a essas questões. A presente pesquisa propõe uma ampliação do debate sobre a escala de visibilidade propiciada pela mídia, que inclui o processo de ocultamento (articulação para não sair como

notícia), omissão (embora saiba, o jornalista não divulga), e informação efetivamente disponibilizada (SILVA, 2004).

1.5.3 Compreensão sobre atores sociais que influenciam a produção da notícia

Reconhecendo o jornalismo como permeável às contradições sociais e às pressões da sociedade civil, sujeito a inúmeras negociações, a presente pesquisa procura compreender quem são esses atores e como se dão esses processos de negociação para produção da notícia quando a pauta em questão está ligada à cidadania e aos direitos humanos.

1.5.4 Análise propositiva

Tendo em vista que o estudo em questão analisa matérias publicadas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes consideradas exemplares, é possível identificar características comuns a esses textos, o que pode gerar uma série de sugestões para uma possível disseminação de alguns procedimentos que levam a uma cobertura qualificada do tema. Ademais, são identificadas estratégias eficazes de agendamento do tema em questão, a partir da análise de uma iniciativa da sociedade civil organizada, o que poderá ter um efeito multiplicador entre outras organizações que atuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

1.6. Metodologia

A partir de uma abordagem qualitativa, a presente pesquisa propôs um Estudo de Caso do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística. A bibliografia sobre a metodologia inclui várias definições para estudo de caso. A mais citada é a de Yin. (2001 apud DUARTE e BARROS (org.), 2006: p. 216), para quem “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Essa seria a estratégia adequada para responder perguntas do tipo “como” e “por que”, e para situações em que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Yin aponta como elementos indispensáveis do projeto de pesquisa nos estudos de caso as seguintes categorias:

1.6.1. Questões de estudo

Nesta pesquisa, as principais questões seriam como e por que os movimentos sociais que atuam no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes agendam o tema na mídia?

1.6.2. Proposições de estudo

Estão relacionadas ao que será analisado dentro do escopo do estudo e podem ajudar a definir onde procurar evidências relevantes. Neste projeto, uma das proposições seria: os movimentos sociais procuram influenciar no agendamento do tema violência sexual na mídia porque ainda haveria uma lacuna, um silenciamento na cobertura desse tema. A partir de tal proposição, seguiria uma questão teórica: a de que esse agendamento acontece por meio da colaboração entre movimentos sociais e mídia, como uma tendência que vale para diversos temas ligados à cidadania. Para procurar evidências, é preciso verificar as técnicas de agendamento aplicadas aos veículos vencedores do Concurso Tim Lopes.

1.6.3 Unidade de Análise

Implica a definição do que é um “caso”. Nesta pesquisa, adotaria um estudo de caso único com unidades múltiplas de análise, focado em uma experiência específica: o Concurso Tim Lopes implementado de 2002 a 2008.

1.6.4 Lógica de ligação dos dados às proposições e aos critérios para interpretação das descobertas

Representam as etapas de análise de dados na pesquisa do estudo de caso. As análises de dados desta pesquisa são realizadas em quatro etapas principais:

- Análise do conjunto de matérias jornalísticas decorrentes dos 16 projetos de investigação premiados. As matérias são o corpo da amostra da pesquisa. A análise por sua vez irá orientar a elaboração de categorias de classificação e estudos de caso derivados;
- Análise dos relatórios produzidos pela ANDI para o financiador da iniciativa;

- Entrevistas em profundidade (semi-abertas) realizadas com uma amostra de cinco repórteres e editores responsáveis pelas matérias organizadas (um em cada região do Brasil);
- Entrevistas em profundidade (semi-abertas) realizadas com quatro representantes das instituições organizadoras do concurso – ANDI e Instituto WCF.

O Estudo de Caso aqui proposto está sendo desenvolvido em três fases principais, conforme sugerem Nisbet e Watt (apud LÜDKE; ANDRÉ, 1978 apud DUARTE, 2006):

1. A primeira, aberta ou exploratória, quando são especificadas as questões ou pontos críticos, funciona para estabelecer contatos iniciais para o trabalho de campo e localizar informantes e as fontes de dados para o estudo. Esta fase foi iniciada em janeiro de 2007, quando foi possível identificar a lista de contatos dos jornalistas vencedores do Concurso Tim Lopes, e ter acesso a todas as reportagens vencedoras e aos relatórios produzidos para o Instituto WCF-Brasil, financiador do projeto.
2. A coleta sistemática de dados. Nesta pesquisa, essa fase foi iniciada em março de 2007 e se estendeu até fevereiro de 2008, período em que foram finalizadas as entrevistas que complementam o material de análise.
3. Análise e interpretação sistemática dos dados e finalização da dissertação. A análise dos dados foi realizada de setembro a fevereiro de 2008. A dissertação foi finalizada em março de 2008.

Capítulo 2 – Limites e possibilidades para um jornalismo humanizado

2.1. O mundo ideal e o mundo real

Com o intuito de evitar generalizações sobre a prática jornalística, é importante contextualizar as rotinas das redações na atualidade, marcadas por constrangimentos organizacionais, que acabam por limitar o tempo e os recursos para investigação e reflexão sobre o tema em pauta. A noção de urgência é o grande fetiche¹² da vida (pós) moderna, especialmente em tempos globalizados, alerta Sylvia Moretzsohn (2002, p. 148). O regime de pressa como rotina de trabalho naturalizou a afirmação de que o jornalista não tem tempo para pensar e produz notícia como mercadoria, com todos os seus apelos estéticos, emocionais, sensacionais. Esse “não pensar” revela uma forma muito particular de pensar por estereótipos, gerando um risco de reproduzir valores hegemônicos, que põem em xeque o próprio sentido de mediação e o sentido de serviço público do jornalismo. Recuperar esse sentido requer, entre outros passos, adotar um discurso menos conclusivo de forma a permitir múltiplas interpretações, algo que está na origem de toda possibilidade de transformação social.

Nesse sentido transformador, Moretzsohn apresenta o conceito de notícia como *clinamen*¹³, ou seja, algo que rompe com a fatalidade, não aceita a realidade como inexorável, lidando com o senso comum para alterá-lo (2002, p. 163-182). Haverá mercado para um jornalismo como esse em um contexto marcado por fatores como a corrida do mercado, a pressa, a falta de recursos e a competição? “Vivemos ao mesmo tempo em dois mundos: o dos conceitos do ‘nós em tese’, e o mundo real, do ‘nós na prática’”, resumiu o jornalista Antônio Brasil, ao comentar os debates realizados no seminário internacional sobre jornalismo investigativo *Ética, Técnicas e Perigos*, organizado pelo Centro Knight para o Jornalismo das Américas, em 2002, no Rio de Janeiro¹⁴. Durante o evento, os jornalistas analisaram o caso da morte do jornalista Tim Lopes, assassinado em 2002 ao investigar o

¹² Sylvia Moretzsohn pretende mostrar que a velocidade da informação seria um fetiche no sentido marxista do termo, segundo o qual o produto do trabalho, tão logo assume a forma de mercadoria, passa a ter vida própria, a valer por si, escondendo a relação social que lhe deu origem (MORETZSOHN, 2002, p. 119)

¹³ Clinamen é o desvio que Epicuro identificou na rota previsível e mecânica dos átomos, que rompe com a fatalidade. Para a natureza, isso representa a possibilidade de criação do mundo, e, para os homens, a possibilidade de liberdade. Boaventura Sousa Santos utiliza o conceito de forma semelhante: a “ação-com-clinamen” designa a rebeldia da ação contrária ao conformismo (MORETZSOHN, 2002, p. 180-181).

¹⁴ Em artigo publicado no site Observatório da Imprensa:
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd040920021.htm> (acessado em 31/10/07).

aliciamento de adolescentes no mercado das drogas e do sexo nos bailes *funk* do subúrbio do Rio de Janeiro, e discutiram os rumos do jornalismo investigativo no país¹⁵.

É justamente entre as possibilidades e contradições da relação entre imprensa e cidadania que se situa o objeto de análise desta pesquisa – o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, uma iniciativa da ANDI que busca agendar o tema da violência sexual de forma qualificada na imprensa brasileira. Outros modelos de agendamento de temas ligados à cidadania já foram estudados por Renata Crispim (2003), que observou a eficácia do uso de *factóides* (manifestações, ações dramáticas, performances e encenações espetaculares) pelo *Greenpeace* para conseguir visibilidade para as questões ambientais; por Neves Lima (2003), que estudou o trabalho da ANDI e constatou um aumento de 900% de 1996 a 2002 na cobertura jornalística sobre os direitos da infância e adolescência (MOTTA, 2004, p. 11), e por Willian Silva Bonfim, que observou o papel das fontes na construção da notícia, a partir de um estudo de caso de um projeto de agendamento do tema do trabalho infantil doméstico desenvolvido pela ANDI em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT em 2003 (2005).

Para compreender as estratégias adotadas pelo Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística para sensibilização da mídia, é importante contextualizar esse cenário de forças políticas e econômicas que regem a relação dos sujeitos individuais e coletivos com a imprensa, ora como consumidores, ora como cidadãos no exercício de seus direitos e deveres (SILVA, 2002, *in* MOTTA, (org), 2002, p. 47). Na relação imprensa-cidadania, sete aspectos ressaltados por Luiz Martins da Silva que contribuem para a compreensão dos limites e possibilidades da cobertura de temáticas sociais pela imprensa:

1. A imprensa pode atuar como fiscal por delegação da sociedade e ser entendida como o “quarto poder”, auxiliar do cidadão, que dá visibilidade aos outros três poderes, prestando contas à sociedade. Nesse caso, há o risco de o poder fiscalizador descolar-se da cidadania, deixando-se comandar pelos interesses e pressões dos outros três poderes.

2. A imprensa pode agir como mediadora da cidadania, mas é importante considerar que a produção de notícias requer um processo seletivo que determina quais serão os fatos

¹⁵ Durante o seminário *Ética, Técnicas e Perigos*, organizado pelo Centro *Knight* de Jornalismo nas Américas, da Universidade do Texas, dirigido pelo jornalista brasileiro Rosental Calmon Alves, foi iniciada a articulação que levou à criação da Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, organização sem fins lucrativos mantida pelos próprios jornalistas, que visa o aperfeiçoamento profissional dos jornalistas investigativos (Disponível em: <www.abraji.org.br>. Acesso em: 31 out. 2007).

jornalísticos em meio aos fatos sociais, seguindo critérios de noticiabilidade, audiência e espetacularização.

3. O social também pode ser compreendido como mercado pela imprensa, que costuma exercer sua função social de três formas: por meio do investimento financeiro da empresa jornalística a iniciativas filantrópicas, do suporte publicitário gratuito a campanhas públicas, ou da cobertura jornalística de questões sociais, o que vem sendo denominado como *Civic Journalism* ou Jornalismo Público. É como um exemplo dessa última modalidade que entendemos o objeto desta pesquisa.

4. O processo de dar noticiabilidade ao social ainda está em construção e depende tanto da sociedade como da imprensa. Nem todo fato de interesse público tem apelo de audiência e a tendência do jornalismo é enxergar a audiência como fenômeno de massa, não como um público esclarecido e participativo que busca informação para sua atuação social e política.

5. A área social não conta com jornalistas especializados como a economia e a política, por exemplo. Contudo, a partir dos anos 90, com o surgimento de organizações do terceiro setor como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), foi desenvolvida uma espécie de jornalismo setorizado na área social fora da grande imprensa, que acaba por fomentar um potencial mercado consumidor para o Jornalismo Público.

6. As instituições que atuam em defesa do cidadão encontram-se dispersas na sociedade civil organizada. Elas assumem uma nova subjetividade chamada por Boaventura Sousa Santos de Novos Movimentos Sociais. As mudanças nas relações entre capital e trabalho e entre Estado e sociedade geraram uma mudança na postura das militâncias, que se organizam em parcerias muito mais do partem para o confronto. Nesse contexto, as próprias empresas jornalísticas podem abrir espaço para dar visibilidade a campanhas e projetos sociais desenvolvidos por esses novos atores.

7. As iniciativas das empresas jornalísticas de aproximação com seu público costumam estar ligadas ao *marketing*, mas o público dessas empresas acumula a categoria de consumidor e de cidadão. Para assegurar os direitos do cidadão diante da imprensa, surgem alternativas institucionais de fiscalização ainda incipientes como conselhos e observatórios, abrindo um potencial a ser explorado na relação imprensa e cidadania no Brasil.

2.2. Jornalismo como um tecido permeável

Nesse cenário que traz possibilidades e limitações para uma aproximação da imprensa com a cidadania, o jornalismo configura-se como uma potência, mas permeável às pressões dos grupos organizados da sociedade civil. Essa é a perspectiva da tendência contra-hegemônica da pesquisa em jornalismo, conhecida como tendência sociocêntrica, conforme explica Luiz Gonzaga Motta (2004, p. 1-7): o paradigma sociocêntrico “reconhece que a dinâmica social e política se alternam com a presença da mídia e das novas formas, recursos e linguagens do jornalismo”. Já o paradigma hegemônico, identificado como midiocêntrico, confere ao jornalismo certa autonomia como ator social ativo no jogo democrático e procura denunciar seu poder de configurar a cultura política da sociedade.

Esta pesquisa está claramente conduzida sob o paradigma sociocêntrico, que “dirige o foco para a sociedade civil, para as relações sociais”, e procura analisar as negociações, alianças, e concessões, identificando como cada grupo social utiliza estrategicamente a mídia. Estudos desenvolvidos sob esse paradigma “trazem para a disciplina do jornalismo questões significativas do exercício da cidadania e da democracia, da esfera pública, da política como luta pelo poder. No novo paradigma, o jornalismo é visto não como uma ‘indústria da consciência’ monolítica e avassaladora, mas como parte de um espaço em disputa em que, apesar de prevalecerem os interesses dos grupos hegemônicos, é um espaço de conquista e negociação contínua, que pode ceder às pressões temporárias ou duradouras, dependendo da conjuntura” (MOTTA, 2004, p. 7-8).

Esse campo de negociação se configura não apenas entre a empresa jornalística e outras organizações sociais, mas também no âmbito das redações. Para Márcia Lisboa (1994, apud MORETZSOHN, 2002, p. 207), o jornalista de hoje abandonou a aura militante e o ideal de mudar o mundo para se tornar um *profissional*, embora ainda mantenha a paixão pela profissão. De certa forma, isso teria descaracterizado o confronto entre jornalistas e patrões. Entretanto, seria muito redutor enxergar o jornalista como um profissional obediente a procedimentos predeterminados. O campo profissional deve ser visto como um campo de luta.

Para compreender os procedimentos adotados pelo Concurso Tim Lopes, é fundamental reconhecer a importância do jornalista nas negociações dentro das empresas de comunicação e o seu potencial transformador. É com o jornalista que a ANDI estabelece um contato periódico para sugerir pautas, abordagens e fontes e, a partir daí, divulgar a iniciativa do prêmio, incentivando as candidaturas. É o jornalista que se inscreve no prêmio e que

negocia sua saída a campo com seu editor e o compromisso de veiculação da matéria com o seu veículo.

2.3. Uma versão brasileira do Civic Journalism

Ao analisar a capacidade de inserção de um tema específico na mídia, no caso deste estudo a violência sexual contra crianças e adolescentes, entramos no debate sobre a disputa de ocupação do espaço público. A disputa na mídia se dá em torno do poder simbólico, que segundo Bourdieu (1989, p.14-15),

... pode constituir o dado pela enunciação, de fazer ver, de fazer crer de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, que só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos, em forma de uma “força ilocucional”, mas que se define numa relação determinada – e por meio – desta entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença (o capital simbólico objetivado). O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não da competência das palavras. (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Bourdieu propõe o conceito de Capital Simbólico, que seria o acúmulo de riquezas que se dá simbolicamente no campo das representações. Atualmente, é possível perceber um certo crescimento do capital simbólico associado à cidadania. Há uma série de iniciativas de responsabilidade social das empresas, premiações e incentivos que contribuem para ampliar a visibilidade de temas ligados à cidadania na mídia e na sociedade. Foi-se criando espaço público para essas questões.

O gênero jornalístico engajado em despertar o espírito cívico nos cidadãos ficou conhecido nos Estados Unidos como *Civic Journalism*. Segundo Traquina (2003) sua primeira experiência aconteceu em 1988, no jornal *Columbus Ledger Enquirer*, no estado da Geórgia, que assumiu um papel de ativista e encomendou uma sondagem para identificar os problemas que preocupavam a comunidade. Na pesquisa, 85 cidadãos responderam a um questionário escrito e os jornalistas fizeram entrevistas aprofundadas com moradores da região. Com base nos dados obtidos, o jornal elaborou um relatório denominado “Columbus para além de 2000”, publicado por etapas diariamente. Em seguida, foram organizados eventos com a participação de mais de 300 pessoas, que resultaram em grupos de trabalho específicos para enfrentar problemáticas, como por exemplo, cuidados com as crianças,

questões ligadas aos adolescentes ou ao racismo, entre outras. Como parte do projeto, o jornal também criou espaços para dar destaque às cartas dos leitores e artigos sobre problemas regionais.

Em 1990, o jornal *Wichita Eagle*, dirigido pelo jornalista Davis Merritt, lançou o *Voter Project*, com o intuito de motivar a população estadunidense para o voto, identificando as questões que preocupavam os cidadãos e apresentando a posição dos candidatos sobre cada questão. Dois anos mais tarde, o mesmo jornal lançou o *People Project: Solving It Ourselves* em consórcio com outras empresas jornalísticas da área. Com a ajuda de professores universitários, foram entrevistados 192 residentes. Durante nove semanas, os problemas da comunidade foram discutidos nos diversos órgãos de comunicação social que participavam do projeto. Também foram promovidos intercâmbios para que os cidadãos interessados pudessem estabelecer contatos com diversos grupos da comunidade. As histórias de pessoas que tinham conseguido fazer contribuições positivas para a solução dos problemas foram publicadas no jornal. (TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 10-11). A partir daí, o gênero ganhou força como movimento em diversos veículos, que recebiam apoio financeiro para escrever sobre temáticas que afligiam os leitores. Outros veículos, por outro lado, rejeitavam a prática, para evitar riscos à sua independência (SILVA, 2004, p. 8).

O Jornalismo Público que o diretor Merritt defende requer as seguintes mudanças por parte dos jornalistas: 1) ir além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção de “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores, mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos. Para o Jornalismo Público, torna-se imperativo que o jornalismo encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, desenvolvendo nos jornalistas uma nova perspectiva – a do “participante justo” (*fair-minded participants*) – com a utilização de um novo conjunto de instrumentos de trabalho. Para Merritt, essa perspectiva do “participante justo” não implica um envolvimento direto nos acontecimentos públicos, o que acaba gerando dúvidas sobre o papel de ativista do jornalista. Em seu livro-manifesto, Merritt também sublinha que grande parte das atuais práticas jornalísticas não precisa ser abandonada para que se exerça o jornalismo público. Para o autor, o papel de cão de guarda tem servido bem o jornalismo e a democracia.

Em sintonia com Merritt, o professor da Universidade de Nova Iorque Jay Rosen criou o projeto *Public Life and the Press* para defender o Jornalismo Público como uma disponibilidade para “quebrar velhas rotinas, um desejo de estar ligado de novo com os cidadãos e as suas preocupações, uma ênfase na discussão séria como atividade principal na política democrática, e um foco nos cidadãos como atores do drama público em vez de espectadores” (1994, p. 376, apud TRAQUINA, 2003, p. 13). Rosen argumenta que o clássico conceito de objetividade do jornalismo continua sendo importante, na medida em que representa uma verdade desinteressada, o desejo de separar o fazer jornalismo do fazer política. Entretanto, segundo esse autor, o Jornalismo Público substitui a objetividade por algo mais estimulante: a preocupação e o interesse pelas questões que são importantes para a comunidade (1993, p. 53, apud TRAQUINA, 2003, p. 15).

Chaia (2006) apresenta o conceito difundido pela organização *Pew Center for Civic Journalism*¹⁶, segundo o qual o jornalista teria que valorizar menos as más notícias e os escândalos e propor uma prática jornalística diferenciada que procure dar voz ao homem comum para que possa expressar suas reivindicações sobre questões do seu cotidiano. O *Pew Center* foi criado pelos descendentes do magnata do petróleo Joseph Pew, o que conseqüentemente gerou críticas de que o jornalismo cívico estaria mais para uma ferramenta de interesse de poucos do que um instrumento em benefício da coletividade (FERNANDES: 2002, p. 104). Essa observação nos indica mais uma vez que para explorar a possibilidade de ocupação de temáticas ligadas à cidadania é preciso lidar com tensões entre o social e o mercado. A disputa/negociação pela ocupação do espaço público implica a ação de atores diversos com interesses distintos, que passam a negociar, conceder e mudar a dinâmica social. Contudo, não adiantaria analisar a configuração do chamado *Civic Journalism* sob uma perspectiva maniqueísta.

Traquina (2003) pondera algumas críticas ao Jornalismo Cívico: as questões levantadas pelo movimento são demasiado sérias para merecerem uma condenação como um truque de marketing planejado para melhorar a imagem de uma instituição em descrédito. Entretanto, o conceito de “objetividade”, que o Jornalismo Cívico afirma estar desgastado, aponta para uma relação de distância com o poder político, fundamental para a democracia. Ademais, este “novo jornalismo” não é inteiramente novo, uma vez que o papel dos meios de

¹⁶ O Pew Center for Civic Journalism foi criado pela *Pew Charitable Trusts* com o intuito de estimular o envolvimento dos cidadãos em assuntos de ordem comunitária por meio do jornalismo (Disponível em: <www.pewcenter.org>. Acesso em: 13 abr. 2008).

comunicação na democracia foi debatido nos anos 20 e 30, e a responsabilidade social do jornalismo já havia se configurado como importante tema de discussão nos anos 40. É verdade, no entanto, que o movimento reafirma as responsabilidades sociais do jornalismo em uma era mercantilista onde o dinheiro influencia cada vez mais as decisões editoriais (McMANUS, 1994, apud TRAQUINA, 2003, p. 16). “Nesse sentido, o Jornalismo Cívico representa uma importante brecha na busca frenética das notícias, na postura cínica para com a vida política, na dependência excessiva das fontes oficiais, e na desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes activos na vida pública” (TRAQUINA, 2003, p. 16). Para o autor, o movimento provocou uma discussão dentro do jornalismo norte-americano sobre os valores fundamentais para a profissão e “lançou um alerta que preconiza uma quebra das rotinas gastas e asfíxiantes”. Mas o futuro do Jornalismo Cívico depende, na opinião de Traquina, de o movimento pressagiar uma renovação do jornalismo sem jogar no lixo o seu capital já acumulado (TRAQUINA, 2003, p.17).

Luiz Martins da Silva (2002) pesquisa a forma como o gênero vem sendo compreendido no Brasil, traduzindo-o como Jornalismo Público, embora também já tenha sido traduzido como “Jornalismo Cívico”, “Jornalismo Institucional” ou “Jornalismo Comunitário”. Essa confusão vocabular indica que ainda há uma lacuna em relação ao estudo e compreensão do gênero no Brasil. Fernandes (2002) sugere alguns termos para começar a detalhar a carga semiótica referente ao Jornalismo Público: cão-guia, em contraposição à imagem da imprensa como “cão de guarda”; “conselho de imprensa”; “problemas cívicos”; “poder moderador”, em contraposição à idéia de “quarto poder” (FERNANDES, 2002, p. 102-103). Como os estudos sobre Jornalismo Público ainda são muito incipientes no Brasil, os pesquisadores que iniciaram este trabalho fazem muita referência ao modelo americano de *Civic Journalism*. Temos que ter o cuidado de analisá-lo segundo o contexto cultural, local, geográfico de cada país. Esta pesquisa não propõe, portanto, uma transferência de um modelo de jornalismo dos Estados Unidos, mas busca essa referência para compreender práticas criativamente brasileiras, capazes de lidar com as contradições e possibilidades do país.

Mário Mesquita (2003, p. 26) ressalta o mérito do Jornalismo Cívico se inscrever numa perspectiva de alargamento da democracia em um sentido participativo, mesmo sem escamotear as motivações mercadológicas, nem esquecer que a definição do que é ou não notícia continua a ser quase monopólio dos jornalistas, embora balizados pelos interesses comerciais, pelas pressões políticas e pela inserção comunitária. As tendências predominantes na teoria social e no Jornalismo Cívico afastaram-se do modelo binário do mundo (estado e

mercado) para dar lugar a um triunvirato (estado, mercado e sociedade civil), o que é extremamente relevante, conforme destacou Schudson (1998, apud MESQUITA, 2003, p. 27).

O princípio do *Civic Journalism* é que a missão do jornalismo e dos jornalistas vai além das notícias, exigindo engajamento nas soluções dos problemas reportados. Trata-se de “um jornalismo que ajuda as pessoas a superarem sua sensação de impotência e alienação, desafiando-as a envolver-se e tomar para si a responsabilidade sobre problemas comunitários” (SCHAFFER, 2001, apud FERNANDES, 2002, p. 96). Incitar mudanças seria, portanto, a sina do Jornalismo Público. Fernandes compara os modelos de jornalismo cívico nos Estados Unidos e no Brasil, defendendo que a formulação de um modelo brasileiro poderá estimular a alteração de determinadas práticas públicas, como aconteceu nos Estados Unidos, por exemplo, quando o jornal *The Spokesman Review* procurou mapear quais seriam os momentos na vida dos jovens que contribuiriam para o seu futuro ou fracasso escolar e profissional. Mais do que cobrir um assunto, a reportagem trazia como proposta a descoberta de possíveis estratégias de intervenção para as agências de assistência social da comunidade. “Essa é uma definição muito diferente de notícia” (SCHAFFER, 2001, apud FERNANDES, 2002, p. 100).

Outro exemplo de mudança provocada pelo jornalismo público foi o uso de uma técnica narrativa diferenciada pelo jornal californiano *The Orange County Register* para contar a história das crianças de baixa renda que viviam em motéis residenciais em frente à Disneylândia. O uso das palavras das próprias crianças, em forma de diálogo, gerou uma reação surpreendente: 200 mil dólares em doações, 50 toneladas de alimentos, 8 mil brinquedos, milhares de horas de trabalho voluntário e um programa habitacional lançado pelo governo local. Devido à abordagem adotada pelos jornalistas, o governo não sentiu a necessidade de defender-se de acusações e disponibilizou um programa para solucionar a questão (SCHAFFER, 2001, apud FERNANDES, 2002, p. 101).

No Brasil, algumas iniciativas já foram identificadas como exemplos de Jornalismo Público, como as campanhas pela paz no trânsito do Correio Braziliense, as séries de matéria sobre direitos da infância do Jornal O Povo (CE) e o trabalho desenvolvido pela ANDI. Segundo Silva, “no Brasil, o Jornalismo Público está emergindo com características próprias” (SILVA, 2004, p. 9). Para compreender a adaptação deste conceito no país, Silva esclarece que, ao falar de Jornalismo Público, não estamos tratando do jornalismo a serviço do estado e do governo, comumente chamado de “setor público” até porque, cada vez mais, o “espaço

público” vai além da esfera estatal, incluindo atores ligados ao terceiro setor na discussão de políticas públicas.

Entre as características do jornalismo público, Silva (2004, p.10) destaca a intenção de se servir dos fatos sociais não apenas no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores-notícia tradicionais elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções de problemas, organizações especializadas nas questões em foco e indicações de serviços para a comunidade: endereços, telefones, e-mails, sites, etc. Emund B. Lambeth, citado por Teijeiro (apud SILVA, 2004, p. 10), enumera características fundamentais do Jornalismo Público:

1. Escuchar sistemáticamente las historias e ideas de los ciudadanos manteniendo, al mismo tiempo, la libertad para elegir a cuáles de esas historias prestar atención.
2. Examinar maneras alternativas de enmarcar las historias a partir de los temas que resultan importantes para la comunidad.
3. escoger aquellos enfoques, en la presentación de los temas, que ofrezcan la mejor oportunidad para estimular la deliberación ciudadana y la comprensión de los temas por parte del público.
4. Tomar la iniciativa a la hora de informar acerca de los problemas públicos sobresalientes en un modo que aumente el conocimiento del público acerca de las posibles soluciones y acerca de los valores comprometidos en los cursos de acción alternativos.
5. Prestar atención continua y sistemática a si la relación comunicativa con el público es creíble y de buena calidad.

2.4. De onde vem e para onde vai o Jornalismo Público

Para Renita Coleman (1996), o Jornalismo Público não pode ser praticado apropriadamente sem uma compreensão mais profunda dos princípios em que está fundado. Em comunicação apresentada na convenção anual da *Association for Education in Journalism and Mass Communication*, em 1996 (reproduzida em TRAQUINA e MESQUITA, 2003), ela traça a evolução do Jornalismo Público desde o começo do século XX, quando emergiu do debate filosófico acerca do papel da mídia na democracia. Segundo pesquisa de Coleman, o Jornalismo Público pode ser visto como uma tentativa de seguir a teoria dos *mass media* de John Dewey, que publicou o livro *The Public and Its Problems*, em 1928, em que defendia que a comunicação era a solução para a democracia norte-americana. Ele considerava a democracia mais do que uma forma de governo, mas a própria idéia de vida em comunidade. Para Dewey, “notícia significa algo que acabou de acontecer, e que é novo apenas porque se desvia do velho e regular. Mas o seu *significado* depende da relação com o que implica, com quais são as suas conseqüências sociais” (1927, p. 179-180, apud COLEMAN, 1996, p. 62).

Coleman ressalta que a proposta de Dewey sobre o papel da imprensa na construção de uma sociedade mais pluralista e tolerante se aproximava muito da teoria da

responsabilidade social da imprensa. Para a autora, o clima intelectual do século XX (marcado pelas idéias de Robert Park nos anos 20, Robert Merton nos anos 40 e 50, e Morris Janowitz nos anos 60) encorajava o crescimento de uma teoria como a da responsabilidade social. O relatório da Comissão Hutchins (1947) pode ser visto como um precursor do Jornalismo Público na medida em que pedia à imprensa para oferecer um método de como apresentar e esclarecer os objetivos e valores da sociedade e para noticiar de modo a projetar as opiniões e atitudes dos grupos na sociedade de uns para outros. Segundo Coleman, a comissão foi recebida com certa hostilidade pela imprensa em geral, que argumentou em favor da objetividade, em um contexto de valorização do jornalismo investigativo. Para a autora, embora os apoiadores do jornalismo investigativo sejam freqüentemente os maiores críticos do Jornalismo Público, os fins estabelecidos das suas técnicas de reportagem são muito semelhantes.

Em entrevistas a jornalistas investigativos, Gasser e Ettema (1989, apud Coleman, 1996, p. 64) encontraram repórteres que ressaltaram a importância do vínculo com a comunidade para refletir o senso coletivo em suas reportagens. Outra característica do jornalismo investigativo encontrada pelos pesquisadores foi um inevitável julgamento moral e uma excessiva dependência das fontes. Frente à dicotomia entre o que o público queria e precisava do jornalismo e o que seus praticantes faziam, houve um resgate das práticas tradicionais do jornalismo nos Estados Unidos. Nesse contexto, o declínio da esfera pública preocupava os acadêmicos da comunicação. Carey (1987, apud Coleman, 2003, p. 66) resume a situação dizendo que o termo que define o jornalismo é o público, mas ninguém sabe ao certo o que é o público, onde pode encontrá-lo ou até se ele ainda existe.

Os anos 1991 e 1992 foram essenciais nos Estados Unidos para a conscientização do problema da esfera pública e sua conexão com o jornalismo. Segundo Coleman, havia um paralelismo entre o pensamento dos acadêmicos da comunicação e os filósofos contemporâneos, que denunciavam o paradoxo entre indivíduo e comunidade. Yankelovich (1991), que culpava os meios de alertarem a consciência do público acerca de assuntos e depois não darem continuidade naquilo a que chama de fase de “trabalho” até chegar a uma solução, encontrou em Habermas um alicerce fundamental para seus estudos. Glasser (1991), que estudava como a comunicação cultiva a cidadania, também bebe no conceito de esfera pública de Habermas e na construção de comunidade de Arendt. No pensamento utilitário liberal, os direitos dos indivíduos estão em destaque. Habermas (1989) argumentava que uma definição tão estreita de liberdade individual funcionou bem no contexto da Inglaterra, França

e Estados Unidos no final do século XVIII e começo do XIX. Mas a esfera pública hoje é “uma esfera pública apenas na aparência”, um veículo para fatos, opiniões dos *experts* e publicidade (HABERMAS, 1989, apud COLEMAN, 1996). Intensificou-se no início da década de 90 um debate sobre a adoção de uma ética comunitária que redirecionasse a missão do jornalismo para a transformação do público (COLEMAN, 1996, p. 69).

Nas campanhas políticas de 1988 e 1992 nos Estados Unidos, apareceram os primeiros sinais de um apelo à mudança entre os profissionais, e não apenas entre os acadêmicos. “A dependência das sondagens políticas começou a ter efeito de distanciar os cidadãos das suas próprias opiniões (BAUDRILLARD, 1988, apud COLEMAN, 1996, p. 69) e de afastar os eleitores e os jornalistas dos assuntos (BAUMAN e HERBST, 1994, apud COLEMAN, p. 69). Joan Didion, observadora crítica da forma como os jornalistas cobriam as campanhas, escreveu relatos sobre o comportamento dos repórteres em *Insider Baseball* (1992). Outros jornalistas expressaram sua insatisfação pela cobertura das campanhas de 1988 e 1992. Foi quando o Jornalismo Público apareceu como proposta de mudança.

Segundo Coleman (1996, p. 71), o Jornalismo Público saiu da fase de demonstração (1990-1994) para a incorporação nas rotinas da redação. Mais de 200 projetos de Jornalismo Público já foram implementados nos Estados Unidos. Uma possibilidade seria continuar com projetos, outra seria integrar o espírito da perspectiva do Jornalismo Público nas rotinas diárias dos repórteres para que a imprensa olhe rotineiramente para as histórias de ângulos que são importantes para o cidadão comum, se baseie menos em fontes oficiais, e se recuse a cobrir acontecimentos inventados pelo *establishment*. Ainda hoje, o Jornalismo Público não é bem compreendido nos Estados Unidos, em parte porque não há uma definição consensual. Para Coleman, o desenvolvimento desta definição é fundamental para subsidiar novas pesquisas nessa área. Outra sugestão da autora é investir em pesquisas que tragam dados empíricos e estudos de caso que permitirão compreender as diferenças entre o Jornalismo Público e o jornalismo tradicional (COLEMAN, 1996, p. 72).

Capítulo 3 – Avanços e contradições do terceiro setor no Brasil

3.1. Origem do termo

Para compreender as condições em que funcionam as instituições responsáveis pela implementação do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística – ANDI e Instituto WCF-Brasil, e sua relação com a imprensa brasileira, este capítulo traz uma discussão sobre o que vem sendo denominado Terceiro Setor. Propomos ainda uma contextualização histórica do movimento de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, buscando entender de que forma a comunicação é inserida como parte da estratégia desse movimento.

A expressão terceiro setor, do inglês *third sector*, é usada predominantemente para se referir às entidades sem fins lucrativos, privadas, mas de caráter público, que atuam a serviço dos interesses coletivos. São organizações alternativas ao primeiro setor (Estado) e ao segundo setor (mercado), compreendidas em um grupo com a mesma denominação, mas que divergem substancialmente em termos de interesses, objetivos e perfis político-ideológicos. O próprio conceito “terceiro setor” já é passível de discussão. Montaño (2007) toma o cuidado de sempre empregá-lo entre aspas por considerá-lo um termo ideológico, com origem ligada a visões setorializadoras da realidade social, mais próxima às tradições positivista, estruturalista, funcionalista, o que, na opinião do autor, desistoriciza a realidade social. Montaño tece uma crítica à análise hegemônica do terceiro setor, resgatando a sua procedência de classe. O termo *third sector* foi cunhado nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III e teria chegado ao Brasil por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho (MONTAÑO, 2007, p. 17).

Maria da Glória Gohn (2000: 60, apud PERUZZO, 2007, p. 156) afirma que

O terceiro setor é um tipo de “Frankenstein”: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania.

A falta de rigor teórico sobre o conceito terceiro setor, a diversidade de categorias que o compõem, a flexibilidade de sua característica não-governamental e auto-governada (muitas organizações são contratadas pelo Estado para atuar de forma terceirizada sem licitação

pública), e sem fins lucrativos (contradita por interesses econômicos – mesmo que indiretos – dos braços assistenciais de empresas) são alguns fatores questionados por Montañó em relação ao terceiro setor no Brasil (2007, p. 55-58).

Poderíamos ainda agregar a esses fatores um outro contra-senso referente às condições de trabalho oferecidas por ONGs que, embora advoguem por direitos humanos, trabalho decente, equidade de gênero, etc, esquivam-se de encargos patronais pela dificuldade em incluí-los nos orçamentos dos projetos apresentados aos financiadores. Não raro, as ONGs contam com um grupo reduzido de funcionários com alto nível de responsabilidade dos quais se exige simultaneamente profissionalismo e militância. A falta de benefícios trabalhistas muitas vezes acaba gerando complicações como a distorção da função do estágio e uma excessiva rotatividade de funcionários, que, insatisfeitos com o descumprimento dos direitos trabalhistas, acabam procurando outras oportunidades e/ou, em casos mais extremos, levando a situação à justiça.

Também estamos longe de chegar a um consenso sobre as conseqüências do terceiro setor no processo de construção da democracia brasileira. Uma das críticas mais freqüentes acerca da dinâmica imposta pelo terceiro setor é que o cidadão passaria a agir por intermédio de organizações privadas, que teriam interesses próprios, como resume Gilberto Dupas: “privatizou-se a esfera pública e publicizaram-se os interesses privados” (apud Peruzzo, 2007, p. 158).

A polêmica sobre a atuação do terceiro setor no Brasil tornou-se ainda mais intensa em março de 2007, depois que o Senado Federal requereu a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, após denúncias de desvio de verbas federais repassadas para organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). A CPI das ONGS, composta de 11 senadores titulares e sete suplentes, foi instalada em outubro de 2007 para apurar, no prazo de 180 dias, a liberação pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs) e para organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos no exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.¹⁷

Essa é a terceira CPI relacionada às ONGs no Congresso Nacional desde 2001. Contrária à medida, a Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

¹⁷ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2008.

afirma em editorial¹⁸: “Uma das possibilidades (...) é que essa CPI desengavete ações e projetos autoritários, que promovam controle ditatorial sobre as ONGs, violando princípios constitucionais da livre associação”. O editorial argumenta: “As ONGs sérias prestam efetivamente contas, publicam balancetes, passam por auditorias permanentes, seja quando recebem recursos públicos nacionais seja quando os recebem de fundos internacionais”.

Com todas as contradições inerentes à origem do conceito e ao grupo de entidades que o compõem, é notório o crescimento do terceiro setor no Brasil. Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o número de instituições privadas sem fins lucrativos cresceu 157% de 2002 a 2004 (PERUZZO, 2007, p. 154). Estima-se que existam cerca de 400 mil ONGs e 4 mil fundações registradas no Brasil (*Exame*, 2000, p. 23, apud MONTAÑO, 2007, p. 14).

Em meio a todos os conflitos, é importante reconhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido por um número de ONGs que, desde a década de 70, têm contribuído para a abertura de um diálogo com o Estado e com organismos internacionais. Como ressalta Peruzzo (2007, p. 158): “O terceiro setor, apesar da existência de contradições internas, representa um ganho no processo de ampliação do exercício dos deveres e direitos de cidadania, principalmente tratando-se de um país como o Brasil, marcado pela desigualdade no acesso às benesses do desenvolvimento”.

Para fins deste estudo, consideraremos a trajetória de ONGs que, em permanente diálogo com organismos internacionais e instituições governamentais, têm trabalhado em uma área de interface entre a comunicação e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Para compreender o papel desses setores da sociedade junto à mídia, vale resgatar a pluralidade dos *Novos Sujeitos Sociais* e dos *Novos Movimentos Sociais* apresentados por Boaventura Sousa Santos, para quem “a novidade dos Novos Movimentos Sociais é que constitui tanto uma crítica da regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo. Eles denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo” (SANTOS, 1994, p. 222).

¹⁸ Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 04 out. 2007.

Luiz Martins Silva se apropria desse conceito para explicar como esses sujeitos sociais coletivos encontram espaço de visibilidade e adquirem um lugar de fala próprio na mídia, que funcionaria portanto como um espaço social de produção de sentido. Silva adota o paradigma da “intersubjetividade” ou da “argumentação” de Eduardo Meditsch (apud SILVA, 2007, p. 95, in LAGO e BENETTI, 2007), que defende a busca do elemento lógico não mais no âmbito interno do discurso, mas na relação deste discurso com o contexto em que é produzido, admitindo a atuação de uma pluralidade de sujeitos (coletivos) que seriam capazes de produzir uma pluralidade de agendamentos (tematizações da realidade), próprios de uma esfera pública, ou seja, uma esfera argumentativa (SILVA, 2007, p. 97, in LAGO e BENETTI, 2007).

Embora esta pesquisa não se proponha a esgotar o debate sobre o viés político do terceiro setor, é importante levar em consideração que há diversas leituras sobre as consequências da ampliação deste setor para a democracia brasileira. Montaño apresenta um discurso que resgata a categoria de *sociedade civil* de Gramsci¹⁹ para denunciar os riscos da despolitização do terceiro setor (Montaño, 2007, p. 127). Ele ressalta que a sociedade civil é “uma arena privilegiada das lutas (pela hegemonia) *de classes*” (2007, p. 129). E alerta que uma luta no terceiro setor que ignore a correlação de forças da sociedade está claramente em função do projeto das classes hegemônicas. Em sua opinião, os autores de “intenção progressista” que identificam a sociedade civil de Gramsci com o terceiro setor, equivocadamente segmentam a realidade em três esferas isoladas, desarticulando a relação entre sociedade civil, Estado, economia, hegemonia e revolução, deixando, portanto, de incorporar a visão gramsciana de totalidade social (2007, p. 130). Para o autor, portanto, o projeto de Terceiro Setor contribuiria para uma “*humanização harmoniosa da sociedade capitalista*”. “No projeto do ‘terceiro setor’, não se luta pelo poder estatal e/ou do mercado, pois eles seriam inatingíveis: o que se quer é o poder que está ao alcance do subalterno, do cidadão comum [...]. Portanto, luta-se dentro da (e reforçando a) ordem capitalista” (2007, p. 139-141).

Montaño também discorre sobre o processo de despolitização do conflito das ONGs que, nos anos 90, passaram a incorporar um comportamento de “parceria” com o Estado e

¹⁹ Montaño resgata as análises gramscianas sobre a sociedade civil, a partir da diferença de abordagem desse autor em relação aos jusnaturalistas (Hegel, Marx e Engels) e critica as interpretações que atribuem a Gramsci uma setorialização tripartite (Estado-coerção, estrutura econômica e, entre ambos, a sociedade civil). Gramsci retira a sociedade civil da estrutura econômica (como aparece em Hegel e Marx) e a integra à superestrutura. Em Gramsci, a superestrutura não se esgotaria na sociedade civil. Para ele, a *superestrutura* (ou Estado *lato sensu*) “é igual à *sociedade política* mais *sociedade civil*, quer dizer, hegemonia reforçada pela coerção” (Gramsci apud Montaño, 2007, p. 124).

com o capital. Os “Novos Movimentos Sociais” seriam, na opinião do autor, supraclassistas, pontuais e singulares (2007, p. 145-150). O terceiro setor constituiria um padrão *neoliberal* de resposta às demandas sociais (Montaño, 2007, p. 185). Diante dessa tendência, Montaño defende a cotidianidade da sociedade civil como uma arena de lutas, centradas nas contradições de classes (2007, p. 260) e resgata Lukács²⁰ para defender que é preciso “dotar a vida cotidiana de *consciência humano-genérica, desalienada*”. Para ultrapassar o plano da imediatividade (da aparência) em busca da essência, Montaño defende a construção de mediações²¹, capazes de desvelar as forças e processos que determinam a *gênese* (o nascimento) e o *modo de ser* (o funcionamento) dos complexos fenômenos que existem em uma determinada sociedade. Esse processo permitiria que um problema de um pequeno agrupamento de pessoas (ou até de um único indivíduo) passasse a ser compreendido como pertencente a tantos outros. Aquela situação *única*, que se figurava no plano da singularidade, mediatiza-se (PONTES, 2000, p. 42, apud MONTAÑO, 2007, p. 269).

Com a devida ressalva de que o conceito de mediação apresentado por Montaño foi utilizado no contexto das políticas sociais, a presente pesquisa propõe uma aproximação desta idéia com a mediação de sentido exercida pela mídia no cenário de luta por espaço público para temas ligados à cidadania.

Ao apresentar os Novos Movimentos Sociais, Boaventura Sousa Santos afirma que os protagonistas das lutas a que se refere não são as classes sociais, mas “grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses colectivos por vezes muito localizados mas potencialmente universalizáveis” (SANTOS, 1999, p. 225).

A subjetividade desses sujeitos coletivos teria expressão nos “espaços sociais de sentido”, em que são construídas representações discursivas, algumas vezes positivas, outras negativas, como explica Luiz Martins Silva (2007, p. 94). Ele ilustra essa função mediadora de sentidos da mídia com a evolução das representações acerca da Aids, inicialmente apresentada como a “peste gay” e hoje relatada como uma pandemia que afeta principalmente mulheres casadas e de baixa renda. Segundo Silva, essa “plêiade de sujeitos sociais [...] encontram na mídia espaço de visibilidade [...] porque produzem *noticiabilidade*. [...] A mídia

²⁰ Para Lukács, “a vida cotidiana constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas de genericidade” (in Antunes, 1999, p.169, apud Montaño, 2007, p. 268).

²¹ O autor resgata o conceito de *mediação* proposto por Lukács, que se refere ao conjunto de *particularidades* que relaciona dialeticamente o *universal* e o *singular*; e argumenta que “o cotidiano constitui um campo de mediações que, não obstante, não aparecem ao sujeito de forma direta, mas deste se lhe ocultam”. (Pontes, 2000, p. 42, apud Montaño, 2007, p. 269).

funciona, então, nesses casos, como um *espaço público* capaz de lhes dar visibilidade e de chamar atenção para suas realidades dramáticas” (2007, p. 95).

3.2. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na agenda nacional

Embora o fenômeno da violência sexual não seja novo na sociedade, a visão das crianças e adolescentes como sujeitos de direito que, por estarem em especial condição de desenvolvimento, devem ter prioridade é bem recente, data da década de 90, quando da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²², que reflete a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989.

Vicente Faleiros (1995) resgata os primeiros registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, referindo-se aos tempos da colonização portuguesa, quando os padres jesuítas fundaram casas de recolhimento, onde ensinavam os valores cristãos para meninos e meninas indígenas, que haviam sido afastados de sua cultura e sua comunidade. Em um contexto de escravidão, as crianças negras também eram separadas de suas mães e mesmo depois da Lei do Ventre Livre, em 1971, podiam ser utilizadas em regime de servidão pelo senhor dos 8 aos 21 anos, caso não fossem libertadas por indenização do Estado. Os filhos dos senhores com escravas, salvo raras exceções, eram fadados ao abandono ou deixados na Roda, um cilindro giratório na parede da Santa Casa, criado em 1726, que permitia que a criança fosse recolhida pela instituição sem que a sua origem fosse identificada. Nesse local, denominado “Casa dos Expostos”, cerca de 90% das crianças morriam por falta de condições da Santa Casa ou por desinteresse da Corte. Os meninos que vagavam pelas ruas eram encaminhados a trabalhos precoces. As meninas, recolhidas na Santa Casa. Após a proclamação da República, em 1889, as creches substituíram as Rodas, mas a última versão do cilindro foi extinta apenas nos anos 50.

No século XX, foram estabelecidos tribunais especiais para “menores” em que os juízes avaliavam a índole de adolescentes de 14 a 18 anos, distinguindo-os entre “abandonados” e “vadios”. Em 1927, foi consolidado o Código de Menores. Na Era Vargas, foram criadas as Delegacias dos Menores, o SAM – Serviço Nacional de Assistência aos Menores, que mais reprimia do que educava os internos, e o Departamento Nacional da Criança, que, junto com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), estimulou a criação de

22 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituído pela Lei Federal 8.069 de 1990 foi inovador ao romper com o paradigma estabelecido pela doutrina da situação irregular, que fundamentava o antigo Código de Menores, para estabelecer a doutrina de proteção integral das Nações Unidas (Méndez, in Violes/Ser/UnB, 2005, p. 26).

creches. Em 1964, após um grande esforço da Igreja Católica, foi extinto o SAM e criada a Funabem – Fundação do Bem-Estar do Menor.

Durante o período da ditadura militar, acentuou-se a marginalização do “menor”, entre outros fatores, pela pobreza da família, exclusão da escola e situação de rua, que expõe as crianças a todo tipo de violência. Em 1979, foi criado um novo Código de Menores, que estabelecia a “doutrina da situação irregular” para crianças e adolescentes excluídos. Na opinião de Faleiros, o Código concebia a exclusão como uma doença. Além disso, a verificação da situação irregular era policalesca, com amplos poderes concedidos ao juiz, a quem cabia “pôr tudo em ordem” (FALEIROS, 1995, p. 25).

Em oposição à doutrina de situação irregular, posicionaram-se movimentos que defendiam a idéia da criança como sujeito de direitos, conforme a “doutrina de proteção integral”, difundida pela ONU. Com a mobilização da sociedade e de alguns setores do Estado, foi levada à Assembléia Constituinte de 1987 uma proposta que resultou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A trajetória do movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, registrada por Faleiros, indica algumas raízes históricas, econômicas e culturais dos diversos tipos de violência praticada contra meninos e meninas no Brasil. Faleiros explica que “[...] violência, aqui, não é entendida como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo” (1998).

Apesar das imprecisões e divergências conceituais sobre os tipos de violência praticados contra crianças e adolescentes, geralmente, as formas de violência são classificadas em: violência física, psicológica e sexual. A violência sexual por sua vez é classificada em: abuso sexual e exploração sexual comercial. O abuso sexual pode ser intra ou extra-familiar. A exploração sexual é classificada em: prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais. Na análise das situações concretas, “verifica-se que essas diferentes formas não são excludentes, mas sim cumulativas”. A violência sexual, por exemplo, é também violência física e psicológica (FALEIROS e FALEIROS, 2007, p. 31).

A compreensão dos conceitos que vêm sendo desenvolvidos pela área da Assistência Social e do Direito é fundamental para a qualidade de um texto jornalístico sobre a violência sexual. Segundo observações da ANDI, tratar o abuso sexual e a exploração sexual comercial como sinônimos é um equívoco bastante freqüente na abordagem do noticiário analisado pela

instituição. Por isso, o Guia de referência para a cobertura jornalística sobre Exploração Sexual, lançado em novembro de 2007, traz uma síntese da definição conceitual dos dois crimes²³. Maria Lúcia Pinto Leal conceitua a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) como uma forma de violência sexual que se caracteriza pela obtenção de vantagem ou proveito, por pessoas ou redes, a partir do uso (abuso) do corpo dessas crianças e adolescentes, com base em uma relação mercantilizada e de poder (LEAL, 1999, p. 22)²⁴. O principal elemento de diferenciação entre esses dois tipos de crime (abuso e exploração sexual) está relacionado, portanto, ao interesse financeiro que motiva a exploração sexual (ANDI, 2007, p. 12).

A publicação também traz explicações sobre o fenômeno do Tráfico de Pessoas, um crime definido como o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou o recebimento de pessoas para o propósito de exploração, segundo o Protocolo de Palermo, ratificado pelo governo brasileiro em 2004. No Brasil, a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Pestraf), realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) em 2002, identificou 241 rotas de tráfico para fins de exploração sexual, sendo 131 rotas internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais. O estudo também ajudou a definir um perfil das mulheres e meninas traficadas: geralmente elas vêm de comunidades de baixa renda, têm baixa escolaridade, são predominantemente afrodescendentes com idades entre 15 e 24 anos. Em muitos casos, sofreram algum tipo de violência no âmbito doméstico (abuso sexual, estupro, abandono, negligência, maus tratos, entre outros) e/ou no ambiente escolar ou abrigos. As famílias das vítimas também apresentam um quadro de violência social, interpessoal e estrutural (ANDI, 2007, p. 25). O Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual será o tema central da edição de 2008 do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, segundo adiantou o gerente do Núcleo de Mobilização da ANDI, Carlos Ely Souto de Abreu.

²³ O Abuso Sexual pode se manifestar dentro ou fora da família e acontece pela utilização do corpo de uma criança ou adolescente para a satisfação sexual de um adulto, com ou sem o uso da violência física. Desnudar, tocar, acariciar as partes íntimas, levar a criança a assistir ou participar de práticas sexuais de qualquer natureza também constituem características desse tipo de crime. A Exploração Sexual Comercial (ESCCA) consiste na utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas, como a exploração no comércio do sexo, a pornografia infantil ou a exibição em espetáculos sexuais públicos ou privados. A ESCCA não se restringe aos casos em que ocorre o ato sexual propriamente, mas inclui também qualquer outra forma de relação sexual ou atividade erótica que implique proximidade físico-sexual entre a vítima e o explorador (ANDI, 2007, p. 13).

²⁴ Segundo classificação do Instituto Interamericano del Niño – IIN/1998, a ESCCA pode ser classificada em quatro modalidades: prostituição infantil (embora haja ressalva para utilização do termo, por considerar que só o adulto poderia fazer uma opção por essa atividade, enquanto a criança e o adolescente sejam induzidos pelo adulto), turismo sexual, pornografia infantil e tráfico para fins sexuais.

Embora possa haver divergência entre os conceitos utilizados por especialistas da área jurídica e da área psicossocial, há consensos consolidados por governos, especialistas e organismos internacionais, conforme descreve o documento *Abuso Sexual Infantil y Explotación Sexual Comercial infantil em América Latina y El Caribe*, produzido em 2006 pela Save the Children Suécia e divulgado pela ANDI: são violações de direitos humanos; são um descumprimento de normas constitucionais; são delitos; são formas de violência sexual; são formas de violência de gênero; são um problema de saúde pública (ANDI, 2007, p. 15).

Faleiros e Faleiros (2007) explicam que, no início da década de 90, o uso de crianças e de adolescentes no mercado do sexo era designado por Prostituição Infanto-Juvenil. Não se havia ainda aprofundado os estudos do fenômeno enquanto mercado, exploração, e muito menos como produção industrial pornográfica. O incremento do turismo sexual e o desenvolvimento de todo seu mercado (inclusive o tráfico de crianças e adolescentes, principalmente do sexo feminino), e posteriormente o surgimento e a rápida expansão do sexo via Internet, possibilitaram uma maior clareza sobre a importância da pornografia enquanto forma de exploração de crianças e de adolescentes. Atualmente, considera-se que o fenômeno da exploração sexual não se restringe à prostituição mas implica também outras formas: a pornografia, o turismo sexual e o tráfico. Avançou-se também na compreensão das dimensões política e ética do fenômeno, considerando-o como uma questão de cidadania e de direitos humanos, e sua violação como um crime contra a humanidade.

As diferentes modalidades e características desse tipo de violência, assim como suas possíveis causas e conseqüências, tornaram-se mais conhecidas principalmente a partir do I Congresso Mundial de Combate à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, ocorrido em 1996, que reuniu representantes de 122 países em Estocolmo, na Suécia. Nesta ocasião, os países assumiram o compromisso de implantar planos nacionais de enfrentamento ao problema.

Ao resgatar o processo histórico do enfrentamento à ESCCA, Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal (2005, p. 35) ressaltam que o assunto passou a ser tratado como um tema de interesse público mais fortemente em 1993, quando foi instalada a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Federal com o objetivo de encontrar responsáveis pela exploração e prostituição infanto-juvenil (expressão utilizada na época, mais tarde substituída pelo termo “Exploração Sexual”, que considera a condição especial de desenvolvimento físico e psíquico de crianças e adolescentes), apontando pela primeira vez a existência do fenômeno em nível nacional. “A partir desses resultados houve ampla

mobilização dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, governo e das agências de cooperação internacional, organizando-se por meio de redes, pactos, fóruns, comitês e comissões, articulando Estado e sociedade para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (LEAL & LEAL, 2005, p. 35).

Todo o processo de mobilização em torno do tema resultou na construção coletiva do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em 2000, um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que procura criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual²⁵.

O Quadro Operativo do Plano Nacional estrutura-se em torno de seis eixos estratégicos: Análise da Situação; Mobilização e Articulação; Defesa e Responsabilização; Atendimento; Prevenção; e Protagonismo Infanto-Juvenil. A estratégia de influenciar os meios de comunicação para dar visibilidade ao tema já estava prevista no eixo de Mobilização de Articulação do Plano, que vem sendo implementado, discutido e avaliado em instâncias diversas, tais como o poder executivo (Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos), poder legislativo (Câmara e Senado), fóruns nacionais, seminários internacionais e pela própria imprensa.

Em 2001, um novo encontro mundial sobre o tema foi realizado em Yokohama, no Japão, onde mais de 130 países foram representados. Neste II Congresso, avaliou-se que havia um número reduzido de planos nacionais formulados. Ademais, aqueles países que já tinham elaborado o plano, encontravam dificuldades na sua implementação (ANDI, 2007, p. 18).

Mais recentemente, o tema da Exploração Sexual passou a ser discutido com maior profundidade em função da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual, instaurada em 2003 e cujo relatório final foi apresentado em 2004.

O Brasil foi uma das primeiras nações a desenvolver seu Plano Nacional de Enfrentamento e a constituir um comitê nacional para monitorar a sua implementação. O enfrentamento à exploração sexual foi considerado prioridade pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mencionado na primeira reunião ministerial de seu primeiro mandato, em

²⁵ O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil tem como referência fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente e reafirma os princípios da proteção integral, da condição de sujeitos de direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, da participação/solidariedade, da mobilização/articulação, da gestão paritária, da descentralização, da regionalização, da sustentabilidade e da responsabilização (Plano Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, 2000).

2003. Em decorrência desta priorização, foi criada a Comissão Intersetorial para o enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, inicialmente coordenada pelo Ministério da Justiça, integrada por representantes de 14 ministérios, Congresso Nacional, sociedade civil, organizações e organismos internacionais, dentre outros. Em 2004, o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexuais de Crianças e Adolescentes passou a ser coordenado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, responsável pela articulação de políticas públicas na área. Nessa mesma época, a Subsecretaria passou também a coordenar a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Uma das principais ações do Programa é a mobilização de redes com vistas a integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que, de forma conjunta, sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção local capazes de desencadear respostas mais efetivas para a superação desta grave violação dos direitos de crianças e adolescentes. A coordenação do Programa também é responsável pela disseminação de boas práticas; pela sistematização de informações; e pela promoção de campanhas de sensibilização e mobilização. A área atua, ainda, na gestão do Disque Denúncia Nacional, serviço de recebimento e encaminhamento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes, implementado por meio da parceria com a Petrobras e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA²⁶.

O Programa também está responsável pela articulação com outros setores do governo e da sociedade civil para a organização do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, a ser realizado em novembro de 2008, no Rio de Janeiro. O evento reunirá mais de 3.000 pessoas entre representantes de governos, ONGs, atores do Sistema de Garantia de Direitos, militantes, formadores de opinião e adolescentes que atuam na mobilização social contra esse problema. O encontro dará continuidade às discussões iniciadas em Estocolmo, em 1996, e Yokohama, em 2001, analisando avanços e lacunas referentes às políticas públicas de enfrentamento da violência sexual na contemporaneidade²⁷.

Em recente palestra proferida durante o Seminário de Encerramento do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual em

²⁶ Disponível em: <www.sedh.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2008.

²⁷ *Op. cit.*

Salvador (29/09/07), a presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha, resgatou o contexto dos anos 70, quando as populações vulneráveis eram atendidas por obras sociais motivadas por fatores religiosos, caridade e compaixão, para explicar a trajetória dos movimentos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Segundo Castanha, no início, essa era uma “ação apolítica, aideológica, sem conflitos e sem contradições”. Entretanto, muitos atores envolvidos na militância política pró-democracia também tinham uma prática social ou profissional no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco naquele tempo denominados “menores”. Neste contexto, o debate sobre a questão do “menor” migrou para o movimento social organizado. São marcos dessa estratégia o surgimento do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNNMR), o movimento Criança e Constituinte, entre outros que produziram o que na opinião da especialista foi o “maior feito político da história do Brasil e da América Latina”: o artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988 (que regulamentou o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990) por meio de uma emenda popular com mais de um milhão de assinaturas de cidadãos e cidadãs brasileiros.

Castanha atribui a essa experiência de luta democrática, somada a uma prática social acumulada, a inserção do tema da violência sexual no debate do movimento social brasileiro em defesa dos direitos de crianças e adolescentes como questão social e não como uma questão privada, interpessoal e familiar. A partir da década de 90, o tema passou a ser discutido em âmbito nacional e internacional em seminários, encontros, congressos, programas e projetos, sob uma perspectiva de política social.

Neide Castanha ressalta alguns marcos nessa trajetória dos direitos da criança e do adolescente, em particular no que diz respeito ao enfrentamento à violência sexual, entre os quais destacamos: a indivisibilidade dos Direitos Humanos²⁸; o marco legal da proteção integral²⁹; a intersetorialidade das políticas públicas³⁰; a articulação entre setores e órgãos

²⁸ A palestrante faz referência à inovação trazida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ratificada pelo Brasil e incorporada na Constituição de 88, que atesta, pela primeira vez, que os direitos civis e políticos estão conjugados aos direitos sociais, econômicos e culturais. A Declaração consolida a concepção contemporânea de Direitos Humanos, que estabelece a natureza indivisível, interrelacionada e interdependente desses direitos (PIOVESAN, 1997).

²⁹ Neide Castanha refere-se à Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a Infância., construção filosófica oriunda da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, que apresentava, como princípio norteador de todas as ações voltadas para a infância, o “interesse superior da criança”, partindo da premissa de que às crianças é necessário que se proporcione uma proteção especial, em virtude do reconhecimento de seu peculiar estágio de desenvolvimento. Essa nova concepção do ser humano criança como sujeito de direitos é a base de sustentação da teoria que se construiu ao longo desses anos, consolidada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. A Declaração Universal dos Direitos da Criança trouxe visibilidade à criança, como ser humano distinto de seus pais e da família, cujos interesses podem, inclusive, se contrapor aos desse núcleo. Ou seja, a criança deixou de ser considerada extensão de sua família, passando a ter direitos próprios, oponíveis, inclusive, aos de seus pais ou

públicos e privados; e o papel do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual para monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual.

Sete anos após a elaboração do Plano Nacional, o Comitê Nacional ainda enfrenta alguns desafios importantes, mencionados por Neide Castanha. Entre eles, pautar o enfrentamento da violência sexual no âmbito político e dos movimentos sociais como uma questão fundamental para a humanidade na era civilizada, considerando a democracia como o valor da relação entre o estado e a sociedade.

3.3. A comunicação e o enfrentamento à violência sexual

Para que os meninos e meninas em situação de violência sexual tivessem visibilidade na mídia seguindo a lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), teríamos que ver histórias sobre sujeitos de direito – inclusive o direito a uma sexualidade saudável – a partir de um contraponto entre direito e violação. Leal pergunta: “Será que a visibilidade que estamos dando ao fenômeno é uma visibilidade de qualidade? Ou estamos provocando uma visibilidade que estaria nos levando a armadilhas conceituais e políticas de enfrentamento?” Para a autora, é preciso que a questão da violência sexual saia do âmbito privado para que extrapole a questão moral. “Estamos nos colocando como enfrentadores dos violadores da sexualidade, ao migrar esta questão para a esfera pública, como questão relacionada aos direitos humanos” (LEAL, 2005, p. 11). Entretanto, a incorporação da noção de direito pelo conjunto da sociedade não é algo simétrico, mas que exige um processo contínuo de debate público sobre a matéria, com vistas a criar a cultura de direito tão pouco vivenciada pela sociedade brasileira (LEAL e LEAL, 2005, p. 96).

Nesse sentido, a mídia tem papel fundamental se percebermos a importância do discurso sobre o direito a partir de sua eficácia simbólica, conforme defende o jurista colombiano Maurício García Villegas (1993). Para ele, se conseguirmos nomear os recursos do direito, esse discurso pode funcionar como um instrumento de agitação, de propaganda, de publicização de determinadas condutas. A busca por qualidade na cobertura do tema

aos de qualquer outra pessoa (Artigo de Rangel e Cristo disponível em: <www.prt17.mpt.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2008).

³⁰ Em 2003, foi criada a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, coordenada inicialmente pelo Ministério da Justiça e posteriormente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. A Comissão reúne mensalmente representantes de 14 ministérios, da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Organismos Internacionais e Sociedade Civil para discutir políticas e ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Exploração Sexual, ligado aos Direitos Humanos, está relacionada a um projeto ético, capaz de contribuir para a produção de sentido sobre temáticas sociais.

Este estudo parte do pressuposto anti-positivista de construção social, que compreende a sociedade não como algo natural, pelo contrário, como produto de um processo de negociação e contínua reconfiguração. A mídia seria, portanto, um ator importante nessa negociação, e a notícia, um produto dessa negociação capaz de gerar impacto social.

A pesquisa *O Grito dos Inocentes – Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*, lançada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em 2003, ressalta que, resultado do *I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*, realizado em Estocolmo, Suécia, em 1996, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual trouxe uma importante vitória no campo da mobilização ao instituir o 18 de Maio como o *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, o que colaborou para ampliar a visibilidade do fenômeno por meio da mídia. “Mas cabe também aos profissionais de comunicação o desafio de subsidiar o aprofundamento do debate público sobre essas temáticas” (ANDI, 2003, p. 14).

A publicação traz um artigo da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e Adolescente e relatora da CPMI da Exploração Sexual. Ela destaca o papel desempenhado pelos movimentos sociais e pelo Legislativo para dar visibilidade aos temas relacionados à defesa dos direitos da criança e do adolescente: “Coube ao Legislativo trazer à luz temas considerados malditos. (...) Os movimentos pelos direitos das crianças e adolescentes vêm demonstrando sua capacidade de articular a sociedade e entidades sociais de ‘fora para dentro’, estabelecendo coalizões que ultrapassam as fronteiras partidárias” (Rosário *in* ANDI, 2003, p. 63)³¹.

Desde que o 18 de Maio foi instituído pela Lei Federal nº 9.970 de 17 de maio de 2000 como o *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*³², os movimentos sociais ligados ao tema, liderados pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, têm organizado

³¹ A pesquisa *O Grito dos Inocentes* foi realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em parceria com o Instituto WCF-Brasil e o Instituto Ayrton Senna, com apoio da Fundação Arcor e do Unicef. Foram analisadas 718 matérias sobre abuso e exploração sexual publicadas pelos 49 jornais de maior circulação no País em 2000 e no primeiro semestre de 2001.

³² A data foi escolhida em razão do crime conhecido como o “Crime Araceli”, ocorrido em 1973, quando uma menina de oito anos foi cruelmente assassinada, após ter sido violentada em Vitória-ES.

campanhas específicas durante a semana da data selecionada, com carreatas, shows, passeatas entre outras mobilizações de massa que acabam repercutindo na mídia. Outro período utilizado pelos movimentos sociais para chamar a atenção sobre o tema e conseqüentemente gerar notícia é o Carnaval. Um dos objetivos de tais ações midiáticas é fixar a idéia da exploração como violação e apresentar propostas para que a população possa fazer alguma coisa a respeito, como denunciar para que as autoridades competentes possam agir.

Para se ter uma idéia do impacto dessas iniciativas, estudos realizados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos³³ indicam que nas oito cidades onde a campanha de carnaval de 2008 foi lançada, houve um aumento significativo no número de denúncias, como demonstra a tabela abaixo, que apresenta a quantidade de denúncias ao Disque 100 no período da Campanha do Carnaval, comparado ao mesmo período de 2007 e ao período imediatamente anterior ao início da Campanha. São comparados os períodos das duas semanas Campanha de Carnaval de 2008 às duas semanas da Campanha de 2007 e às duas semanas anteriores ao início da Campanha. Em 2007 a Campanha do Carnaval teve início em 9 de fevereiro. Em 2008, a campanha iniciou-se em 26 de janeiro.

TABELA 2 – Denúncias ao Disque 100 em período de carnaval

Cidade/período	Pós lançamento da Campanha de 2007	Anterior à Campanha 2008	Pós lançamento Campanha 2008
Fortaleza	16 denúncias	68 denúncias	90 denúncias
Recife	20 denúncias	16 denúncias	17 denúncias
Salvador	41 denúncias	76 denúncias	79 denúncias
Manaus	17 denúncias	21 denúncias	22 denúncias
Corumbá	-	1 denúncia	3 denúncias
Porto Alegre	6 denúncias	15 denúncias	16 denúncias
Rio de Janeiro	21 denúncias	20 denúncias	21 denúncias
São Paulo	25 denúncias	33 denúncias	48 denúncias

Relatório do Disque 100 fev. 2008/SEDH

Mesmo diante das dificuldades em lidar com um assunto de tal complexidade, nos últimos anos, os veículos de comunicação têm cedido mais espaço à temática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, como atesta o Guia de referência para a cobertura jornalística sobre o tema, lançado pela ANDI em novembro de 2007. Apoiada pela Petrobras e pelo Unicef, a publicação se propõe a funcionar como um manual de consulta para os

³³ O relatório de avaliação da campanha de carnaval contra a violência sexual foi disponibilizado pela equipe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos em 07/04/2008.

jornalistas, trazendo elementos práticos para uma cobertura qualificada sobre o tema, como informações sobre aspectos legais, psicossociais e dicas sobre as instituições, políticas e especialistas relacionados ao tema.

Segundo estudos da ANDI, entre 1996 e 2002, a cobertura dedicada a situações de Abuso e Exploração Sexual de meninos e meninas registrou um crescimento quantitativo de 400%. “O fortalecimento dessa cobertura na agenda das redações brasileiras vem atrelado a um amplo processo de mobilização em torno do tema, tanto no âmbito nacional quanto no internacional”. (ANDI, 2007, p. 8). Entretanto, a cobertura sobre o tema ainda apresenta uma série de limites ou equívocos. “Ainda é constante a presença de abordagens com foco sensacionalista ou policialesco (...) É necessário reforçar que o contexto da violência sexual impõe obstáculos que envolvem não só a prevenção, o atendimento e a responsabilização dos autores da agressão, mas também – e especialmente – uma mudança de valores culturais e a efetiva aplicação dos princípios da prioridade absoluta e da proteção integral dos direitos da população infanto-juvenil, como preconizam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente” (ANDI, 2007, p. 9).

Apesar das limitações, quando comparados às notícias sobre diversas outras formas de violência contra crianças e adolescentes, os textos sobre violência sexual monitorados pela ANDI apresentam os melhores indicadores. “Em 2005 e 2006, por exemplo, a menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como a outras legislações pertinentes, foi praticamente o dobro da verificada no noticiário sobre a violência em geral” (ANDI, 2007, p. 10). Outros indicadores de qualidade da cobertura medidos pela ANDI podem ser observados na tabela abaixo:

TABELA 3 – Matérias sobre violência sexual monitoradas pela ANDI

Tema	2005			2006		
	Cita ECA	Cita legislação em geral	Cita políticas públicas	Cita ECA	Cita legislação em geral	Cita políticas públicas
Violência em geral	1,49%	4,87%	1,73%	1,56%	3,34%	2,82%
Violência sexual	3,03%	8,33%	9,34%	4,49%	6,23%	12,97%

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Guia de referência para a cobertura jornalística (ANDI, 2007, p. 10)

3.4. Comunicação e terceiro setor

Cicilia Peruzzo (2007, p. 159-161) propõe um tipo de classificação da comunicação no contexto do terceiro setor, organizando-a em três modalidades: comunicação dos poderes públicos com o terceiro setor; comunicação de empresas com o terceiro setor; e comunicação das ONGs, movimentos sociais, associações comunitárias e similares. À luz da categorização proposta por Peruzzo, é possível perceber a atuação dos diversos sujeitos sociais coletivos empenhados no agendamento do tema da violência sexual no Brasil.

A primeira categoria, referente a órgãos públicos governamental, parlamentar e jurídico, “tem passado por transformações qualitativas sem precedentes na história do Brasil” (PERUZZO, 2007, p. 159). Para ilustrar essa mudança no que diz respeito ao tema em estudo nesta pesquisa, vale observar o trabalho desenvolvido por assessorias de imprensa de parlamentares que se destacaram por presidir a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual – Senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e Deputada Maria do Rosário (PT-RS). A Comissão foi instaurada no dia 12 de junho de 2003 e teve seu relatório final votado em julho de 2004. Algumas ações parlamentares decorrentes da CPMI tais como as sugestões de alterações legislativas que procuram resguardar os direitos das vítimas e propiciar enquadramento criminal dos culpados ainda estão em andamento, visto que alguns projetos de lei foram aprovados pelo Senado, mas ainda aguardam votação na Câmara dos Deputados. As equipes de assessoria de imprensa dessas parlamentares, que integram a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, têm contribuído para dar visibilidade ao tema da violência sexual, por meio da produção de boletins, publicações, websites atualizados diariamente, entre outros produtos que prestam conta de atividades parlamentares no plenário, comissões e subcomissões. Em entrevista ao jornal O Globo (27/03/2006), a Senadora Patrícia Saboya reconhece o papel da imprensa e do terceiro setor diante da falta de ações efetivas de combate ao fenômeno: “Vejo casos de grande indignação, mas que produzem pouca reação. O fato de a imprensa me ouvir me deixa um pouco otimista. Também me sensibiliza o trabalho do terceiro setor”, diz.

Na segunda categoria – a comunicação de empresas com o terceiro setor – estariam incluídos os institutos, fundações e organizações similares de base empresarial. Poderíamos localizar nesta categoria o Instituto *World Childhood Foundation* (WCF) e seu braço brasileiro – Instituto WCF-Brasil – financiador do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística. Fundado pela Rainha Sílvia da Suécia, o Instituto WCF é apoiado

financeiramente por empresas como Votorantim, Arcor, Deloitte, Duratex, entre outras. Seu conselho gestor é formado por representantes da iniciativa privada.

Na terceira categoria – a comunicação das ONGs, movimentos sociais, associações comunitárias e similares, estariam os processos comunicacionais das organizações entre si, com a sociedade e com os beneficiários de suas ações. Nesta categoria estaria situada a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, responsável pela implementação do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística.

Peruzzo (2007, p. 167) percebe uma tendência de valorização da comunicação no terceiro setor. As ONGs têm partido para a profissionalização dessa área, até então negligenciada, reconhecendo sua contribuição para atingir os objetivos de cada atividade; criar condições para o funcionamento das entidades, por meio de parcerias, voluntariado, captação de recursos; e para dar visibilidade e difundir propostas de transformação social. Embora se refira essencialmente a organizações que prestam atendimento direto a beneficiários ou realizam um trabalho de comunicação comunitária, que não é bem o caso da ANDI, como veremos no capítulo 3, a autora levanta alguns aspectos relevantes para esta pesquisa, entre os quais o de que não seria eficaz simplesmente transplantar fundamentos e técnicas das áreas de comunicação voltadas para o mercado, governo e grandes setores de mídia para a esfera pública popular.

A ANDI sempre fundamentou seu trabalho na área de comunicação, inicialmente funcionando como uma espécie de assessoria de imprensa de instituições que prestam assistência direta a crianças e adolescentes, e posteriormente assumindo três eixos estratégicos: mobilização, análise e qualificação. Para tanto, foi preciso criar processos comunicacionais específicos, que atendessem a seus “públicos estratégicos”, para utilizar o conceito proposto por MENEGHETTI (apud PERUZZO, 2007, p. 168), que entende o público estratégico a partir da noção de sujeitos ativos, em contraposição à conotação de passividade que carrega o convencional conceito de “público-alvo”. A ANDI elabora seus processos comunicacionais – entre eles o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística dirigindo-se a três “públicos estratégicos” distintos – comunicadores; fontes de informação, principalmente de organizações não-governamentais que prestam assistência direta a crianças e adolescentes; e universidades. A ANDI configurou-se, portanto, como uma organização da sociedade civil que procura contribuir com a qualificação da cobertura jornalística sobre a agenda da infância e dos direitos humanos por meio do monitoramento, qualificação e mobilização de jornalistas, fontes de informação e estudantes de jornalismo. Seu quadro é

formado por aproximadamente 25 funcionários e 25 estagiários de áreas diversas: comunicação, ciência política, psicologia, administração, arquivologia, entre outros, que transitam entre três mundos – o das redações, o das ONGs de atendimento direto à infância e adolescência e o da academia. A equipe responsável pelo núcleo de mobilização, que mantém um contato diário com as redações e está a cargo da implementação do Concurso Tim Lopes, é integralmente formada por jornalistas (quatro) e estagiários do curso de jornalismo (três), que conhecem bem as rotinas de produção dos jornais, rádios, revistas e TVs.

Capítulo 4 – O Concurso Tim Lopes na Prática

4.1. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Com o intuito de contextualizar a implementação do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, apresentamos a seguir uma breve descrição da estrutura organizacional da ANDI. O Concurso Tim Lopes fundamenta-se em uma série de valores, metodologias e técnicas que vem sendo desenvolvida pela ANDI há 14 anos, mas inova ao funcionar como um piloto de uma metodologia até então inédita, que premia o projeto de reportagem, não o material já veiculado, como é costume em outros prêmios jornalísticos conhecidos, como o Prêmio Esso, Ayrtton Senna, Instituto Ethos, entre outros.

A ANDI é uma organização não-governamental criada em 1992 por um grupo ligado ao Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e registrada oficialmente no ano seguinte pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein, que trabalhavam então na Folha de S. Paulo, com a proposta de contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública em torno de temas considerados decisivos para a promoção dos direitos da infância e da adolescência. Para isto, busca estimular o diálogo entre os atores da sociedade civil organizada e a mídia. O texto institucional mais recente divulgado pela organização³⁴ contextualiza historicamente o surgimento da ANDI, entendendo-o como resultado do processo de engajamento da sociedade civil pós-Constituição de 1988 e pós-promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), quando uma esperança trazida pela reabertura política e pelo estabelecimento da democracia e da liberdade de imprensa motivava a população para lutar contra as desigualdades socioeconômicas que afetavam, sobretudo, as crianças. Desde então, a agência foi aperfeiçoando um trabalho junto à imprensa que inicialmente não tinha sequer uma metodologia definida, mas que foi se desenhando na relação com jornalistas e com representantes de projetos sociais pelos direitos da infância.

Entre os resultados alcançados pela instituição, destaca-se um aumento de mais de 1.100% na cobertura de assuntos ligados aos direitos da criança e adolescentes em 45 jornais brasileiros monitorados de 1996 a 2004. Houve também um aumento qualitativo nessa cobertura, mensurado por meio da diversidade de fontes consultadas, referências à legislação

³⁴ Facing the Challenge - *Children's rights and human development in Latin American news media*, ANDI, 2006. Disponível em: < www.andi.org.br >. Acesso em: 01 nov. 2007.

pertinente, menções a políticas públicas, uso de dados estatísticos e busca de soluções para as situações reportadas.

Vale lembrar que os dois fundadores da instituição – os jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein – já tinham muita familiaridade com o mercado jornalístico brasileiro e, por isso, apostaram que seus colegas responderiam positivamente a uma mobilização social não-partidária, uma vez que já vinham denunciando casos de violação dos direitos humanos cometidos durante o regime militar e haviam se engajado no movimento pela redemocratização do país. Ademais, percebeu-se que a mídia poderia trazer o movimento pelos direitos da infância para uma arena onde seria possível apresentar suas reivindicações, denunciar violações e convocar a responsabilidade do governo e da sociedade civil.

Embora a ANDI tenha optado por um trabalho na área de comunicação desde o início, ela não se apresenta institucionalmente como uma agência de notícias convencional já que seu trabalho vai muito além da preparação de matérias a serem veiculadas pelos veículos comerciais. A ANDI optou por uma abordagem que procura sugerir aos jornalistas novos temas a serem investigados e reportados, especialmente aqueles assuntos velados que ainda não receberam a atenção da mídia. Para isso, a agência oferece ferramentas e recursos para apoiar o jornalista em sua busca por fatos e fontes e para ampliar sua capacidade de compreensão sobre os direitos da infância e adolescência (ANDI, 2006, p. 6-9).

A ANDI estrutura suas ações em três eixos estratégicos: mobilização, análise e qualificação³⁵, conforme descrito abaixo:

Mobilização – No eixo de mobilização, a agência conta com duas coordenações: pauta e mídia online, que direcionam projetos específicos para três públicos distintos: comunicadores, fontes de informação e universidades (estudantes e professores).

Comunicadores – As ações direcionadas aos comunicadores são: o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, objeto deste estudo; o atendimento cotidiano às demandas dos jornalistas; a disponibilização de pautas e releases; o Projeto Jornalista Amigo da Criança³⁶; e o banco de projetos sociais, que disponibiliza uma base de dados com informações sobre projetos de ONGs, empresas e governos, além de contatos de especialistas. Em 2007, a ANDI ampliou as ações desenvolvidas para os jornalistas e passou a produzir Guias de Referência

³⁵ Informação consta na publicação ANDI no Presente (Disponível em: < www.andi.org.br >. Acesso em: 01 nov. 2008.

³⁶ Por meio do Projeto Jornalista Amigo da Criança, os jornalistas que se destacam por sua atuação na área dos direitos da infância e adolescência recebem um certificado e passam a receber material de subsídio para elaboração de novas matérias sobre o assunto.

para repórteres interessados em cobrir determinados temas. A primeira edição, lançada em novembro de 2007, traz um resumo dos conceitos ligados à exploração sexual de crianças e adolescentes, uma lista de projetos desenvolvidos para enfrentar o problema, dicas de fontes e um glossário com os principais termos ligados à questão. O gerente do Núcleo de Mobilização, Carlos Ely Souto de Abreu³⁷, considera que esse formato do guia, um livrinho de bolso com dicas e observações tem mais inserção na prática diária das redações, tendo em vista os limites de tempo dos repórteres. Ele anuncia outros projetos decorrentes do guia que podem facilitar ainda mais o acesso dos jornalistas a informações ligadas ao tema:

Vamos fazer uma versão do guia na internet, com perguntas que você sempre quis fazer, mas ninguém teve paciência de te responder. A idéia é que seja uma ferramenta amigável para fazer buscas, tirar dúvidas, refletir sobre diversas temáticas e encaminhar algumas questões.

Outra novidade para os jornalistas é uma série de oficinas sobre violência contra crianças e adolescentes com a participação de especialistas e repórteres dentro das próprias redações. Essa iniciativa foi definida como estratégica para garantir a participação dos jornalistas, que cada vez menos dispõem de tempo para sair das redações e participar dos seminários promovidos pela ANDI.

As fontes de informação – representantes do mundo acadêmico, do setor privado, do governo e da sociedade civil – são freqüentemente convidadas a participar de seminários e encontros onde são discutidas as estratégias de abordagem da mídia sobre temas específicos ligados aos direitos da infância. A ANDI anuncia a elaboração de um novo produto voltado para as fontes: uma cartilha nos moldes do guia voltado para jornalistas, com dicas práticas de como lidar com a imprensa. A primeira edição da cartilha tem previsão de lançamento para junho de 2008.

O público universitário – professores e estudantes – é mobilizado por meio de palestras, seminários e aulas em que são discutidas as ações da ANDI e seus possíveis impactos junto à imprensa e ao poder público.

Análise – O eixo de análise conta com três ações principais, desenvolvidas pelo Núcleo de Trabalho e Monitoramento de Mídia e Estatística: acompanhamento da produção editorial feito por meio de clípagem, classificação e tabulação das matérias de 58 jornais e 10 revistas; produção de boletins impressos e eletrônicos a partir do material analisado; relatórios analíticos sobre o tratamento editorial dado aos temas referentes à infância e adolescência.

³⁷ Entrevistado em 24/01/2008, em Brasília.

Qualificação – No eixo de qualificação, o Núcleo de Trabalho de Qualificação e Relações Acadêmicas e a Coordenação Editorial desenvolvem quatro ações principais: as análises especiais temáticas, que resultam em publicações sobre a cobertura de temas específicos como saúde, violência sexual, educação infantil, trabalho infantil doméstico, entre outros; os seminários e oficinas com jornalistas e especialistas nos temas analisados, onde são discutidos os resultados dessas análises especiais; os guias de fontes de informação, com contatos de especialistas e projetos sociais desenvolvidos em todo o país; e, finalmente, ações junto a estudantes universitários, que incluem o programa de estágio, bolsas para trabalho de conclusão de curso sobre a área dos direitos da infância e adolescência, concurso de monografias, dissertações e teses, e parcerias com instituições de ensino superior para realização de palestras, aulas e disciplinas que tenham como foco a qualificação da cobertura jornalística de políticas públicas sociais.

Com atuação transversal em apoio a todos esses núcleos de trabalho estão a Coordenação do Programa de Estágio, a Coordenação de Informática, a Coordenação de Atendimento e Produção, a Controladoria Administrativo-financeira, a Assessoria de Projetos, a Assessoria de Parcerias e a Secretaria Executiva.

O modelo desenvolvido pela ANDI está sendo disseminado regionalmente por meio da Rede ANDI Brasil, que conta com a atuação das ONGs Cipó – Comunicação Interativa (BA e SP), Auçuba Comunicação e Educação (PE), Agência Uga-Uga de Comunicação (AM), Ciranda (PR), Oficina de Imagens Comunicação e Educação em Minas Gerais, Agência de Notícias da Infância Matraca (MA), Catavento Comunicação e Educação (CE), Instituto Terramar (RN), Instituto Recriando (SE), e Girassolidário – Agência de Notícias em Defesa da Infância (MS).

Doze ONGs de diferentes países latino-americanos também estão trabalhando em rede com a ANDI dentro dos três eixos temáticos: mobilização, análise e qualificação. A Rede ANDI América Latina reúne as seguintes organizações: *Capítulo Infancia*, ligada a *Periodismo Social*, na Argentina; *Agencia Nacional de Noticias por la Infancia (Anni)*, ligada à *Eco Jóvenes*, na Bolívia; *Agencia Periodismo Amigo de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia (Pandi)*, ligada à *Fundación Restrepo Barco*, da Colômbia; *Agencia de Noticias de Niñez y Adolescencia (Anna)*, ligada à *Defensa de Niñas y Niños Internacional (DNI)*, da Costa Rica; *Agencia de Comunicación de Niñas, Niños y Adolescentes (Acnna)*, ligada à *Fundación Yupana*, do Equador; *Agencia de Noticias a favor de la Niñez y la Adolescencia (La Nana)*, ligada à *Asociación Desarrollo, Organización, Servicios y Estudios*, da

Guatemala; *Agencia Mexicana de Noticias por los Derechos de la Infancia (AMNDI)*, ligada à *Comunicación e Información de la Mujer (Cimac)*, do México; *Centro Dos Generaciones*, da Nicarágua; *Agencia Global de Noticias*, ligada à *Global Infancia*, do Paraguai; *Agencia Comunicación Educativa*, ligada à *Equipo Uno*, do Peru; *Agencia Voz y Vos*, ligada à *El Abrojo*, do Uruguai; e *Agencia Periodismo a favor de la Niñez y Adolescencia (Pana)*, da Venezuela³⁸.

O tema da violência sexual – central no objeto de estudo desta pesquisa – sempre esteve entre os 22 assuntos analisados pela ANDI em relação ao comportamento editorial da mídia sobre os direitos da infância e adolescência. A agência também trabalhou com mais profundidade no tema em ações pontuais, colocando-se publicamente contra a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello e outros dois colegas, em 1996, quando absolveram Márcio de Carvalho, que aos 24 anos manteve relações sexuais com uma menina de 12 no interior de Minas Gerais, apesar de o Código Penal estabelecer que relações sexuais mantidas com pessoas com menos de 14 anos configuram estupro presumido (art. 224). No voto, foi alegado que a menina já era capaz de discernir seus atos. Outra ocasião em que a ANDI teve uma atuação mais significativa sobre o tema foi durante a conferência preparatória realizada em Brasília para o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, Suécia, em 1996. A instituição foi responsável pela assessoria de imprensa do evento no Brasil. A agência também apresentou sua experiência de análise e monitoramento da mídia durante a segunda edição do evento, em Yokohama, Japão, ao final de 2001.

Inicialmente, a violência sexual era tratada como um sub-tema da categoria violência nas análises de mídia da ANDI. Ao observar os limites e avanços da cobertura nessa área ficou claro que poderia haver ações mais específicas para qualificar a cobertura jornalística dessa área. Nesta oportunidade, a ANDI se aproximou do Instituto WCF, cuja missão, definida em âmbito internacional, é o enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Os produtos resultantes dessa parceria foram a primeira edição do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, em 2002, e o desenvolvimento de uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema, que subsidiou o conteúdo da publicação *O Grito dos Inocentes – Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*, lançada em 2003, como o quinto volume da série *Mídia e Mobilização Social*. A série de

³⁸ Informação sobre a Rede ANDI Brasil e Rede ANDI América Latina disponível em: <www.andi.org.br>. Acesso em: 12 fev. 2008.

publicações com análises especiais temáticas, iniciada em 2003 marcou uma fase em que a ANDI, já com expertise no agendamento de temáticas relacionadas à infância e adolescência nos meios de comunicação, decidiu avançar “no processo de instrumentalizar jornalistas, comunicadores, fontes de informação e estudantes universitários para a prática de um jornalismo socialmente responsável e alinhado com os principais parâmetros do desenvolvimento humano” (ANDI, 2003, p. 8). Cada volume da série tem como ponto de partida a análise quanti-qualitativa sobre o tratamento editorial dado pela imprensa brasileira a um tema central relacionado aos direitos da criança e do adolescente. As análises de mídia, realizadas por equipes que reúnem profissionais de jornalismo e consultores especializados nas áreas em foco, apresentam um diagnóstico de como foi realizada a cobertura sobre aquela temática no período de um ano, identificando limites, méritos e possíveis caminhos para qualificação do trabalho jornalístico na cobertura daquele tema.

A pesquisa *O Grito dos Inocentes* é aberta com um texto explicativo sobre os fenômenos do abuso e da exploração sexual, crimes que “alimentam-se do medo das vítimas de denunciar as agressões, nutrem-se da omissão ou da falência pública para lidar com a questão e ganham força na silenciosa cumplicidade social”, ressaltando o papel da imprensa para ajudar no alerta à sociedade, na cobrança às autoridades, no esclarecimento da questão como fenômeno psicológico e social, na exposição das redes criminosas e clandestinas que atuam de forma cada vez mais sofisticada, na divulgação de projetos e serviços de atendimento a crianças, adolescentes, suas famílias e aos próprios agressores.

Com o intuito de qualificar a cobertura sobre o tema, o livro traz informações sobre o andamento das políticas de governo de enfrentamento à violência sexual, como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e outras informações que podem servir de subsídio para matérias sobre a temática: orçamento (ou a falta dele) destinado a essas políticas, artigos de especialistas sobre questões psicológicas, sociais, culturais e legais relacionadas ao tema, entrevistas com jornalistas sobre os desafios para se fazer uma investigação aprofundada do tema, um glossário com explicações sobre os termos técnicos mais usados nesta área, sugestões de pauta e fontes, um guia com indicações de especialistas, organizações, trabalhos acadêmicos e sites para auxiliar os profissionais de imprensa na produção das reportagens. Com todas essas informações, o livro traz um material de pesquisa para possíveis candidatos ao Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, funcionando, portanto, como uma iniciativa complementar ao concurso.

A ANDI está em fase de elaboração de uma outra análise da cobertura sobre exploração e abuso sexual centrada nas matérias publicadas em 2006. O resultado deste estudo será publicado no segundo semestre de 2008 e trará subsídio para estabelecer uma perspectiva histórica sobre a cobertura do tema, em comparação com a análise publicada em 2003 referentes a matérias publicadas em 2000 (o estudo anterior também trazia informações sobre matérias publicadas no primeiro semestre de 2001, mas elas serão desconsideradas para que haja compatibilidade no tamanho dos períodos comparados – 2000 e 2006).

Após alguns ajustes metodológicos necessários (como a exclusão de jornais que pararam de circular ou tiveram problemas de distribuição, e a redução da ficha de classificação, que passou de 537 para 357 itens) um total de 45 jornais foi considerado na análise comparativa. Os resultados preliminares do estudo³⁹ (ANEXO A) indicam um salto quantitativo de 36,42% no número de matérias sobre violência sexual de 2000 (4.020 matérias) para 2006 (5.484 matérias). Entretanto, a cobertura geral sobre infância e adolescência cresceu 156% no mesmo período. Se em 2000, as matérias sobre violência sexual representavam 6% da cobertura geral; em 2006, o tema ocupou apenas 3% dos textos publicados sobre infância e adolescência, o que significa uma redução no interesse dos jornais impressos sobre a questão, em relação a outros assuntos. Recentemente, temas como Educação e Pobreza têm atraído maior interesse da mídia, em comparação à questão da Exploração e Abuso Sexual, com um crescimento de mais de 35% nos últimos anos. Ao analisar as matérias mês a mês, é possível observar que boa parte da cobertura está vinculada a eventos pontuais. Em 2000, quase um quinto das notícias foram publicadas em maio, quando a sociedade civil organizada promove debates e eventos relacionados ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio. Em 2006, o julgamento e condenação de Chagas Rodrigo de Brito, acusado de assassinar 41 meninos e jovens no Maranhão e Pará, também contribuiu para aumentar o número de matérias sobre o tema no mês de outubro. (ANDI, 2008, em fase de elaboração).

Entre os avanços observados pela ANDI na cobertura da violência sexual, destaca-se a contextualização dos temas tratados nas matérias, por meio da discussão sobre possíveis causas e conseqüências da violência sexual. Em 2006, 22% das notícias mencionaram causas do abuso ou exploração sexual (desestruturação familiar, abuso sexual sofrido em outras fases da vida do agressor, fatores culturais, uso de drogas, entre outros); enquanto esse número

³⁹ Ainda em fase de elaboração, os dados foram disponibilizados pelo Núcleo de Mobilização da ANDI em 04/04/08 exclusivamente para esta pesquisa de Mestrado.

estava limitado a pouco mais de 8% em 2000. As matérias que discutem as conseqüências da violência sexual também aumentaram de 14% em 2000 para 23% em 2006. A quantidade de reportagens que discutiram possíveis soluções para a questão da violência sexual também aumentou significativamente, passando de 7% em 2000 para 23% em 2006. Outro avanço interessante diz respeito ao uso de termos referentes à violência sexual. Em 2000, predominavam as descrições dos atos criminosos e uso de termos como “estupro”, “prostituição infanto-juvenil”, “aliciamento ou sedução de menores”, “atos libidinosos”, “corrupção de menores”, ou “rufianismo/proxenetismo”. Em 2006, essas expressões cederam espaço para os conceitos de Exploração, Abuso e Violência Sexual (*Op. cit.*).

Entretanto, ainda há o que melhorar no que diz respeito à construção da imagem de agressores e vítimas na imprensa. Em 2006, 10% das notícias se valeram de termos pejorativos como “monstro”, “maníaco” ou “predador” quando referiam-se aos agressores, o que definitivamente não contribui para o debate sobre o tema. Cerca de 8% dos textos também trataram as vítimas de forma inadequada, utilizando expressões como “menor”, “assanhada”, “cafetina” ou “espevitada” quando referiam-se a meninas em situação de violência sexual. Em 2000, a situação era semelhante: 11,7% usavam termos pejorativos para os agressores e 6,1% para as vítimas. A exposição da criança e do adolescente também é um fator a ser melhorado: em 2006, 14% da amostra continuam permitindo a identificação dos meninos e meninas em situação de exploração sexual pelo nome, 2,8% descrevem características que permitem identificá-los e 2,2% o fazem por meio de fotos (*Idem.*).

4.2. Instituto WCF

A violência sexual já era o tema central de atuação do Instituto WCF, braço brasileiro da *World Childhood Foundation*, uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) criada pela Rainha Sílvia da Suécia com escritório em quatro países (Brasil, Alemanha, Estados Unidos e Suécia), que se configurou como o principal parceiro da ANDI na criação e implementação do Concurso Tim Lopes e na análise de mídia que resultou na publicação *O Grito dos Inocentes*. Em todos os países em que está presente, a WCF trabalha para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em três áreas principais: enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; atendimento a mães e seus filhos em situação de risco; e crianças abandonadas e em situação de rua. Em 1999, primeiro ano de apoio a projetos no Brasil, o instituto tinha uma atuação mais ampla de atendimento a crianças em situação de risco. No segundo ano de atuação, o instituto analisou que teria mais impacto

se tivesse um foco mais específico de atuação no país, e adotou como objetivo central o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Hoje, 30% do orçamento é dirigido para projetos implementados por ONGs brasileiras com apoio técnico e financeiro do Instituto WCF (denominados projetos sementeiros) e 70% dos recursos da instituição são investidos em programas estratégicos, com maior impacto e relevância, com característica de intersectorialidade e interinstitucionalidade, ou seja, implementados por ONGs com participação de iniciativas privadas e/ou do poder público⁴⁰.

A estratégia de enfrentamento à violência sexual definida pelo Instituto WCF-Brasil⁴¹ procura responder aos seis eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil, com mais ênfase para a mobilização e atendimento do que para a área de responsabilização. As ações do instituto estão divididas em duas categorias: ações de micro e de macro impacto. As ações de micro impacto têm como objetivo gerar conhecimento e testar metodologias que possam ser disseminadas. Entre essas ações estão 60 projetos de profissionalização para adolescentes, atendimento psicossocial para mães adolescentes e atividades de arte-educação para crianças. As ações de macro impacto procuram mobilizar a sociedade e influenciar políticas públicas. Entre essas ações destaca-se o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística e o programa Na Mão Certa, que oferece capacitação para caminhoneiros para que eles possam atuar contra a exploração sexual nas estradas.

4.3. Criação do Concurso

A parceria entre o Instituto WCF e a ANDI remonta a 1999, quando o então Diretor Executivo da ANDI, Geraldinho Vieira, e os coordenadores do Instituto, Marcos Kisil e, posteriormente, Madelene Barbosa, iniciaram um diálogo sobre projetos de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em uma das reuniões, surgiu a proposta de um projeto que incluía uma análise das matérias publicadas sobre o tema e cinco encontros regionais, realizados nos seguintes estados: Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Amazonas. O resultado da análise foi publicado em março de 2001 como parte da pesquisa Infância na Mídia (ANDI e Instituto Ayrton Senna)⁴².

⁴⁰ Informações obtidas por meio de entrevista realizada com a coordenadora de programas do Instituto WCF-Brasil, Carolina Padilha, em 09/08/07, em São Paulo.

⁴¹ Disponível em: < www.wcf.org.br > Acesso em: 17 nov. 2007.

⁴² Informação disponível no I Relatório de Atividades do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, referente ao período de 01 de abril a 18 de julho de 2006, preparado pelo coordenador do Núcleo de Mobilização da ANDI, Carlos Ely Souto de Abreu.

Em 2002, a parceria entre as duas instituições gerou outro produto: o livro *O Grito dos Inocentes – Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*, integrante da série *Mídia e Mobilização Social*. A publicação mostrou os principais êxitos e limitações na cobertura do tema. O estudo quanti-qualitativo foi realizado com uma amostra de 718 matérias publicadas por 49 jornais de maior circulação no país em 2000 e no primeiro semestre de 2001. Os pesquisadores destacaram que os jornalistas demonstravam uma postura mais pró-ativa em relação à cobertura da violência sexual do que a outros tipos de violência. No material analisado, havia maior diversificação de fontes e referências à legislação. Porém, muitos dos casos reportados ainda eram apresentados como assuntos de polícia, não como um fenômeno social e psicológico. A discussão sobre causas e possíveis soluções também estava ausente nas matérias. Carolina Padilha, Coordenadora de Programas do Instituto WCF-Brasil, comenta a tendência da cobertura do tema:

As matérias criavam tintas muito sensacionalistas, descrevendo o crime em si, sem buscar uma reflexão sobre causas, sobre políticas públicas, sobre papéis do sistema de garantia de direitos⁴³, sobre o que não está funcionando para prevenir, diagnosticar, investigar e reprimir esta situação.

Segundo Padilha, um dos maiores problemas da cobertura era a revitimização⁴⁴ das crianças e adolescentes personagens das matérias e a exposição da situação de violência.

Diante dessa constatação, a equipe da ANDI iniciou a elaboração de uma estratégia que pudesse contribuir para a qualificação da cobertura sobre o tema. Além da publicação *O Grito dos Inocentes*, que trazia importantes indicações de pautas, fontes e conceitos, optou-se então pelo lançamento de um concurso de reportagem, diferente dos convencionais⁴⁵. Foi

⁴³ Sistema de Garantia de Direitos é o conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios que trabalha pela promoção dos direitos da infância e adolescência em três eixos principais: promoção, controle social e defesa e responsabilização (LEAL, 2006, p. 21).

⁴⁴ Revitimização é a situação em que a criança ou adolescente revive mentalmente a violência sexual ao relatar os detalhes do crime. Para evitar a revitimização, é indispensável desenvolver metodologias e técnicas de entrevista para ouvir crianças e adolescentes vitimizados sexualmente (FALEIROS, 2000, p.65).

⁴⁵ Em entrevista para esta dissertação, realizada em 27/08/07, em Brasília, Veet Vivarta, Secretário-Executivo da ANDI, comenta que no período de criação do Concurso Tim Lopes, a ANDI procurava uma fórmula que conseguisse fazer esse agendamento de forma diferente dos prêmios convencionais, que “são interessantes, que são importantes. Porém, naquela época já se sentia, como hoje se sente, que há um número tão grande deles que vários perderam credibilidade ao longo do tempo”. Os prêmios de jornalismo brasileiros, inclusive os promovidos pelo Terceiro Setor, têm sido discutidos em artigos publicados no Observatório da Imprensa. O jornalista Alberto Dines ironiza: “A imprensa brasileira deve ter o maior número de prêmios por leitor de todo o mundo. Merece o Prêmio dos Prêmios, Recorde dos Recordes” (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ipub111220021.htm>, acessado em 24/10/2007). Em outro artigo, ele alerta para a falta de controle sobre eles: “O número de prêmios nacionais de jornalismo é enorme. Difícil de precisar porque não há um controle sobre eles, seus critérios, procedimentos e mesmo resultados (...) Raros são os certames que escapam dos arranjos e combinações informais onde todos levam alguma coisa e ninguém reclama” (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd200220021.htm>, acessado em 24/10/2007).

então que se criou um prêmio inovador, que investe técnica e financeiramente na proposta de pauta do jornalista, não na reportagem já veiculada, oferecendo uma bolsa para a produção da reportagem e, simultaneamente, conteúdo referente ao tema em questão. Geraldinho Vieira⁴⁶, ex-Diretor Executivo da ANDI (1995-2002) e atual Diretor de Comunicação da Fundação Avina, explica como nasceu a idéia do concurso:

Acho que vem da minha própria experiência pessoal dentro de redação e dos seminários que a gente fazia na ANDI. Muitas vezes vivi isso no jornal: não ter condições, tempo, dinheiro para por algumas idéias em prática. E, na ANDI, a gente analisava uma situação e juntava jornalistas e fontes para buscar recomendações de como ir além daquele resultado. Depois das recomendações (aos jornalistas para uma cobertura mais qualificada), vinha a choradeira: nada disso vai adiantar, o editor é insensível, não nos dão tempo, não nos dão condições, não nos dão formação.

Os projetos anteriores desenvolvidos pela ANDI e o conhecimento das rotinas produtivas nas redações parecem ter sido fundamentais para a criação do Concurso Tim Lopes. Geraldinho Vieira lembra que durante o seminário Mídia e Educação (organizado pela ANDI em 1999), assim como em outros eventos, os participantes recomendavam que se investisse na formação do jornalista, apontavam a limitação do tempo para investigação e sugeriam que fosse desenvolvido um trabalho com os editores.

Então acho que (a idéia do Concurso Tim Lopes) é fruto da minha experiência em redação e dessas queixas que a gente ouviu várias vezes, inclusive de gente premiada pelo Instituto Ayrton Senna, que dizia: Estou feliz, mas minha matéria está muito aquém do que eu queria porque não pude viajar, não pude entrevistar mais gente, não me deram mais espaço.

Segundo Vieira, há ainda outro pressuposto que explica a criação do Concurso Tim Lopes: “As organizações da sociedade civil têm sim que colaborar com empresas. Não adiantaria um raciocínio do tipo: para que dar dinheiro para o meio de comunicação, que já tem tantos recursos?”

A estratégia adotada pela ANDI procura, então, contribuir para que se adquiram as condições necessárias a uma investigação aprofundada sobre a violência sexual, mesmo com o risco de “ser considerada uma invasão por demais audaciosa da independência do jornalista e do próprio meio de definir sua pauta e sua agenda”, comenta Veet Vivarta⁴⁷, Secretário-Executivo da instituição, em entrevista para esta dissertação:

Por mais que a gente considere que esse é um tema central, a gente respeita em absoluto a autonomia dos meios em relação à pauta que querem realizar. A gente

⁴⁶ Entrevistado em 02/02/2008, em Brasília.

⁴⁷ Entrevistado em 27/08/2007, em Brasília.

não acha que é obrigatório que toda a mídia tenha que cobrir determinado assunto por essa ou aquela perspectiva. É um concurso, um estímulo que agrega condições num cenário onde o jornalismo investigativo anda prejudicado. O número de páginas, de editorias, de repórteres especiais, cadernos especiais, séries de reportagens hoje é bem mais limitado do que há alguns anos. Então você estaria também agregando recursos para viabilizar um jornalismo investigativo de qualidade, o que é de interesse de qualquer meio de comunicação.

Essa contribuição da ANDI para viabilizar o jornalismo investigativo faz com que o concurso seja interessante não só para o repórter, mas também para a empresa jornalística, como atesta o jornalista-assistente do Núcleo de Mobilização da ANDI, Rilton Pimentel⁴⁸ “A empresa ganha um material chamativo. Tanto que as matérias decorrentes do concurso ocupam os lugares mais valiosos – capa, caderno especial, horário nobre na televisão”. Na opinião do jornalista, o Concurso Tim Lopes contribuiu para mostrar que a área social rende boas reportagens investigativas porque trabalha com grandes questões que dizem respeito a todo cidadão: “Não é só falar de ONGs. Reportagem social é falar de orçamento que tem que ser cumprido com eficácia. É o que chamamos de investigação de políticas públicas”.

4.4. Regras do Jogo

Para compreender como acontece a implementação do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, seguem informações sobre o passo a passo desta iniciativa, conforme previsto em seu regulamento (Anexo B):

Os projetos de pauta podem ser apresentados por repórteres, chefes de reportagem, editores e/ou editores executivos que atuem no território nacional, em empresas brasileiras de comunicação. Os formulários de inscrição (modelo de formulário – Anexo C) são encaminhados à ANDI juntamente com uma carta de anuência da direção e/ou presidência da empresa de comunicação, expressa em carta de compromisso registrada em cartório (modelo de carta compromisso – Anexo D).

Cada autor pode inscrever uma ou mais propostas de investigação jornalística, individualmente ou em equipe. No caso da inscrição coletiva, além do nome do responsável pela candidatura, poderão constar os nomes dos demais profissionais que se propõem a participar da produção da reportagem. Em 2008, o edital trará uma recomendação para que o jornalista que já tiver vencido uma edição do concurso não se inscreva novamente sozinho, mas apenas em equipe. Segundo Carlos Ely de Abreu, gerente do Núcleo de Mobilização da

⁴⁸ Entrevistado em 12/09/2007, em Brasília.

ANDI, esta alteração poderá estimular a disseminação da experiência e, conseqüentemente, um aprendizado entre jornalistas da mesma redação.

As propostas vencedoras nas cinco categorias do concurso (Impresso, Rádio, TV, Mídia Alternativa e Temática Especial) recebem uma *Bolsa de Incentivo à Investigação* para a produção das reportagens, o que permite que veículos que disponham de menos estrutura possam competir em condições de igualdade com grandes empresas. Os jornalistas selecionados também contam com o apoio técnico de especialistas na área e, após a divulgação de suas produções, recebem o prêmio em dinheiro.

A Comissão Julgadora é composta por dez membros indicados pela ANDI, Instituto WCF-Brasil (financiador do Concurso), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), OIT (Organização Internacional do Trabalho), FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Também integram o corpo de jurados: a irmã do jornalista Tim Lopes, Tânia Lopes, um representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e um convidado do movimento de defesa da criança e do adolescente que atue em programas de prevenção e atendimento às vítimas da exploração e do abuso sexual.

Os projetos são julgados de acordo com os seguintes critérios:

- Contribuição efetiva para a revelação e a contextualização de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais relevantes ao melhor entendimento das questões que envolvem o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Desenvolvimento de uma ótica jornalística inspirada na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Amplitude e relevância da investigação.
- Utilização de recursos com pesquisas e viagens.
- Amplitude do debate em torno das soluções para a realidade adversa de meninas e meninos abusados e/ou explorados sexualmente.
- Diversidade de fontes ouvidas (organizações governamentais, organizações não governamentais, crianças, adolescentes, família, comunidade, conselhos tutelares e conselhos de direitos, especialistas, entre outros).

- Espaço de publicação ou veiculação (tamanho da reportagem ou da série, horário de exibição, alcance do meio de comunicação em sua área de atuação).

Os prêmios são entregues em duas etapas: em um primeiro momento, os responsáveis pelas propostas vencedoras recebem Bolsas de Incentivo à Investigação, assim distribuídas: R\$ 9.500,00 para proposta de investigação a ser publicada em mídia impressa; R\$ 9.500,00 para proposta de investigação a ser veiculada em emissora de rádio; R\$ 14.500,00 para proposta de investigação a ser veiculada em televisão; R\$ 9.500,00 para proposta de investigação a ser veiculada ou publicada em mídia alternativa; R\$ 9.500,00 ou R\$ 14.500,00 para proposta de investigação para a categoria “Temática Especial”; de acordo com a natureza do veículo. Em 2008, esses valores serão acrescidos para R\$ 10.500 (mídia impressa, rádio e internet) e R\$ 16.500 (TV).

Após a veiculação da reportagem, o jornalista responsável pela proposta vencedora de cada categoria recebe um prêmio no valor bruto de R\$ 2.500,00. Em caso de autoria coletiva, o prêmio é concedido ao profissional que assina a ficha de inscrição.

O regulamento do prêmio também indica o período em que as reportagens geradas pelas propostas vencedoras devem ser publicadas ou veiculadas. As matérias devem fazer constar o selo relativo ao concurso e uma nota de rodapé ou texto de locutor informando que o projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, realizado pela ANDI e Instituto WCF-Brasil, com o apoio do UNICEF, da OIT, da FENAJ e da ABRAJI. Após seis meses do anúncio da premiação todo o material pode ser reproduzido pela ANDI ou por terceiros.

Após a realização da investigação, o jornalista responsável pela proposta vencedora deve prestar contas dos gastos realizados à ANDI. Caso a investigação não seja completada, os recursos deverão ser devolvidos à ANDI. Se em função de conflitos de interesses gerados pelo processo investigativo, o meio de comunicação decidir não veicular/publicar a reportagem, ou se o (a) jornalista for demitido da empresa, o direito de autoria reserva-se ao jornalista que assina a inscrição, podendo este, portanto, buscar espaço de veiculação/publicação em outro veículo.

4.5. Projetos Premiados

Em sua terceira edição, o Concurso Tim Lopes já contemplou um total de 16 projetos de investigação, envolvendo mais de 40 profissionais entre repórteres, editores, fotógrafos e

cinematografistas e 20 estudantes universitários. A cobertura abrange os mais diversos pontos do país: fronteiras de norte a sul, regiões pesqueiras, praias, rodovias e também outros países como Guiana Francesa, Suriname, Paraguai, Portugal e Espanha. Os projetos vencedores tiveram como resultado as seguintes reportagens (O material pode ser visto na íntegra no ANEXO E):

Categoria Jornal

Ano: 2002

Caderno *Confissões de Família*, produzido pelas jornalistas Maria Clarice Dias, Juliana César Nunes e Marina Oliveira, do Correio Braziliense (DF) sobre o abuso sexual no ambiente familiar.

Caderno *Nos Jardins da Infância*, produzido pelos jornalistas Suzana Varjão, Ricardo Mendes e Rosana Zucolo, do jornal A Tarde (BA), sobre aspectos sociais e econômicos, políticas públicas e legislação referente à violência sexual.

Ano: 2004

Série de oito reportagens especiais produzidas pela jornalista Jaqueline Ferreira e pelo repórter fotográfico Renato Chalú, do Jornal O Liberal, de Belém do Pará, sobre a realidade das adolescentes que se tornam vítimas da exploração sexual comercial em boates e outros estabelecimentos em Caiena, na Guiana Francesa, e Panamaribo, no Suriname.

Série de reportagens *Infância no Limite*, produzidas pelo jornalista Mauri König e pelo repórter fotográfico Albari Rosa, do jornal Gazeta do Povo (PR), sobre as causas e conseqüências da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em 66 municípios brasileiros, principalmente nas fronteiras com outros países, de Chuí-RS a Corumbá-MS.

Ano: 2006

Caderno especial de 12 páginas *Inocência Perdida*, produzido pela repórter Érika Klingl, do Correio Braziliense, que revela a relação direta entre a exploração sexual de crianças e adolescentes e o baixo desempenho escolar. As matérias mostram que 927 municípios brasileiros registram o problema.

Caderno especial de 12 páginas, produzido por equipe liderada pelo jornalista Ricardo Mendes, do jornal A Tarde (BA), que viajou por mais de 9 mil quilômetros entre diversas cidades da Bahia e investigou as falhas no sistema de proteção de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual.

Categoria Revista

Ano: 2002

Matéria *Dormindo com o inimigo*, produzida pelas jornalistas Mônica Beatriz Figueiredo e Bia Sant'Anna, da *Revista MTV* (SP), que convida o público jovem a refletir sobre o abuso sexual, alertando que este é um risco para pessoas de qualquer condição sócio-econômica e cultural.

Ano: 2004

Série de matérias sobre a atuação de pedófilos na internet, produzidas pelos jornalistas Alan Rodrigues e Mário Simas Filho, da Revista IstóÉ. *Perigo Digital* (27 de outubro); *Bandido ou doente* (10 de novembro) *Exemplo da Europa* (22 de dezembro) são os nomes das matérias publicadas.

Categoria Rádio

Ano: 2002

Série de matérias *Acolhimento com dignidade*, produzida pelas jornalistas Nelcira Nascimento e Ângela Bastos, veiculada pela Rádio Gaúcha (RS) e Diário Catarinense (SC), sobre a situação do atendimento às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual nos serviços de saúde do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Ano: 2004

Série de cinco radiodocumentários produzidos pela jornalista Márcia Detoni, da Radiobras, sobre os diversos tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes: Exploração Sexual nas Rodovias; Tráfico de Crianças e Adolescentes; Abuso Intrafamiliar; Turismo Sexual; Exploração Sexual Decorrente da Miséria e Necessidade de Sustento.

Ano: 2006

Série de reportagens *Dor sem Remédio*, produzida por equipe liderada pelo jornalista Carlos Morais, da Rádio Jornal AM de Recife, sobre a situação do atendimento médico a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em Pernambuco. Durante as apurações, constataram o despreparo da rede de saúde para lidar com esse público.

Categoria TV

Ano: 2002

Série de reportagens **Infância Roubada**, produzida pelos jornalistas Wallace Lara e Ana Quezado, veiculada pela TV Verdes Mares, em Fortaleza (CE) (e reproduzida nacionalmente pelo Programa Fantástico, da Rede Globo), sobre a relação do turismo no Nordeste e a incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ano: 2006

Reportagem com mais de 20 minutos de duração produzida por equipe liderada pela jornalista Alinne Passos, do programa *Domingo Espetacular*, da TV Record, sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas.

Categoria Mídia Alternativa

Ano: 2004

Série *Asas Feridas*, composta por 27 matérias produzidas pelo Núcleo de Jornalismo Experimental do Curso de Comunicação da Faculdade Social da Bahia, produzidas por alunos e pelos jornalistas coordenadores do projeto Leandro Colling, Walter Fernando Garcia e Rosana Zucolo, sobre o abuso e a exploração sofridos por crianças e adolescentes do sexo masculino.

Ano: 2006

Série de dez reportagens produzida pela jornalista Fernanda Sucupira, da Agência Carta Maior (SP), sobre a impunidade dos que cometem abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Categoria Temática Especial

Ano: 2006

Série de reportagens produzidas por equipe liderada pelo jornalista Cláudio Ribeiro, do jornal *O Povo* (CE), sobre os principais pontos de exploração sexual infanto-juvenil encontrados à margem das rodovias do Ceará.

4.6. Principais resultados do Concurso

Com base nos relatórios produzidos pela ANDI e nas entrevistas realizadas com repórteres vencedores e com os organizadores da iniciativa⁴⁹, é possível apontar os principais resultados e desafios do concurso, na perspectiva dos jornalistas e das organizações responsáveis pelo projeto.

4.6.1. Contrapartida voluntária dos veículos:

Entre os resultados mais citados pelos organizadores do concurso está a capacidade dos repórteres e veículos de ampliarem a proposta de investigação que havia sido aprovada e complementarem a reportagem e/ou conseguirem pautar outras mídias do mesmo grupo sobre o tema investigado. Para o Secretário-Executivo da ANDI, Veet Vivarta, isso acontece em três circunstâncias: a) quando a pauta rende mais do que o esperado; b) quando o jornalista se envolve tanto com a temática, que se sensibiliza e busca mais informações ao perceber que poderia potencializar ainda mais aquilo que tinha desenhado; e c) quando os jornalistas acabam sensibilizando colegas no nível de chefia (editores ou chefes de reportagem) ou de outros veículos do mesmo grupo empresarial. Essa contrapartida tem ocorrido de forma totalmente voluntária, como explica Vivarta:

De repente você tem o produto prometido para rádio, circulando na televisão, gerando material para mídia impressa. E tudo isso sem que a gente tivesse o menor envolvimento no processo. (...) Somos surpreendidos com essa multiplicação dos resultados. Matérias que estavam programadas para uma série de três (dias) viram uma série de uma semana, ou o suplemento que tinha quatro páginas aparece com oito ou o grupo todo acaba sendo contaminado positivamente pela pauta. Para nós, esse é

⁴⁹ Para fins desta pesquisa, foram entrevistados quatro integrantes da equipe responsável pela organização do prêmio: Veet Vivarta, Secretário-Executivo da ANDI; Carlos Ely Souto de Abreu, Gerente do Núcleo de Mobilização da ANDI; Rilton Pimentel, Jornalista-Assistente do Núcleo de Mobilização da ANDI; e Carolina Padilha, Coordenadora de Programas do Instituto WCF-Brasil. Para resgatar o histórico de criação do concurso e a disseminação de sua metodologia, também foi entrevistado o jornalista Geraldinho Vieira, Diretor-Executivo da ANDI no período de formulação do projeto e atual Diretor de Comunicação da Fundação Avina, que criou o projeto Becas Avina, inspirado no Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística. As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2007 a fevereiro de 2008. Para capturar o ponto de vista dos jornalistas participantes do concurso, foram entrevistados cinco jornalistas vencedores, seguindo o critério de representatividade por região: Aline Passos, da TV Record de Belém-PA, representando a região Norte; Demitri Túlio, do Jornal O Povo de Fortaleza-CE, representando a região Nordeste; Alan Rodrigues, da Revista IstoÉ de São Paulo-SP, como representante da região Sudeste; Érika Klingl, do Correio Braziliense de Brasília-DF, da região Centro-Oeste; e Mauri Konig, da Gazeta do Povo de Curitiba-PR, representando a região Sul. As entrevistas com os repórteres foram realizadas de maio de 2007 a janeiro de 2008.

um dos resultados mais relevantes no sentido de perceber que o tema que a gente coloca como pauta-meta do concurso tem esses poderes – oferece histórias de qualidade do ponto de vista do jornalismo investigativo, tem ouro para garimpar, o que é ótimo para o jornalismo, mas muito triste para a realidade brasileira.

A repórter Érika Klingl⁵⁰, do Correio Braziliense, que mostrou a conexão entre a exploração sexual e o baixo desempenho escolar em um caderno especial publicado em 2006, tem um exemplo de como foi possível ampliar o escopo da reportagem com o apoio da direção do jornal:

A matéria cresceu por causa do jornal, que entrou com mais 6 mil reais. As cidades que eu tinha definido eram: Fortaleza-CE, Ananindeua-PA e Cabedelo-PB. E o Josemar (Gimenez, diretor de redação), disse: “Falar sobre exploração sexual e baixo desempenho escolar no Norte e Nordeste é fácil. Quero que você fale sobre isso no Sul”. Eu disse que não tinha dinheiro. E ele: “Então eu pago”. Aí mudei as cidades para Poconé-MT, Brasília-DF, Foz do Iguaçu-PR; Belém e Ananindeua-PA e acabamos esticando para Ilha do Marajó-PA; Fortaleza-CE; e a BR Rio-Bahia, para pegar o Vale do Jequitinhonha.

No caso de Mauri König⁵¹, da Gazeta do Povo, que investigou as causas e conseqüências da exploração sexual nas fronteiras da região Sul do Brasil, em 2004, foi a resposta do público que levou a direção do jornal a ampliar o projeto original:

O resultado do trabalho teve tanta receptividade entre os leitores que no ano seguinte a direção do jornal decidiu bancar um projeto complementar, levando-me a percorrer também a fronteira Norte do Brasil para descrever as rotas da exploração sexual de crianças e adolescentes. Como a segunda série de reportagens não teria sido possível sem antes acontecer a primeira, considero ambas como parte integrante do Concurso Tim Lopes.

4.6.2. Contrapartida voluntária do repórter

Foram recorrentes os casos de repórteres que extrapolaram o que haviam se comprometido a entregar e desenvolveram outros trabalhos – jornalísticos ou não – que se configuraram ações de enfrentamento do fenômeno da violência sexual. Para a Coordenadora de Programas do Instituto WCF, Carolina Padilha, essa ampliação do trabalho originalmente proposto pelo repórter não é provocada pelos organizadores do Concurso, mas se dá em função do próprio tema, que, embora seja muito difícil de ser tratado, é também muito instigante:

⁵⁰ Entrevistada em 27/10/2007, em Brasília.

⁵¹ Entrevistado em 13/08/2007, em São Paulo. Informações complementares foram obtidas por email recebido em 20/08/2007.

O concurso tem a capacidade de criar nas equipes que são premiadas um link com o tema vai além do final daquela edição. A maioria das equipes e dos veículos que foram vencedores do concurso acaba tendo a violência sexual contra crianças e adolescentes como um dos temas que estão ali sempre piscando e que pode ser trabalhado em outras possibilidades.

Na opinião do Secretário-Executivo da ANDI, Veet Vivarta, as situações vivenciadas pelos repórteres no processo de investigação das questões ligadas à violência sexual contra crianças e adolescentes acabam reforçando o compromisso dos jornalistas com o tema:

Esse é um tema que do ponto de vista humano é muito poderoso. Esses jornalistas passam por situações extremamente delicadas. São muitos desafios profissionais do ponto de vista ético e de estar se colocando em posição de vulnerabilidade. (...) Além do desafio profissional, há um desafio humano que gera transformações grandes na percepção do jornalista em relação ao tema, o que leva a um compromisso maior com essa pauta. Eles acabam tendo disposição de compartilhar essa experiência com os colegas, no ambiente acadêmico e de responder a convites da ANDI e do Instituto WCF para contar sua experiência, que a gente acha muito rica. Mas isso acontece de forma saudável, não achamos que é uma confraria, é bom jornalismo. E o bom jornalismo, para acontecer num tema desta complexidade, precisa de aprofundamento.

Embora os jornalistas vencedores do prêmio Tim Lopes demonstrem disponibilidade para participar de outras atividades a convite da ANDI, como palestras nas universidades ou nas redações sobre sua experiência de investigação, Vivarta explica que a proposta do Concurso não é formar militantes. Ele acredita que o Concurso promove um vínculo mais forte do jornalista com a ANDI, não só pelo envolvimento do repórter com a pauta, mas porque essa relação foi formalizada na inscrição. Essa tensão entre o repórter investigativo e o repórter militante, tem sido um aprendizado para a ANDI, conforme explica Vivarta:

O projeto trouxe para nós a percepção de que precisamos respeitar a independência do profissional e nosso trabalho é de colaboração. Por mais importante que seja a nossa pauta, trabalhamos num âmbito que existe um ator – a imprensa – que deve ser valorizada em sua autonomia. Senão, ela perde o seu papel de fiscalizador do espaço público. Colocaríamos em risco o valor maior da imprensa se achássemos que os jornalistas deveriam ser funcionários da infância.

Para Carlos Ely Souto de Abreu, gerente do Núcleo de Mobilização da ANDI, embora não haja um monitoramento do profissional vencedor após o prêmio para saber se ele continua investindo nessa pauta, é possível perceber, por meio de depoimentos ou contatos posteriores com os jornalistas, uma mudança em sua postura profissional e em algumas vezes em sua vida pessoal:

Me arrisco a dizer que ninguém sai incólume de uma experiência como essa, ninguém sai sem um tipo de marca. É impossível alguém ter uma imersão na área, com uma consultoria técnica, e sair como entrou. Embora a gente tenha outras experiências com oficinas, publicações, análise de mídia, o Tim Lopes tem um

diferencial que vai além da nossa ação de pauta, mobilização, de atendimento, de corpo-a-corpo porque o repórter entra mesmo no tema, mergulha na história com compromisso.

Um dos exemplos de como a pauta acabou gerando atividades extra-jornalísticas foi do jornal O Povo, de Fortaleza, que amarrou compromissos políticos com prefeitos. Demitri Túlio⁵², um dos repórteres responsáveis por essa ação, explica como se deu o processo: em cada cidade em que a equipe chegava para investigar, os repórteres anotavam separadamente em um caderno que serviços ligados aos direitos da criança e do adolescente não existiam ou não funcionavam apropriadamente, sem saber inicialmente a função exata que teria esse material. Demitri exemplifica: “O município tem o diagnóstico da situação da criança e do adolescente? Tem não, bota aí – não tem. (...) Tem abrigo para essas meninas que estão na boléia do caminhão? Bota aí – não tem.”. Com o levantamento em mãos, antes da publicação da matéria, a equipe decidiu abordar o Ministério Público, a Câmara Legislativa e a Corregedoria da Polícia, em busca de um compromisso dos promotores de encaminhar o material para os procuradores que, por sua vez, fariam as recomendações aos prefeitos. Se, em um ano, os prefeitos não tomarem providências, os jornalistas entrarão com uma Ação Civil Pública. Paralelamente; a equipe também mobilizou a Assembléia Legislativa, que conseguiu viabilizar recursos do Fundo da Infância e Adolescência para a produção de programas de rádio e TV sobre os direitos da criança e do adolescente. Demitri Túlio explica que essas propostas, não previstas no projeto original, nasceram da indignação dos repórteres em campo:

O repórter não está descolado do cidadão. Dentro (...) de uma redação, (...) você tem a pretensão, a ilusão de que alguma coisa que você vai fazer através do jornalismo vai mudar alguma coisa. (...) Se você quiser contar 1.400 histórias de meninas exploradas sexualmente, você conta. (...) E chora porque tem filho, tem irmão, mas e depois? Não acho que as matérias vão mudar o mundo não, mas vão começar a perturbar. É o jornalismo perturbador, é o jornalismo piolho, é o jornalismo pulga. É o jornalismo (que acredita que) as pessoas que estão em cargos públicos têm que ser cobradas, sim.

O Concurso também contabiliza como ganhos indiretos do concurso o fato de várias das reportagens vencedoras provocarem reações concretas do poder público ou de organizações da sociedade civil que “a partir da reportagem, entraram em campo, demandaram respostas, incluíram o debate no âmbito legislativo, cobraram do executivo”,

⁵² Entrevistado em 28/05/2007, em Brasília.

comenta o Secretário Executivo da ANDI, Veet Vivarta. Esse foi o caso das matérias sobre pedofilia na internet publicadas pela IstoÉ, como conta o repórter Alan Rodrigues⁵³:

Foi depois de nossa reportagem que o governo e várias entidades resolveram se organizar. Para se ter uma idéia da nulidade do tema como pauta dos movimentos e do governo, nem crime era a prática de crimes de pedofilia na internet. Foi depois de publicada a alternativa européia (Espanha) que o Congresso Nacional resolveu agir. Eles resolveram criar a lei. Esse foi o ponto mais positivo da história.

Érika Klingl, do Correio Braziliense, também percebeu o interesse dos órgãos públicos pelo material que ela tinha preparado como subsídio para a investigação: uma planilha com o cruzamento dos dados da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que aponta os municípios brasileiros com altos índices de exploração sexual, com os dados sobre baixo desempenho escolar disponibilizados pelo Ministério da Educação:

Sei que houve repercussões sociais. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos pediu a planilha para estudar; o Ministério da Educação pediu a planilha para fazer um levantamento; a (Senadora) Patrícia (Saboya) Gomes também pediu os dados. A (Deputada) Maria do Rosário também. Eu sei que houve repercussão dos leitores porque eu recebi um monte de emails e cartas das pessoas muito chocadas com a realidade.

Em dezembro de 2006, o Concurso Tim Lopes foi o tema do discurso preferido pela Senadora Patrícia Saboya no Senado Federal. Ela divulgou a iniciativa e resumiu cada uma das matérias vencedoras na edição de 2006:

Senhoras e Senhores Senadores, gostaria de registrar aqui, nesta Casa, uma importante contribuição que a mídia brasileira tem dado à causa do combate à violência sexual de crianças e adolescentes. A ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), uma das ONGs brasileiras mais respeitadas dentro e fora do País, em parceria com o Instituto WCF-Brasil, organização criada pela Rainha Sílvia, da Suécia, lançaram, em 2002, o Prêmio Tim Lopes de Investigação Jornalística – uma homenagem ao jornalista da Rede Globo que morreu quando se dedicava à produção de reportagem sobre a exploração sexual nos bailes funks do Rio de Janeiro.

O concurso Tim Lopes é uma iniciativa pioneira de incentivo à imprensa para aprofundar a cobertura sobre o abuso e a exploração sexual de meninos e meninas. O diferencial é que, ao contrário de outros concursos jornalísticos, o projeto não premia reportagens prontas, mas sim propostas de pautas originais e inovadoras sobre o tema.(...)

4.6.3. Premiações paralelas

Outro resultado não esperado pelos organizadores do Concurso Tim Lopes é que as reportagens acabam ganhando outros prêmios. Em 2007, a Sociedade Interamericana de

⁵³ Entrevistado por e-mail em 06/11/2007.

Imprensa premiou duas reportagens de jornal (Érika Klingl, do Correio Braziliense; e a equipe do Jornal O Povo, do Ceará), trazendo mais visibilidade para o tema, para o veículo e para o repórter.

4.6.4. Bolsa para investigação

Ao selecionar projetos de reportagem e oferecer uma bolsa para a produção da investigação, o concurso promove igualdade de condições na concorrência, independente da estrutura do veículo. Se a maioria dos prêmios jornalísticos restringe-se ao eixo Rio-São Paulo, isso não acontece com o Concurso Tim Lopes, que inclui em sua lista de vencedores veículos do Norte e Nordeste⁵⁴, como ressalta Carlos Ely Souto de Abreu, gerente do Núcleo de Mobilização da ANDI:

Um dos diferenciais deste concurso é que ele iguala os veículos. O jornal O Globo pode competir em pé de igualdade com o Jornal do Acre. Estou premiando a idéia de pauta, viabilizando que a pauta seja executada mesmo por um jornal de menor porte que não tem estrutura.

Veet Vivarta, Secretário-Executivo da ANDI, faz uma ressalva em relação a este aspecto: embora esse seja um dos resultados da estratégia, “se um veículo não tem histórico no campo de investigação jornalística, não é de um dia para o outro que ele vai fazer uma investigação a fundo”. Para ele, é claro que as empresas com menor porte acabam se beneficiando mais do recurso financeiro, mas elas certamente serão empresas já comprometidas com jornalismo investigativo de alguma forma.

As entrevistas com repórteres vencedores indicam que a bolsa é fundamental, não apenas para veículos de pequeno porte. Em tempos de crise nas redações, nunca há tempo ou apoio para viagens, reflexões, consultas a especialistas que não serão citados na matéria, mas oferecem informações de contexto sobre o tema. Alan Rodrigues, da Revista IstoÉ, autor de uma das primeiras matérias na imprensa brasileira sobre pedofilia na internet, publicadas em 2004, confirma que denunciar um tema até então inédito e ter acesso à bolsa para investigar o caso foram as principais motivações para sua inscrição no concurso. Ele afirma que, sem o concurso, seguramente o tema ganharia menos espaço na revista: “Talvez uma capa, nada mais que isso”. Ele reforça a importância do investimento: “Acho que a importância do prêmio é de patrocinar o projeto. Hoje, as redações estão cada vez com menos investimentos

⁵⁴ Informação disponível no Relatório de Atividades do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, referente ao período de 01 de abril a 18 de julho de 2006, preparado pelo coordenador do Núcleo de Mobilização da ANDI, Carlos Ely Souto de Abreu.

em reportagens. Então, o prêmio tem o seu valor”. O repórter especial Demitri Túlio, do Jornal O Povo, que investigou os pontos de exploração sexual às margens das rodovias do Ceará em 2006, confirma que, mesmo em um jornal como O Povo, que já tinha assumido um compromisso público com os direitos da infância, não seria viável fazer a reportagem sem o apoio financeiro providenciado pelo concurso:

O Prêmio Tim Lopes era uma oportunidade de se fazer uma reportagem com a bolsa e fugir das pindaibas da redação, que não tem dinheiro para viajar tantos dias, não tem dinheiro para tirar quatro repórteres, não tem dinheiro para o carro, para o motorista. (...) O pessoal brincava perguntando quanto é o prêmio em dinheiro. E a gente explicava que o prêmio é para custear as despesas, era uma “terceirização” dos jornalistas. Ah, mas não tem prêmio? Deve ter, mas não era um grande prêmio, era a possibilidade de se fazer.

Na região Norte, houve dificuldade para ajustar o orçamento às demandas da investigação, como explica a repórter Alinne Passos⁵⁵, da TV Record, que investigou casos de abuso e exploração sexual entre crianças indígenas em 2006:

A primeira dificuldade é adaptar a bolsa oferecida pelo prêmio à realidade do cronograma e roteiro em televisão. Precisamos de equipamentos como microcâmera e de uma equipe relativamente grande que inclui cinegrafista, repórter, produtor. Aí o orçamento vai ficando mais enxuto. São passagens aéreas, locação de veículo, hospedagem, alimentação. Tudo precisa ser milimetricamente calculado.

4.6.5. Estratégia de divulgação

O número de inscrições no concurso depende fundamentalmente de um esforço de divulgação por parte da ANDI que inclui a produção de materiais específicos (folder, cartaz, logo/selo e *banner* para internet); um plano de distribuição das peças gráficas de divulgação encaminhadas para as redações de jornais, revistas, emissoras de TV e Rádio, Faculdades de Comunicação, sindicatos de jornalistas, agências da Rede ANDI Brasil, 326 Jornalistas Amigos da Criança e organizações parceiras (Abraji, Fenaj, UNICEF e OIT); a produção e atualização de um site especial para o Concurso; a produção e distribuição de releases sobre o concurso, com utilização de uma lista de aproximadamente 5.600 contatos, entre Jornalistas Amigos da Criança, editores e repórteres, organizações parceiras etc; a inclusão de uma frase de divulgação do concurso e um link que remete os interessados para o site Tim Lopes como assinatura das comunicações eletrônicas, inclusive emails pessoais; a divulgação do prêmio nos eventos em que a ANDI é participante ou organizadora; a divulgação do prêmio em todas as publicações produzidas pela ANDI; o trabalho de corpo-a-corpo da equipe da ANDI com

⁵⁵ Entrevistada por email em 19/11/2007.

os jornalistas que recebem informações e esclarecimentos sobre o prêmio por telefone; e entrevistas da equipe da ANDI a veículos interessados em divulgar a iniciativa.

A intensidade do trabalho de divulgação tem conseguido ampliar o número de inscrições, mas ainda não é possível relaxar na divulgação para garantir um número razoável de participantes. Em 2002, no primeiro ano do projeto, foram 35 inscritos. Em 2004, este número cresceu para 62 propostas. Na terceira edição, o número de inscrições chegou a 65⁵⁶. É interessante notar que, no processo de inscrição adotado até então, o formulário e demais documentos eram encaminhados à ANDI pelo Correio, o que dificultou o monitoramento do número de inscritos antes da finalização do prazo. Esse processo está sendo alterado na quarta edição, que contará com um sistema de inscrição online, como explica Carlos Ely:

Era um suplício, pois a gente ia dormir na véspera (do dia de encerramento) sem saber quantas inscrições haveria. O sistema online vai permitir que a gente faça interferências na praça correta, dependendo do número de inscrições de cada local.

Um dos problemas detectados pela equipe da ANDI é o baixo número de inscrições de proposta de radiojornalismo. Na avaliação do Secretário-Executivo da ANDI, Veet Vivarta, o jornalismo de rádio no Brasil reduziu muito o seu perfil informativo:

Tem muito a informação de última hora, ou música, ou entretenimento, mas o trabalho jornalístico de rádio está muito prejudicado. São poucas emissoras e algumas redes que ainda mantêm isso. Às vezes até a rádio tem espaço, mas há fórmulas jornalísticas pouco criativas e aqui estamos trabalhando com investigação. Não estou desmerecendo a qualidade dos produtos de rádio porque alguns foram excelentes. Mas gostaríamos de ter debates mais acalorados no júri em torno das propostas de rádio e raramente temos isso, pois só temos um, dois, três bons projetos no máximo. Isso depende menos de nós, a gente continua incentivando, mas a gente sabe que é algo do contexto do rádio brasileiro. Nos prêmios de jornalismo de ponta, há o mesmo limite.

4.6.6. Consultoria técnica

A coordenadora de programas do Instituto WCF, Carolina Padilha, ressalta que as matérias do Tim Lopes têm um diferencial na abordagem, na linguagem e na utilização das imagens porque, além de receberem um apoio financeiro para execução das matérias, os participantes têm à disposição uma especialista *full time* para auxiliar e ouvir as equipes. Nas três edições, a socióloga Marlene Vaz⁵⁷ exerceu essa função.

⁵⁶ Informação disponível no II Relatório da Terceira Edição do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, referente ao período de 18 de julho a 18 de outubro de 2006, produzido pelo Coordenador do Núcleo de Mobilização da ANDI, Carlos Ely Souto de Abreu.

⁵⁷ Marlene Vaz é doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), participou da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil, aposentou-se como socióloga do IBGE e vem trabalhando como consultora para o Unicef, Instituto WCF, ANDI, entre outras instituições.

Segundo os depoimentos dos jornalistas, a consultora foi importante principalmente porque provocava a reflexão sobre o uso da imagem e as formas de abordagem durante as entrevistas. Alguns repórteres estabeleceram um vínculo mais forte com a consultora porque sentiram a necessidade de desabafar depois de entrarem em contato com o universo de violação de direitos em que vivem as meninas e meninos em situação de violência sexual. Para Alinne Passos, da TV Record de Belém, o contato com as ONGs de enfrentamento à violência sexual tornou-se mais intenso depois do contato com a socióloga. Ela é uma das repórteres que mantiveram o vínculo com a consultora: “Até hoje trocamos emails”. Érika Klingl, do Correio Braziliense, conta que foi a partir de uma conversa com Marlene Vaz que ela decidiu como abordar as entrevistadas:

Ela tem o olho mais treinado e eu tinha muito medo da abordagem. Como abordar uma menina que é vítima sem que ela seja vitimizada novamente? Se eu falasse “quanto é que você cobra?” ou “Há quanto tempo você está na rua?”, elas tem um padrão de respostas prontas para repórteres que perguntam esse tipo de coisa. A gente definiu que ia perguntar sobre educação. Isso foi fundamental porque não tive recusa. Não houve uma pessoa que eu abordasse que não quisesse falar comigo. E isso provavelmente não aconteceria se fosse falar sobre exploração sexual. Elas são tão alheias à cidadania que, quando você chega para falar de cidadania, elas se abrem. É interessante. Invés de perguntar “Quanto você cobra”, eu perguntava: “Há quanto tempo você não vai à escola?”. “Que matéria você gostava mais?” E a partir dessa conversa, eu não precisava perguntar nada sobre a exploração porque eu descobria. Meu foco era (entender) porque elas não estavam na escola; em que momento a política educacional foi falha com essas meninas; porque a política educacional acabou expulsando as meninas do sistema.

Em geral, o *feedback* que a ANDI recebeu dos jornalistas sobre a consultoria foi extremamente positivo tanto no que diz respeito aos limites necessários para que não houvesse interferência nas escolhas editoriais, quanto no que se refere a sua disponibilidade para esclarecer conceitos, discutir o uso das imagens e compartilhar momentos de estresse vividos durante as investigações. Entretanto, há uma preocupação por parte dos organizadores do prêmio em trazer outros pontos de vista para o debate sobre o tema com os jornalistas. Por isso, já planejaram convidar outros especialistas na área de enfrentamento à violência sexual para atuarem como consultores na próxima edição do concurso.

4.6.7. Capacitação dos jornalistas

Segundo Padilha, é muito difícil conseguir um jornalista com agenda para participar de seminários. O Concurso Tim Lopes foi então a maneira encontrada para contribuir para a formação do profissional de imprensa. Além do Concurso, o Instituto WCF-Brasil também

está apoiando uma parcela do projeto *In Formação*, da ANDI, custeando três bolsas para trabalhos acadêmicos sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. A iniciativa procura preencher uma lacuna na formação do jornalista, que normalmente não tem contato com a área dos direitos humanos ou dos direitos da infância em seu processo de formação.

4.6.8. Capacitação das fontes

O Concurso Tim Lopes também gerou a necessidade de o próprio Instituto WCF-Brasil se capacitar como fonte. Carolina Padilha explica que, para isso, o instituto está entrando em uma fase de produção sistemática de conhecimento:

A mídia está atrás de dado novo, notícia fresca, novos estudos, novas informações. E esse não era o nosso papel até pouco tempo. Agora estamos mudando isso e buscando também produzir conhecimento que pode ser utilizado pela mídia. Mas só vamos sentir o impacto dessa decisão no próximo concurso.

Segundo Carolina Padilha, o Instituto WCF-Brasil sempre teve uma relação tímida com a mídia pelo fato de ter um conselho formado essencialmente por representantes da iniciativa privada e para evitar a exposição da imagem da Rainha Sílvia da Suécia, fundadora da instituição. A partir de uma relação mais próxima com a mídia provocada pelo Concurso Tim Lopes, percebeu-se que essa timidez acabava comprometendo o desenvolvimento de alguns temas que poderiam ser pautados com mais eficácia junto à imprensa.

Começamos a nos preparar internamente para identificar os conteúdos que já temos que podem ser oferecidos para a mídia, definir quem dentro da organização é portavoz e saber se existe um alinhamento conceitual dentro da equipe. Também estamos olhando para as ações já desenvolvidas pelo instituto de forma a conseguir uma organização dos dados produzidos, e gerar conteúdos que podem ser publicizados.

Esse mesmo despreparo para atender as demandas da mídia sentido pelo Instituto WCF-Brasil também foi observado em relação a outras organizações não-governamentais que trabalham com o tema e que passaram a ser procuradas como fonte pelos jornalistas, conforme relata Padilha:

As organizações não estão preparadas, não porque não tenham o conhecimento técnico, mas porque existe toda uma dinâmica do relacionamento com a mídia que diz respeito ao tempo deles (os jornalistas), a maneira como apresentar a informação, que as organizações desconhecem. Por isso, uma das ações que estamos fazendo com a ANDI agora é um guia para as organizações serem fontes.

Como explicou Padilha, o Instituto WCF-Brasil ampliou a parceria com a ANDI e passou a apoiar a produção dos seguintes produtos, além do próprio Concurso Tim Lopes: a produção de uma publicação que traz a sistematização do concurso, as bolsas para projetos acadêmicos sobre a violência sexual e a produção de uma cartilha para qualificar as organizações não-governamentais como fontes.

4.7. Principais desafios identificados nas entrevistas

4.7.1. Assistência versus Intromissão

Na opinião do Secretário-Executivo da ANDI, Veet Vivarta, o maior desafio do Concurso continua o mesmo do começo – convencer as empresas, os grupos de comunicação que esse é um projeto de parceria, que isso não é uma invasão na autonomia do veículo de comunicação em relação a sua pauta. “Tanto que o próprio regulamento do concurso diz que se aquela bela pauta que foi apresentada, quando cair em campo, tiver as premissas furadas, não é obrigado a veicular”.

4.7.2. Sensacional versus sensacionalista

Um dos grandes desafios com que os jornalistas vencedores têm que lidar ao trabalhar com o tema da violência sexual diz respeito à tensão entre o sensacional e o sensacionalista. Descrever fatores humanos intrínsecos ao tema pode contribuir para aproximar o leitor de uma realidade que ele sabe que existe, mas está distante dele. Por outro lado, é muito tênue o limite entre a humanização da matéria e a exploração do drama das personagens. Vivarta comenta: “Isso é outro desafio ao tratar dessa questão – não amputar a tragédia humana que está envolvida, mas sem transformar isso em uma exploração do drama daquelas pessoas”. A repórter Alinne Passos, da TV Record, comenta esse dilema:

Outra dificuldade é falar do assunto em televisão: fazer imagens, encontrar símbolos que substituam a imagem das vítimas sem agredilas ou expô-las.

O jornalista-assistente do Núcleo de Mobilização da ANDI, Rilton Pimentel, também ressaltou o desafio de encontrar soluções criativas no uso de títulos e no uso de imagens para

não expor as vítimas de violência sexual, sem recorrer ao uso de clichês, como “ursinhos, bonecas, menina de cabeça baixa”. Embora a presente pesquisa não tenha proposto uma análise aprofundada das imagens utilizadas nas matérias vencedoras, é interessante notar que o tempo das tarjas pretas nos olhos das crianças já ficou para trás. Apesar de encontrarmos exemplos de lugares-comuns no uso das imagens, como meninas de cabeça baixa e bonecas, há situações interessantes em que o repórter fotográfico busca um tratamento sofisticado para as fotos, após uma reflexão sobre a possível reprodução de mitos, estereótipos e preconceitos, como exemplifica a repórter Érika Klingl, do Correio Braziliense:

A gente (repórter e fotógrafo) teve uma conversa sobre as fotos no meio da viagem. As primeiras fotos sensualizavam as meninas. (...) Mas a gente está denunciando um problema! A gente não pode fazer uma foto que o cara pegue o jornal e fique com vontade de sair com a menina. (...) Senão, você vai estar usando o seu trabalho para vitimizar aquela pessoa. E esse é um preconceito que a gente carregava, mas fingia que não. Eu pensava: será que essa menina realmente não tinha outra opção? Fui descobrindo ao longo do processo como é que o desrespeito se dá desde muito novinha (...). Para fazer essa abordagem em que trata a pessoa com cidadania, você tem que tratar a pessoa como igual, sem preconceitos. Ela tem o mesmo direito que eu, ou que minha filha, ou que minha sobrinha de ter contato com a escola, com a família, de ter lazer, de ter sorte, de ter cultura. Se eu faço uma abordagem que leva em conta os direitos violados, eu sou obrigada a partir do princípio de que ela tem os mesmos direitos do que eu. A partir daí não tem como agir com preconceitos porque a minha abordagem trata de iguais.

Em geral, os títulos e subtítulos giram em torno da idéia da perda da infância ou apelam para termos mais sensacionalistas, que lembram as páginas policiais da imprensa marrom, em busca de audiência imediata, como por exemplo os subtítulos “Pokémons, espetinhos e cerveja na rotina de Serena”, “Mário, violentado por uma mulher”, ou “Negra, pobre, violentada, drogada...”.

Nos títulos principais das reportagens, não há muita variação quando o tema central é a exploração sexual comercial: “Nos Jardins da Infâmia”, “Infância no Limite”, “Inocência Perdida”, “Infância Roubada. Quando o tema central é o abuso sexual, também prevalecem os títulos com tom negativo como “Dor sem Remédio”, “Asas Feridas”, “Bandido ou Doente” ou “Dormindo com o Inimigo”. Também é possível encontrar títulos mais neutros como “Confissões de Família”, “Especial Exploração Sexual Infanto-Juvenil”, “Documento Br”, “Perigo Digital”. Já os títulos com qualquer conotação positiva, que indique possibilidades de superação, são bem mais raros: “Acolhimento com Dignidade” e “Exemplo da Europa”.

4.7.3. Conflitos éticos

Os jornalistas participantes do Concurso Tim Lopes têm que lidar com sérios conflitos éticos durante o processo de investigação e, dependendo de suas decisões, podem colocar em risco a sua própria segurança e/ou a integridade de seus entrevistados(as). Por outro lado, se os jornalistas seguissem à risca o Código de Ética da profissão conseguiriam as informações que estão buscando em suas matérias? Vale tudo pela informação? Simular uma situação de turismo sexual para comprovar a convivência de um hotel; detalhar histórias da personagem da matéria sob o risco de facilitar que sua identidade seja revelada; reforçar preconceitos com a intenção de sugerir uma punição para o abusador são alguns exemplos que poderiam ser confrontados ao Código de Ética do Jornalista, que determina:

Artigo 6º É dever do jornalista:

VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias

Artigo 7º O jornalista não pode:

IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais

V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime

Artigo 10º A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade

Artigo 11º. O jornalista não pode divulgar informações:

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes

III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração

Artigo 12º. O jornalista deve:

III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar

Demitri Túlio, repórter do jornal O Povo, resume alguns dilemas vividos pelos jornalistas no processo de apuração:

Na apuração, nada é fácil. Começa pela abordagem, você não sabe se você se passa por cliente, se bota o crachá, se senta para tomar uma cerveja. E dali começa uma conversa. O que você vai perguntar ou deixar de perguntar? Você pergunta tudo, tem hora que é constrangido, tem hora que constrange. Tem hora que você chega para a polícia com um discurso, mas não era a hora de chegar. Então, esse cotidiano tem que ser reinventado. Tem o cansaço, o timing. O legal é se o jornal pudesse dar condições para você escrever no calor da história. Tem a volta para o hotel velho, em que você fica ruminando e maquinando aquelas histórias. Tem também uma pergunta: por que estou fazendo isso? Tem mil coisas. É intenso. A gente vai discutir com outros colegas. A adrenalina vai para cima e para baixo toda hora.

No caso de Alinne Passos, da TV Record, que retratou a violência sexual de meninas em comunidades indígenas, a questão da abordagem era ainda mais complexa devido às diferenças culturais:

Uma questão que nos preocupou muito foi quanto à forma de abordagem nas aldeias. O caso envolvia uma questão étnica muito delicada. Estamos lidando com uma cultura diferente da nossa para abordar um assunto como o abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Chegávamos com uma parafernália de equipamentos, “invadindo” o dia-a-dia deles. Precisávamos nos ambientar um pouco no lugar, conversar com as lideranças, aí só depois começar a gravar.

Em oficinas organizadas pela ANDI em 2007 como atividades do projeto *Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual – O que a mídia tem a ver com isso?*, repórteres participantes do Concurso Tim Lopes e especialistas na área de enfrentamento à violência sexual conversaram com jornalistas e estudantes de jornalismo de cinco cidades brasileiras sobre alguns desses dilemas éticos e outros temas ligados à pesquisa e às políticas públicas referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes. Em São Paulo, foi organizado um encontro com jornalistas da Folha de S. Paulo e outro com estudantes de jornalismo da USP⁵⁸. Na ocasião, o repórter Mauri König, da Gazeta do Povo, contou alguns detalhes sobre sua participação no Concurso Tim Lopes:

Visitamos 64 locais de exploração sexual e só nos identificávamos como repórteres para as fontes oficiais. Se chegássemos com o crachá da Gazeta do Povo, essas pessoas esconderiam as meninas embaixo do tapete. Na região Sul, nos apresentávamos como representantes agrícolas de São Paulo. No Norte, nos apresentávamos como turistas. (...) Sentávamos para beber cerveja, pagar cerveja para as pessoas, e vivemos alguns dilemas éticos, que nos levaram a muitas reflexões. Nas conversas, descobrimos que haveria uma festa de 15 anos de uma menina que era explorada pelo Zé Gay (apelido do aliciador). Foram três idas ao mesmo lugar para conseguir a informação que queríamos. Acreditamos que ele é um infrator da lei. Não que os fins justifiquem os meios, mas a omissão da nossa identidade como jornalista tinha um fim muito mais nobre do que a finalidade do sujeito. Pensamos muito nisso como um dilema ético. Pelo que me consta, o sujeito foi detido depois da reportagem, mas não acompanhei o que aconteceu depois por ser tão longe.

Também participante do evento como palestrante, a professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília Maria Lúcia Leal traçou um paralelo entre a postura do jornalista e do pesquisador universitário para ressaltar os limites da atuação do observador externo: “Quando fazemos uma pesquisa pela universidade, vale a informação,

⁵⁸ As oficinas, realizadas no dia 09 de agosto de 2007, integraram o projeto *Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual – O que a mídia tem a ver com isso?*, como parte das atividades do Programa de Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico para Fins de Exploração Sexual, implementado pela ONG *Partners of the Americas*.

mas também a integridade dos pesquisados e pesquisadores”. Ela defende que seria muito irresponsável estimular um envolvimento do jornalista com o crime organizado:

As metodologias têm que ser pensadas porque o jornalista não pode colocar a sua vida em risco. Queremos que ele coloque um debate para a sociedade. É muito nobre o seu trabalho, mas para desenvolver uma pesquisa dessa natureza, é preciso ter muita cautela e verificar o que se quer, e estabelecer uma diferença entre investigação policial e pesquisa. (...) Não quero pesquisar para morrer, quero pesquisar para construir bases concretas.

O Secretário-Executivo da ANDI, Veet Vivarta, explica que os riscos éticos e de abordagem fazem parte do projeto, pois a ANDI nunca terá acesso ao texto final antes de sua veiculação:

Este projeto é muito rico exatamente por sua complexidade. Não temos garantia de que o produto final sairá 100% segundo a cartilha do politicamente correto de exploração e abuso sexual. O que a gente faz é dar todos os documentos que a gente tem e outros que a ANDI localiza, alertamos sobre a questão da imagem, da exposição, da foto, da filmagem, da revitimização, sobre o sentimento natural de revolta e indignação, o problema que isso causa às vezes – pesadelo, noites sem dormir –, a questão do risco quando é uma investigação sobre as redes criminosas. Tudo isso está dentro do pacote básico de orientações, mas nós não somos loucos de acharmos que vamos controlar a operação dos jornalistas.

Carlos Ely Souto de Abreu ratifica que não há controle sobre as matérias publicadas. Em geral, o saldo é extremamente positivo, porque elas trazem um tipo de informação para o leitor que ajuda a desvendar e buscar soluções para o fenômeno da violência sexual. Entretanto, ainda são comuns alguns deslizes conceituais podem trazer problemas para as personagens das matérias, principalmente quando o tema em questão é a exploração sexual ou o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Posso dizer com segurança que não são matérias perfeitas. Têm matérias de todos os níveis, matérias muito redondas, outras com problemas de abordagem. Por exemplo, o material do Povo é fantástico no sentido de ir além, negociar com o Ministério Público o serviço de proteção a testemunhas. Por outro lado, eles cometeram alguns escorregões notáveis na abordagem da fala das meninas, excedendo nos detalhes sobre o que elas fazem nos programas; no uso das imagens. (...) Por mais que as pessoas estejam totalmente imbuídas de boa vontade, e com interesse em contribuir com a questão de fato, ainda assim cometem-se equívocos. Mas há uma série de outros aspectos muito bons, que nenhuma outra matéria conseguiu fazer. Então esse diferencial do compromisso pesa mais do que as fragilidades. Todas elas têm seus problemas e seus méritos.

Em todos os casos considerados pela equipe da ANDI como equívocos éticos ou conceituais, houve um *feedback* para os jornalistas envolvidos, o que pode gerar algum estresse na relação com os premiados em um primeiro momento, mas depois costuma ser aceito. “Esse é um processo pedagógico”, explica Vivarta, citando um exemplo:

... a pessoa se sentiu injustificada com o feedback porque tinha feito mais do que havia prometido (...). A investigação tinha muitos méritos, mas estava construída num viés que reforçava sentidos comuns com os quais a gente também está querendo mexer quando propõe um trabalho deste. (...) Mas depois a pessoa reconsiderou e resolveu estudar direitos humanos, continuar na carreira acadêmica com esse tipo de tema.

Para auxiliar os jornalistas na produção de matérias relacionadas à exploração sexual infanto-juvenil, a ANDI lançou, em novembro de 2007, o Guia de Referência para a Cobertura Jornalística sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conforme já mencionado. Desenvolvido com o patrocínio da Petrobrás e Governo Federal e o apoio do Unicef, o Guia é o primeiro volume da série Jornalista Amigo da Criança e oferece elementos práticos para a cobertura do assunto. No release de divulgação da publicação disponibilizado para a ANDI, o Secretário-Executivo comenta que não foi por acaso a escolha do tema Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes para o primeiro volume: "Trata-se de uma grave forma de violação aos direitos da população infanto-juvenil, que devido à complexidade dos fatores envolvidos vem desafiando não apenas os gestores públicos, mas também o trabalho cotidiano das redações brasileiras", afirma.

A publicação apresenta as principais políticas de enfrentamento ao problema e traz informações sobre a legislação nacional e internacional, além de abordar conceitualmente o fenômeno e oferecer algumas sugestões de pautas com glossário, guia de fontes e dicas úteis para aprimorar o tratamento editorial dispensado ao assunto.

A edição 2008 do concurso Tim Lopes trará um diferencial importante em relação à postura dos jornalistas durante as investigações: uma oficina com os vencedores antes do início da apuração, com a participação de especialistas na área de enfrentamento à violência sexual e ex-participantes do concurso. O evento poderá antecipar o debate sobre os conflitos éticos e, conseqüentemente, provocar uma análise dos riscos das abordagens a serem adotadas.

Capítulo 5 – Imprensa e Sociedade Civil: um diálogo possível

5.1. Jogo da democracia

Em um contexto de democratização no Brasil pós Constituição de 88 e de um mundo globalizado que estimula a organização em rede de entidades nacionais e internacionais de

diversas naturezas, a relação entre a imprensa e a sociedade civil requer uma releitura de alguns conceitos clássicos da teorização do jornalismo como *Newsmaking*, *Agendamento* e *Valores-notícia*, discutidos na Introdução deste trabalho. Muitos autores vêm trabalhando nessa proposta, seja para contribuir para a reflexão acerca da democratização dos meios de comunicação ou para compreender as estratégias de agendamento de questões sociais (SERRA 2000, SILVA L.M., 2007; MARÔPO, 2004), como é o caso desta pesquisa particularmente.

Desde os anos 90, a polarização entre estudos liberais e estudos radicais já não é mais suficiente para compreender a complexa rede de atores que influenciam na produção de notícias (SERRA, 2000, p. 1-2). Os estudos liberais apresentavam os meios de comunicação de massa como organizações independentes da estrutura de poder da sociedade, um “quarto poder” que vigiava os demais e garantia informações objetivas. Já os estudos radicais mostravam os meios subordinados aos interesses do Estado capitalista, com função de veicular a ideologia da classe dominante.

Serra defende que não existe um modelo de pesquisa em jornalismo universalmente válido e que “a produção das notícias depende das pressões e contrapressões a que estão sujeitos os meios em diferentes configurações sociais, distintos momentos históricos e dependendo do tipo de questão ou interesse em jogo” (2000, p. 14). A autora enfatiza a importância de revisitar os mais tradicionais modelos de pesquisa do jornalismo: o modelo de definidores primários⁵⁹ (HALL et Al., 1973), segundo o qual as fontes políticas e institucionais credenciadas definiriam o que seria reproduzido pela mídia; o modelo de disputa política (WOLSFELD, 1997), que defende que o processo político influencia a mídia mais do que o contrário; o modelo de coalizão (PROTESS et al, 1991), que identifica colaboração entre jornalistas e suas fontes oficiais; o modelo de agenda-setting (McCOMBS & SHAW, 1972), que afirma que os meios definem a pauta e a hierarquia das questões na percepção do público – revisto nesta pesquisa –; e o modelo de arenas públicas (HILGARTNER & BOSK, 1988), que procura conjugar diferentes tradições de pesquisa,

⁵⁹ Hall et Al. (1973) fazem uma distinção crucial entre definidores primários e secundários (*primary* e *secondary definers*) para mostrar como os media costumam reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, em um sentido simplista, ao seu serviço. Os autores afirmam que os media não criam autonomamente as notícias, mas dependem de assuntos noticiosos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis. As pressões práticas de trabalho contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para que os que detêm posições institucionalizadas privilegiadas consigam amplo acesso aos media, gerando a tendência por parte dos media de reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Esses poderosos “porta-vozes” se consolidam, então, como *definidores primários* de tópicos. No momento da produção jornalística, os media colocam-se em uma posição de subordinação estruturada aos *primary definers* (HALL et al., 1973, in TRAQUINA, 1999, p. 228)

destacando seis elementos que influenciam a definição coletiva do que se tornará notícia – princípios de seleção (drama, novidade, etc); características organizacionais; considerações culturais; preconceitos políticos; ação de *gatekeepers*; e grupos de defesa. Esse último modelo baseia-se na competição entre os diferentes problemas pelo escasso recurso da atenção pública e, segundo Serra, tem o mérito de focalizar as diferentes arenas onde os problemas se desenvolvem. A autora resgata o comentário de Golding (1994) para lembrar que a mídia também deveria ser vista como uma arena onde é possível trocar informações e dar visibilidade ao que acontece nas outras arenas (SERRA, 2000, p. 7-8).

Com o intuito de contemplar o novo papel atribuído aos movimentos sociais, à mídia e à opinião pública, Serra dedica-se, sobretudo, à revisão da concepção original de emergência e erosão da esfera pública de Habermas (1989 apud SERRA, 2000) desenvolvida nos anos 60 a partir da releitura feita pelo próprio autor nos anos 90, que passou a entender a esfera pública não mais como um agregado de indivíduos que se constituem em um público, mas formada por grupos auto-organizados, constituindo-se em rede para a comunicação de fatos e pontos de vista; em uma arena para detecção, tematização, problematização e dramatização das questões que precisam ser processadas pelo sistema político (SERRA, 2000, p. 10).

A partir de uma confluência de abordagens a fim de observar o papel dos diferentes atores, dentro e fora das organizações jornalísticas, na produção das notícias, Sônia Serra desenvolveu um estudo de cinco anos sobre a cobertura nacional e internacional do assassinato de crianças em situação de rua no Brasil. As influências mais fortes observadas pela autora foram: a formação econômico-social; o contexto cultural; as mudanças no clima político; e a agenda internacional. “Os principais condicionantes da produção das notícias nesse caso apareceram no conflito entre ‘definidores primários’, ligados aos setores da lei e da ordem e as esferas públicas alternativas”, constituídas pela relação do movimento dos meninos e meninas de rua com os jornalistas (SERRA, 2000, p.12).

Lídia Marôpo complementa as condições apresentadas por Serra para que os movimentos sociais consigam agendar seus temas na mídia com mais um fator: o investimento do próprio movimento social em defesa de crianças e adolescentes na área de comunicação, que passou a contar com assessorias, prêmios de jornalismo, seminários sobre o tema em questão, sites e serviços na internet. Marôpo analisou o papel dos movimentos sociais na área dos direitos da infância para a construção da agenda sobre esse tema na mídia brasileira a partir do dado da Agência de Notícias dos Direitos da Infância de que houve um crescimento de 764% entre 1996 e 2000 no número de notícias, artigos e reportagens

publicadas sobre questões relacionadas com crianças e adolescentes nos 50 maiores jornais brasileiros (2004, p. 1-2).

Ela conclui que mídia e movimentos sociais cultivam uma relação de interdependência e de conflitos simultaneamente. Os grupos organizados procuram visibilidade para suas questões na mídia, e a imprensa procura garantir sua legitimidade e a integridade de sua imagem tomando a sociedade civil como fonte. Por outro lado, constrangimentos organizacionais e rotinas de produção da notícia provocam uma supremacia das fontes oficiais. Além disso, a cobertura jornalística sujeita os discursos dos movimentos sociais a seus enquadramentos. A chamada “profissionalização das fontes”, que procura capacitar os atores sociais mais aptos a influenciar a mídia, é vista pela autora como uma estratégia – desenvolvida pela ANDI, entre outras organizações – para superar esses obstáculos (MARÔPO, 2004, p. 14).

A influência das fontes no agendamento de temas jornalísticos já havia sido estudada por Francisco Sant’Anna, que denominou de “mídia das fontes” o trabalho desenvolvido por órgãos institucionais (sua pesquisa se restringiu aos três poderes) para interferir na pauta das mídias convencionais – veículos de caráter comercial. Segundo Sant’Anna, a imprensa, tradicionalmente vista como espectador externo aos fatos, começa a perder a totalidade do domínio da cena informativa, e a opinião pública passa a contar com informações coletadas, selecionadas, tratadas editorialmente por instituições ou movimentos sociais (SANT’ANNA apud ADGHIRNI, 2004, p. 5). Essa prática embaralharia os campos da comunicação, em que o jornalista recebe gratuitamente a notícia; e da informação, em que o jornalista tem de buscar a notícia, tão distintos na tradição francesa da sociologia da imprensa (FILHO, apud ADGHIRNI, 2004, p. 2).

Na medida em que as fontes criam suas próprias mídias e tentam interferir nas pautas da mídia convencional, embaralha-se também o pertencimento do capital simbólico (Bourdieu, 1989), ou seja, do poder de fazer crer, ligado à credibilidade do jornalismo (ADGHIRNI, 2004, p. 5). A chamada “mídia das fontes” é até aceita pelas mídias comerciais como complemento e subsídio, mas se pretende substituir a pauta e o trabalho dos jornalistas nas rotinas produtivas, os jornais dizem “não” (ADGHIRNI, 2004, p. 7).

Tal observação nos ajuda a compreender o reconhecimento do Concurso Tim Lopes dentro das redações. Embora a ANDI tenha se estabelecido como uma instituição que exerce a “mídia das fontes”, ou seja, cava a notícia para entregá-la ao jornalista, no caso do Concurso

Tim Lopes, a organização procura resgatar a tradicional função informativa (no sentido da tradição francesa, que entende notícia como denúncia) do jornalista ao devolvê-lo a responsabilidade pela pauta, apuração e negociação interna para a veiculação do conteúdo. Diante dos constrangimentos organizacionais que caracterizam as redações atualmente, a ANDI lança mão de um recurso em dinheiro para estimular esse resgate da função investigativa do jornalista. O diferencial é que o tema em questão não costuma ser trabalhado por veículos ou repórteres com tradição investigativa. A jornalista Érika Klingl, do Correio Braziliense, lembra que o jornalismo investigativo que não depende de recursos de prêmio algum para acontecer restringe-se às matérias sobre corrupção, lavagem de dinheiro, desvio de recursos. “Será que exploração sexual teria esse espaço sem o Tim Lopes?”, questiona.

A experiência do Concurso Tim Lopes demonstra como é possível que esse diálogo entre sociedade civil e mídia provoque uma releitura e uma ampliação de conceitos clássicos do jornalismo. O processo negociado, descrito pela teoria do *Newsmaking*, conta com atores ligados aos movimentos sociais que estão se profissionalizando no trato com a mídia, por meio de um forte trabalho de *advocacy* para garantir a presença dos temas sociais – no caso, dos direitos da infância e adolescência – no debate jornalístico, conforme indica a primeira hipótese desta pesquisa. Este estudo ilustra o que já vinha sendo colocado por Silva (2004) sobre as possibilidades de hibridização entre o jornalismo institucional e o jornalismo investigativo, “a despeito de toda uma lógica segundo a qual, quanto mais visíveis os ‘fatos’ produzidos pelas organizações, menor a sua importância na escala dos *valores-notícia*” (SILVA, 2004, p. 1).

Para Silva:

quando valores maiores estão em causa, as duas lógicas se rendem ao império do real interesse público. O coletivo, o bem comum, as utopias, os ideais, as lutas, os desafios e os imaginários de um povo e de uma sociedade ainda permanecem como valores capazes de motivar engajamentos, militâncias e parcerias da mídia. A cidadania não seria, portanto, apenas uma onda mercadológica, mas um elemento constitutivo dos meios de comunicação como parte inerente da sociedade civil e da democracia (SILVA, 2004, p. 1).

Silva estabelece os marcos de reconhecimento das fronteiras do campo comunicacional, a partir da variável da visibilidade e cria uma escala, dividida em estágios, marcados pelo esforço por parte dos sujeitos da comunicação ora para proteger determinados fatos da visibilidade (*velamento*), ora para dar visibilidade (*exposição*) até chegar ao extremo da *promoção* e da *campanha*. Essa dinâmica seguiria a lei da oferta e demanda:

De um lado, a oferta de fatos que, exatamente por serem oferecidos de forma gratuita e benevolente, não encontram simetria em termos de reconhecimento de validade, mas, ao contrário, uma assimetria provocada pela resistência dos selecionadores autorizados dos fatos (*gatekeepers*). Já no percurso oposto, os reconhecedores oficiais da validade dos fatos, enquanto notícia, procuram romper obstáculos rumo ao desvelamento dos ‘fatos’ acerca dos quais sobressaem indícios de noticiabilidade, mas carecem de apuração (SILVA, 2004, p. 1).

A hipótese proposta por Silva é de que se estabelece “um jogo estratégico, sob a arbitragem da cultura dos *valores-notícia*, ou, pelo menos, das negociações interacionais em torno desses”. No entanto, seria possível encontrar “uma região de consensualidade, qual seja, o reconhecimento mútuo não propriamente do que venha a ter maior grau de valor-notícia, mas em torno do que possa ser harmoniosamente reconhecido como de *interesse público*”, um momento de interlocução e cooperação entre duas rotinas produtivas que se tornam interdependentes (SILVA, 2004, p. 2-3).

Silva alerta para o reducionismo da dicotomia *comunicação* versus *informação* proposta pela tradição francesa de sociologia da imprensa resgatada por Marcondes Filho, segundo a qual “os esforços organizacionais, institucionais e mercadológicos com vistas a um agendamento interessado” pertenceriam ao campo da comunicação, enquanto os “agentes de informação (jornalismo investigativo)” trariam para o espaço público os verdadeiros fatos jornalísticos, jamais ofertados pelas assessorias e “marqueteiros” da informação (FILHO, 2000, apud SILVA, 2004, p. 6). O autor propõe, então, uma Escala de Visibilidade da Informação Pública (EVIP), que demonstra as interações entre agendadores e *selecionadores* da informação pública, ou seja, que mostra os embates e encontros entre duas racionalidades definidas por Habermas em sua *Teoria da Ação Comunicativa*⁶⁰: a primeira, marcada pela *razão estratégica*, e a segunda, marcada pela *razão comunicativa* (SILVA, 2004, p. 6).

A tabela 4 abaixo resume a escala de visibilidade proposta por Silva, que parte do estágio 1, em que um fato é ocultado por ser considerado desvantajoso para a organização, tendo, portanto, um alto grau de valor-notícia, já que seria necessário o maior dispêndio de energia por parte do jornalismo investigativo; e vai migrando para estágios em que a organização tem interesse em divulgar parte da informação (estágio 2); enunciar uma informação de forma imparcial (estágio 3); divulgar serviços consensualmente considerados de utilidade pública (estágio 4); fazer *advocacy* em favor de uma causa em alinhamento com

⁶⁰ A Teoria da Ação Comunicativa, embora não seja uma teoria dos jogos, escalona a conduta dos atores em termos de centramento e descentramento, ou seja, desde condutas marcadamente egocêntricas, fisiológicas e estratégicas até as condutas mais descentradas, sendo a ação comunicativa a mais elevada e marcada pela disposição para a comunicação dialógica (simétrica) e cooperativa, portanto, transparente, ao passo que as ações estratégicas são marcadas pela intransparência e pela competitividade (HABERMAS, apud SILVA, 2004, p.4).

as fontes (estágio 5); promover a informação em favor de uma causa (estágio 6); e fazer uma campanha permanente contra um problema (estágio 7).

Silva explica que, no estágio 5, a ação de *advocacy* está ligada a causas que beneficiam uma coletividade ou um amplo segmento da sociedade. É diferente, portanto, do lobby, que visa benefícios, lucros e retornos particularizados. No *advocacy*, o veículo toma partido numa polêmica, mas sua luta se dá com a retórica, o discurso. Já no estágio 6, o veículo engaja-se na promoção de uma causa, não se restringe a assumir um ponto de vista, mas faz questão de “empenhar-se extraordinariamente em termos de agendamento e ações práticas com vistas à obtenção de êxitos” (SILVA, 2004, p. 10-12).

TABELA 4 – Escala de Visibilidade

Campos	A) Informação			B) Comunicação			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 4	Estágio 5	Estágio 6	Estágio 7
Designações	Opacidade	Classificação	Informação	Serviço	Advocacy	Promoção	Mobilização
Qualificações	Sigilo	Interesse	Imparcialidade	Utilidade	Parcialidade	Engajamento	Campanha
Racionalidade Dominante	Razão Estratégica (RE)	Razão Estratégica (RE)	Razão Estratégica (RE)	Equilíbrio RE / RC	Razão Comunicativa (RC)	Razão Comunicativa (RC)	Razão Comunicativa (RC)
Grau de Valor-Notícia	7	6	5	4	3	2	1
Grau de Visibilidade	1	2	3	4	5	6	7

Escala de Visibilidade – Silva, 2004, p. 10-12

Silva conclui que os movimentos sociais e organizações sociais entram no jogo não só para produzir fatos-notícia, mas para exercer um poder de sedução e de pressão para que a imprensa agregue valores que implicam mais do que noticiabilidade. “Esses terceiros agentes demandam da mídia mais do que papel primário de provedores de informação para a sociedade. Eles desejam parcerias em suas práticas de *advocacy*, engajamento, militância e ações sociais específicas (campanhas públicas)” (SILVA, 2004, p. 15).

É possível analisar o Concurso Tim Lopes à luz da Escala de Visibilidade da Informação Pública proposta por Silva para verificar uma prática em que *jornalismo institucional* e *jornalismo investigativo* se equilibram, se fundem e, de sua síntese, é produzido um material cujo valor-notícia é agregado de um valor-serviço, como descrito na Hipótese 2 desta pesquisa. Outras iniciativas da sociedade civil organizada, inclusive da própria ANDI, poderiam ilustrar os estágios de Advocacy, Promoção e Mobilização, caracterizados por um grau de valor-notícia inversamente proporcional ao grau de

visibilidade. O que o Concurso Tim Lopes traz de inovador, entretanto, é a possibilidade de executar Advocacy, Promoção e Mobilização com um alto grau de valor-notícia, uma vez que se trata de jornalismo investigativo, que ilumina temas até então ocultos. No objeto de estudo desta pesquisa, valor-notícia e valor-serviço não seriam, portanto, elementos excludentes.

O Concurso Tim Lopes reuniria simultaneamente as três categorias determinadas por Silva (SILVA, 2007, *in* LAGO e BENETTI, 2007, p. 92) como ressonâncias de uma parceria das ONGs com a mídia: valores-notícia; valores-serviço e valores-permuta.

A primeira categoria, dos valores-notícia, segundo o autor, “busca angariar receptividade da mídia com relação à divulgação dos acontecimentos midiáticos e fatos jornalísticos envolvendo os campos de atuação das organizações demandadoras. No caso do Concurso Tim Lopes, o agendamento do tema acontece pela via da investigação e as pautas vencedoras são inéditas, ou seja, procuram tirar o tema da zona de “opacidade”, como narram os jornalistas entrevistados:

(...) o Brasil ocupava a 3ª colocação no péssimo ranking entre os países que mais abrigavam sites pedófilos do mundo. Daí surgiu nosso interesse em denunciar essa vergonha.

Alan Rodrigues, Revista IstoÉ

(...) eu já tinha lido que a vitimização das meninas vítimas de exploração sexual era muito maior do que a exploração sexual em si. Que todos os direitos eram violados, só que as pessoas falavam da violação de direitos, mas não exploravam o tema porque a exploração sexual por si só já é horrorosa. (...) Eu sabia mais ou menos das coisas, mas nunca tinha feito uma matéria sobre o tema. (...) Então resolvi cruzar os dados da matriz (Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual) com os dados educacionais do MEC. (...) Os dados existiam e nunca tinham sido falados. Então existia a matéria.

Érika Klingl, Correio Braziliense

Delimitei como área de cobertura toda a fronteira Sul do Brasil e ao longo de duas semanas fiz pesquisas na internet e consultei jornalistas e conselheiros tutelares das principais cidades das fronteiras para identificar a possível atuação de redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Desta forma nasceu o projeto.

Mauri König, Gazeta do Povo

A gente decidiu fazer o projeto a partir do levantamento da Polícia Rodoviária Federal (sobre os pontos vulneráveis para exploração sexual nas rodovias), mas com o propósito de que a gente não ia se prender a esse mapa. Se definiu que a gente ia viajar por 30 municípios cearenses; o ranqueamento foi feito a partir da PRF e conselho tutelar, SOS Criança, esses organismos, sentinela; e aí a gente traçou o projeto.

Demitri Túlio, jornal O Povo

Uma indiazinha Apurinã de 9 anos deu à luz a um bebê em uma cidade do interior do Amazonas. O caso foi pouco noticiado na TV, não vimos nada, apenas poucas linhas em agências de notícias da internet. Interessei-me pelo assunto, apuramos mais e descobrimos que a polícia acreditava que a menina havia sido estuprada por um grileiro da região. Depois tivemos acesso a um relatório do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) que monitorava os casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. A partir daí, concluímos que o caso era sério.

Alinne Passos, TV Record

A segunda categoria descrita por Silva, a dos valores-serviço,

implica a disponibilidade do veículo de comunicação em agregar valor a um valor-notícia, criando em torno do fato noticiado um ‘entorno’ de serviço, isto é, de indicações de algum tipo de ‘ação cidadã’ a ser executada e a oferta de um ‘roteiro’ de procedimentos: como denunciar; como ajudar; como contribuir; quais os contatos a serem feitos (...)

As entrevistas com os jornalistas participantes do Concurso Tim Lopes indicam que houve a intenção de levar ao público mais do que a informação disponível na matéria, para que o leitor/expectador/ouvinte também tenha um papel no enfrentamento do problema. Mauri König, da Gazeta do Povo, confirma:

A reportagem procurou trazer, por exemplo, a distinção entre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, quais os atores das redes de proteção e como cada um atua, como a população pode intervir fazendo denúncias ou ainda oferecendo dicas de como identificar possíveis casos de violência contra menores de idade.

Para Demitri Túlio, do jornal O Povo, sempre haverá denúncias se partirmos do pressuposto clássico de fazer a matéria a partir da factualidade, mas com o Concurso Tim Lopes foi possível “tirar o repórter do automático”, virar a pauta e agregar um valor-social a ela:

Você abre uma porta para alguém entrar. A Dona Maria lá do Bom Jardim pode ter a filha abusada e ela pode chegar em algum equipamento. (...) A cobertura traz muito isso. Está lá no editorial. A primeira parte é denúncia, a segunda é proposição. E isso continua. (...)

Alan Rodrigues, da Revista IstoÉ, afirma que, em geral, é difícil agregar a indicação de procedimentos nas matérias por serem considerados uma espécie de “excesso” que acaba sendo cortado nos casos em que o editor não tem sensibilidade sobre a importância dessas informações:

Acredito que no geral falhamos em ajudar o leitor com "serviços". Os "babacas" dos editores acham que isso perde espaço. Então, a primeira coisa que acontece é cortar, enxugar a matéria, aí os "serviços" vão para o "beleléu". No caso particular daquele caso (Concurso Tim Lopes), tínhamos um super editor que se preocupava com o leitor. Isso é raridade.

Érika Klingl, do Correio Braziliense, é mais enfática quanto à possibilidade de agregar serviços às matérias. Ela diz que a vivência do Concurso Tim Lopes a fez perceber que qualquer matéria sobre qualquer tema poderia agregar informações que fossem úteis para o leitor agir em relação ao assunto em pauta:

As coisas que realmente mudaram para mim: tive, pela primeira vez, contato com a realidade que denunciava no jornal e passei a ver os números que eu escrevia de uma forma muito diferente. A partir do momento em que eu escrevo as matérias hoje, mesmo que seja uma matéria de 30 centímetros, eu não simplesmente conto uma história. Eu falo assim: (...) Se você tiver com um problema, você tem que denunciar em tal lugar; Ligue 100. São serviços bobos que, antes, eu, como a imensa maioria dos repórteres passávamos batido, por preguiça ou por falta de tempo. E eu mudei a forma de trabalhar por causa do Tim Lopes (...). O contato com a ANDI, o contato com a Marlene (Vaz, consultora do projeto), a vivência das experiências fez com que eu descobrisse que eu tinha, pela primeira vez, a chance de fazer o que todo estudante de jornalismo quer fazer, que é mudar a realidade. E a gente nunca pode. E a gente simplesmente se acostuma com isso. Hmmm, amanhã está embrulhando peixe. Aí eu cheguei à conclusão de que a gente pode sim, por mais que seja um sonho, por mais que seja utópico, por mais que a gente não se orgulhe das matérias que a gente faz, são pequenos esforços que o repórter tem que fazer que fazem diferença. Se em toda matéria que o repórter colocar "Disque 100 em caso de violação de direitos humanos contra crianças", um dia uma pessoa pode ler o jornal e discar 100. Pronto, já fez a diferença.

A terceira categoria descrita por Silva, a dos valores-permuta, também pode ser observada no caso do Concurso Tim Lopes. Segundo Silva, essa categoria "implica o estabelecimento de um relacionamento mútuo entre fontes, podendo esse processo se dar de três formas:

1. as organizações prestam informações e consultorias gratuitas aos veículos, como acontece com a consultora da ANDI Marlene Vaz, uma especialista na área de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que estabelece um vínculo com os jornalistas e coloca-se à disposição dos repórteres para discutir formas de abordagem, uso de imagem, tirar dúvidas sobre questões legais e psicossociais, etc;
2. as redações se abrem para as agendas das organizações, "num nível que ultrapassa a simples seletividade natural dos fatos-notícia (*gatekeeping*)". O processo de inscrição por si só já demonstraria uma certa abertura do veículo para o tema, uma vez que implica negociação para veiculação da matéria sobre o assunto proposto.

Ademais, conforme ressaltou Carolina Padilha, Coordenadora de Programa do Instituto WCF-Brasil, após a investigação, muitos repórteres se sensibilizam para o tema e abrem uma brecha para que ele volte a ser notícia naquele veículo;

3. a parceria é formalizada, “podendo envolver a assinatura de convênio ou de contrato, por meio dos quais as organizações e os veículos midiáticos se comprometem a desempenhar mutuamente papéis e atuações”. No caso do Concurso Tim Lopes, o contrato assinado pelo veículo, pelo repórter e pela ANDI é o ponto de partida para a investigação sobre o tema.

A hibridização entre jornalismo investigativo e jornalismo institucional proposta por Silva (2004) também foi explorada por Daniel Oliveira em sua dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília em março de 2008. Segundo o autor, para aumentar as chances de que determinado acontecimento de interesse público seja selecionado como notícia pelos gatekeepers, a ANDI adotou um modelo de Agendamento Convergente, uma técnica de jornalismo investigativo que une (converge) dois valores em uma mesma sugestão de pauta: os valores-notícia (que atendem ao interesse de vendagem ou audiência dos veículos de comunicação) e os valores sociais (que possibilita o esclarecimento e entendimento dos eixos temáticos considerados estratégicos para determinada entidade, o que no caso da ANDI está ligado aos direitos da infância). Para ele, o valor-social só passa a ser legítimo quando está voltado a valores universais e ao bem comum, de maneira democrática, aberta, livre de jogos semânticos (idem, p. 80).

Para terem valor-social, os temas precisam trazer denúncias de violações de direitos ou propostas de soluções sociais – preferencialmente de maneira qualificada, com boa contextualização e redação; sendo também desejável que se faça referência ou análises de políticas públicas, que tragam diversidade de fontes e de vozes, etc. Enfim, serem elaborados a partir de critérios de qualidade clássicos utilizados pela imprensa em geral e alguns estabelecidos pela entidade (OLIVEIRA, 2008, p. 50).

O núcleo da ANDI encarregado da pauta, aqui entendida como o agendamento dos temas relacionados aos direitos da infância junto à imprensa (mesmo núcleo responsável pela implementação do Concurso Tim Lopes), é orientado por um manual de redação que determina como estratégia de agendamento a seleção de acontecimentos que exibam convergência de valores. Isto é, são selecionados e divulgados para a imprensa os acontecimentos que respondam simultaneamente aos interesses da organização e aos interesses dos jornalistas (gatekeepers) (Idem, p. 47).

No modelo descrito por Oliveira, os valores-notícia impulsionam os valores-sociais. Eles se tornam indivisíveis no mesmo acontecimento. “O valor-convergente canaliza o alto

poder de noticiabilidade dos valores-notícia em outra direção: rumo a divulgar acontecimentos de interesse público. Mais do que um novo paradigma do “fazer jornalístico”, o valor-convergente anunciaria uma nova perspectiva para inserir temas sociais na mídia voltados ao bem comum.

É a transformação e a refuncionalização dos valores-notícia pela sua equivalência com os *valores-sociais*”. O interesse do mercado editorial (por valores-notícia) também passa a ser equivalente ou similar aos interesses das entidades da sociedade civil (por *valores-sociais*). O valor-convergente inaugura, portanto, uma nova base para o diálogo, um caminho viável para uma fusão de horizontes (GADAMER, 1997)⁶¹ na interação entre a imprensa e o terceiro setor (idem, p. 117).

5.2. Valor-Serviço: um conceito em construção

O Concurso Tim Lopes é implementado no mesmo contexto de aplicação dos *valores-convergentes* propostos por Oliveira (2008), ou seja, na interação entre a equipe de pauta da ANDI e os jornalistas. No caso do objeto de estudo desta pesquisa, entretanto, a pauta (ou projeto de investigação) é proposta pelos próprios jornalistas, mas também procura contemplar tanto os interesses de seu veículo, como os interesses institucionais ligados aos direitos da infância. O que se observou nos textos do Concurso Tim Lopes analisados nesta pesquisa, entretanto, foi um elemento que vem sendo estudado por Luiz Martins da Silva (2007) denominado valor-serviço.

A palavra “serviço” é comumente usada quando se disponibiliza para o leitor informações que serão úteis para a sua vida cotidiana, como por exemplo, o telefone, o horário, o endereço. Em artigo publicado em 03 de novembro de 1996, o então ombudsman da Folha de S. Paulo, Marcelo Leite, afirma que o serviço no jornalismo realimenta o vínculo com os leitores. Um erro, neste caso, pode ser fatal: o leitor pode perder o cinema, a inscrição para o vestibular ou outros compromissos. A dica do ombudsman é que o jornalista se coloque no lugar do leitor que saiu prejudicado com o erro de serviço para que o repórter se conscientize da responsabilidade sobre esse tipo de informação.

No fim da década de 70, o que se entendia por “jornalismo de serviço” ou “jornalismo de utilidade pública” buscava aproximar-se das necessidades imediatas dos leitores. Luís Nassif (2003, p. 11) lembra a proposta do Jornal da Tarde, de São Paulo, onde assumiu a chefia da reportagem de Economia, com a orientação de privilegiar os efeitos diretos das

⁶¹ Oliveira resgata o conceito de “fusão de horizontes” proposto por Gadamer, para denominar o diálogo perfeito entre o intérprete e o texto. As sugestões de pauta da ANDI, por exemplo seriam apropriadas pelos jornalistas de acordo com o sentido que ela teria no contexto desses intérpretes (os jornalistas). Para Oliveira, para que a “fusão de horizontes” se concretize, seria preciso fundir valores-notícia e valores-sociais em um mesmo acontecimento (OLIVEIRA, 2008).

medidas econômicas sobre o bolso: questões ligadas a condomínio, seguro, financiamento habitacional, orçamento doméstico, entre outros. Uma matéria sobre tarifa de energia elétrica, por exemplo, teria ênfase na conta de luz e o box sobre a política tarifária.

O Jornal da Tarde consagrou um padrão de jornalismo didático, com manchetes do tipo “entenda como se faz isso”, “defenda seus direitos”. A defesa dos chamados direitos difusos imediatos do cidadão teve ampla aceitação pelo público. Seu crescimento só foi impedido porque a Família Mesquita considerou que o Jornal da Tarde poderia acabar “canibalizando” o Estadão. Mas o modelo implantado abriu caminho para novas formas de aproximação com o leitor e toda a imprensa diária passou a produzir cadernos de serviços e cadernos segmentados (NASSIF, 2003, p. 12-14).

Segundo Nassif, um dos marcos da imprensa em torno dos interesses difusos cotidianos dos leitores foi uma série de reportagens do “Estadão” sobre a mordomia em Brasília, que abria a “caixa-preta das benesses dos altos funcionários públicos” (*Op. Cit.* p. 14). Mais tarde, em 1983, a Folha de S. Paulo abraçou a campanha “Diretas Já” e mostrou o surgimento de um novo personagem na cena política do país: a sociedade civil organizada. Foi então que a Folha lançou o projeto “de rabo preso com o leitor”, para mostrar que o jornal não se submeteria a nenhum interesse financeiro, político ou corporativo e lembrar que todo leitor tem três pontos em comum: é cidadão, contribuinte e consumidor. “As manchetes passaram a ter apelo forte, eram mais diretas e de impacto (...), refletindo a agressividade da sociedade civil livrando-se dos grilhões da ditadura” (*Idem.* p. 15-16). No início da década de 90, com a força da pós-democratização, a Folha, travou um embate feroz com o então presidente Collor de Mello e partiu para um período de denunciamento (*Ibidem.*, p. 14-17).

O breve histórico do “jornalismo de serviço” traçado por Nassif nos ajuda a desenhar o contexto em que foi criada a ANDI, no início dos anos 90, por dois jornalistas da Folha de S. Paulo. De lá para cá, o chamado “serviço” no jornalismo saiu de uma posição maniqueísta que procurava dar voz aos movimentos sociais em detrimento da fonte oficial nos anos 80; perdeu força em um período marcado por denúncias e escândalos noticiados mesmo antes das conclusões das investigações nos anos 90 e parece ganhar um novo papel na atualidade, quando é preciso conter a ansiedade, contextualizar os problemas, monitorar a implementação das políticas públicas, acompanhar o orçamento designado a essas políticas e compreender os temas relevantes para o desenvolvimento.

Segundo Nassif, o novo panorama jornalístico exige dos profissionais a análise sofisticada dos fatos e personagens; a capacidade de entender os diversos setores da vida nacional no ambiente de uma economia de mercado; a separação de suas preferências políticas da cobertura jornalística; a compreensão dos novos valores da vida nacional (direitos individuais, busca da eficiência e qualidade, a idéia do processo em permanente construção e a responsabilidade social de todos os setores); não ter medo da fonte, transitando por diversos ambientes; não ter medo de elogiar; e saber remar contra a maré, produzindo enfoques originais (*Ib.*, p. 38-41).

No contexto do Concurso Tim Lopes, a ANDI assume o papel de instigar o jornalista a apontar soluções, não se restringindo à denúncia. Para Carlos Ely Souto de Abreu, Gerente do Núcleo de Mobilização da ANDI, para achar soluções, é preciso envolver a sociedade. “E como a sociedade pode participar? Pode ser por denúncia, ou pelo que ONGs e governo já estão fazendo”. Um dos objetivos do projeto seria, portanto, dar visibilidade para ações de enfrentamento à violência sexual que já vem sendo testadas por organizações da sociedade civil ou pelo próprio governo e que indicam um caminho de superação, um processo de busca de melhoria para a coletividade.

5.3. Valor-Serviço x Valor-Notícia

O valor-serviço na mídia ocupa a função de reportar o que é bom, belo, justo, o que traz felicidade, o que é contemplável, o bem-comum, que interessa a todos. A vocação do serviço é a universalização. No percurso inverso, o valor-notícia indica o que é grotesco, insólito, o desvio. Ao contrapor o insólito ao universal, a mídia cumpre uma função social de fazer circular a polêmica, em uma permanente renovação do que é considerado belo, justo, bom (Informação verbal⁶²).

Para compreender o trabalho do jornalista na produção do valor-serviço dentro de uma lógica mercadológica regida pelo valor-notícia, Silva (Informação verbal⁶³) remete à idéia do valor excedente (mais-valia) de Marx (1987b), segundo a qual o trabalhador, a partir de sua força de trabalho, produz um volume de riqueza superior ao que custa para produzi-la, ampliando a riqueza de seu empregador. Segundo Marx, em troca do valor de sua força de

⁶² A contraposição entre valor-serviço e valor-notícia foi elaborada pelo professor Luiz Martins da Silva em aula (orientação) na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília em fevereiro de 2008.

⁶³ *Op. cit.*

trabalho, o trabalhador cria um valor que é de propriedade do capitalista e, contribui, portanto, para o crescimento do capital de seu empregador.

Ao trazer a perspectiva marxista para o contexto jornalístico de produção de reportagens com valor-serviço agregado, poderíamos concluir que o valor-serviço flui a partir do sobretrabalho do valor-notícia, pois o que está em jogo (o bom, o belo, o justo) não é interessante do ponto de vista mercadológico do jornalismo, que rege as rotinas de produção das notícias, centradas nos valores-notícia. A apropriação desse valor excedente, entretanto, é universalizada, “comunitarizada”, apropriada pela coletividade, o que traria um elemento transformador para lógica em que funcionam as redações, tornando possível o uso de valores-notícia e valores-serviço de forma complementar e, coletivizando o sobre-trabalho do repórter para agregar serviços a sua matéria.

Capítulo 6 – Análise do Material Empírico

6.1. Perfil das Matérias Vencedoras

Para contextualização do material analisado, foi traçado um perfil das reportagens resultantes dos 16 projetos vencedores, incluindo o ano em que o projeto foi inscrito, os estados brasileiros representados, o tipo de veículo, o formato adotado e o tema central abordado. A tabela 5 abaixo resume as informações descritas abaixo:

Uma análise dos 16 projetos de investigação jornalística contemplados nas três edições do Concurso Tim Lopes revela um aumento progressivo no número de vencedores, que passou de quatro, em 2002; para cinco, em 2004; e sete, em 2006.

O concurso é capaz de levar a discussão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes a todas as regiões brasileiras, embora nem todos os estados tenham sido representados. Entre os 16 projetos vencedores, três vieram do Distrito Federal (dois do Correio Braziliense e um veiculado nacionalmente pela Radiobrás); três da Bahia (dois do Jornal A Tarde e um website produzido pelo Núcleo de Jornalismo Experimental do Curso de Comunicação da Faculdade Social da Bahia); três de São Paulo (Revistas MTV e IstoÉ, com circulação nacional; e website da Agência Carta Maior); dois do Pará (Jornal O Liberal e TV Record, veiculado nacionalmente); dois do Ceará (Jornal O Povo e TV Verdes Mares, veiculado nacionalmente pelo Programa *Fantástico*); um de Pernambuco (Rádio Jornal AM); um do Paraná (Jornal Gazeta do Povo); e um do Rio Grande do Sul (Rádio Gaúcha), também veiculada em Santa Catarina (Diário Catarinense).

Nas três edições realizadas, foram premiados sete projetos de jornal impresso, três de rádio, dois de revista, dois de TV e dois de website. No caso dos jornais, cuja participação é mais expressiva, o formato escolhido para a veiculação das matérias varia entre uma série de oito a dez matérias publicadas em dias consecutivos ou cadernos especiais de sete a 12 páginas, que podem ainda ser complementados por matérias avulsas publicadas em datas posteriores à veiculação do caderno. Além das páginas dedicadas às matérias resultantes da premiação, os jornais costumam estender o espaço dedicado ao tema, incluindo chamadas de capa, páginas de opinião, com artigos de especialistas e análise do ombudsman e cartas de leitores com comentários sobre as matérias publicadas. No caso das revistas, as reportagens também ganharam chamada de capa. A Revista MTV dedicou 14 páginas ao tema e a IstoÉ publicou três matérias em edições diferentes, totalizando 10 páginas de reportagem. Nos três projetos de rádio, foram produzidas séries de reportagens que variaram de um total de cinco

matérias no caso da Radiobrás, seis no caso da Rádio Jornal AM e chegaram a 28 matérias veiculadas pela Rádio Gaúcha e Rádio Diário Catarinense. As duas TVs selecionadas produziram reportagens especiais de 11 minutos (Verdes Mares) e 20 minutos (Record). E os dois websites disponibilizaram um total de 10 matérias (Agência Carta Maior) e 28 matérias (Núcleo de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia).

Embora o tema geral do concurso seja a violência sexual contra crianças e adolescentes, o espaço que os veículos dedicaram ao tema permitiu que as matérias incluíssem diversos aspectos desse fenômeno, seja por meio do relato de histórias de vida ou denúncias e/ou levantamentos inéditos. Entre os 16 projetos vencedores, sete têm como tema central a exploração sexual comercial; sete tratam tanto de abuso sexual como de exploração sexual comercial; e dois restringem-se à questão do abuso sexual.

O leque de assuntos que permeiam o abuso sexual como tema central inclui como subtemas: relatos de casos de abuso sexual intra-familiar tanto sob a perspectiva das vítimas quanto dos abusadores; o perfil dos abusadores, que geralmente são pessoas de confiança, ligadas ao círculo familiar e a conseqüente dificuldade para denunciar os agressores, justamente pela desestruturação familiar que isso pode provocar; as políticas públicas e legislação existentes e suas fragilidades; as possíveis relações entre abuso e exploração sexual; o problema do abuso sexual nas comunidades indígenas e os casos de abuso sexual em que as vítimas são meninos.

As matérias que têm a exploração sexual comercial como enfoque incluem como subtemas: os aspectos sócio-econômicos; os avanços e as fragilidades das políticas públicas, da legislação e do sistema judiciário em relação ao tema; o tráfico de adolescentes brasileiras para a Guiana Francesa e o Suriname; o problema das regiões de fronteiras; denúncias sobre o envolvimento de autoridades e conivência do setor hoteleiro em casos de exploração sexual; a pedofilia na internet; as possíveis causas e conseqüências da impunidade nos casos de exploração sexual; e o turismo sexual.

TABELA 5 – Perfil das reportagens

Reportagens	Confissões de Família	Nos Jardins da Infância	Títulos diversos	Infância no Limite	Inocência Perdida	Especial Exploração Sexual Infanto-Juvenil	Documento BR	Dormindo com o Inimigo	Perigo Digital, Bandido ou Doente e Exemplo da Europa	
Ano	2002	2002	2004	2004	2006	2006	2006	2002	2004	
UF	DF	BA	PA	PR	DF	BA	CE	SP (circulação nacional)	SP (circulação nacional)	
Mídia	Jornal impresso	Jornal Impresso	Jornal Impresso	Jornal Impresso	Jornal Impresso	Jornal Impresso	Jornal Impresso	Revista	Revista	
Formato	Caderno especial (7 p.)	Caderno especial (12 p.)	Série de 8 matérias (total 8 p.)	Série de 10 matérias (total 10 p. + 10 capas)	Caderno especial (12 p.) + 3 matérias (4 p.)	Caderno especial (12 p.)	Caderno Especial (12 p. + capa) + 9 reportagens (10 p. + 6 capas) + 3 artigos na p. de opinião	Matéria especial (14 p. + 1 capa)	Série de 3 matérias (total de 10 p. + 1 capa)	
Tema Central	Abuso Sexual	1	1	0	0	0	0	0	1	1
	Exploração Sexual	0	1	1	1	1	1	1	0	1

Acolhimento com Dignidade	Títulos diversos	Dor sem Remédio	Sem título	Infância Roubada	Especial Exploração e Abuso Sexual	Asas Feridas	Total
2002	2004	2006	2006	2006	2006	2004	4 em 2002; 5 em 2004; 7 em 2006.
RS e SC	DF (veiculação nacional)	PE	PA (veiculação nacional)	CE e (Veic. Nacional)	SP (acesso pela internet)	BA (acesso pela internet)	3 do DF (1 veic. nac.); 3 da BA (1 disp. internet); 3 de SP (1 veic. nac. e 1 disp. inter.); 2 do PA (1 veic. nac); 2 do CE (1 veic. Nac); 1 de PE; 1 do PR; 1 do RS e SC.
Rádio	Rádio	Rádio	TV	TV	Website	Website	7 de jornal; 2 de revista; 3 de rádio, 2 de TV e 2 de website.
Série de 28 matérias	Série de 5 matérias	Série de 6 matérias	Reportagem especial de 20 min.	Reportagem especial de 11 min.	Série de 10 matérias	Série de 28 matérias	Jornal: 5 cadernos especiais e 2 séries de matérias. Revista: 1 matéria especial e 1 série de matérias. Rádio: 3 séries de matérias. TV: 2 reportagens especiais.
1	1	0	1	0	1	1	2 apenas abuso, 7 abuso e exploração e 7 apenas exploração.
1	1	1	1	1	1	1	

6.2 Categorias de Análise

Na tentativa de identificar sinais de um novo tipo de serviço que o jornalismo contextualizado e comprometido com os direitos dos cidadãos, denominado valor-serviço, esta pesquisa analisou as matérias resultantes dos 16 projetos de investigação jornalística vencedores do Concurso Tim Lopes, a partir de três categorias, sugeridas por Luiz Martins da Silva, orientador deste trabalho (Informação verbal⁶⁴) e uma quarta categoria proposta como resultado da observação dos dados empíricos. Os dados de cada reportagem referentes às categorias de classificação podem ser acessados nas fichas em que as matérias foram catalogadas, disponíveis no APÊNDICE A. O resumo das informações referentes às categorias de valor-serviço presentes nas matérias analisadas pode ser visto na tabela 6.

As categorias definidas para a análise das matérias foram as seguintes: 1. Informação factual de interesse público; 2. Informação de utilidade pública; 3. Informação de serviço público, que pode ser endógeno ou exógeno; e 4. Serviço-Extra.

1. **Informação factual de interesse público:** histórias que dão visibilidade a uma questão individual, que pode ser também o problema de outras pessoas, gerando identificação com outros leitores, disseminando assim uma atitude de busca de superação, solução, atendimento, tratamento, etc. A categoria do serviço como informação factual de interesse público aproxima-se da idéia do valor-notícia por denunciar um caso até então velado, desconhecido. No entanto, a informação não se reduz à denúncia de um episódio isolado, mas de um caso que ilustra um problema mais amplo, que diz respeito à sociedade como um todo.

Entre os 16 projetos analisados, o tipo de denúncia mais expressivo foi de situações de exploração sexual (presente em 15 reportagens), incluindo uma reportagem sobre pornografia na internet e quatro sobre o tráfico de adolescentes para fins de exploração sexual. O abuso sexual foi tema de denúncia em oito das 16 reportagens. O segundo tipo de denúncia mais representativo nas matérias analisadas diz respeito às fragilidades do sistema de proteção e atendimento às vítimas de violência sexual (14 menções). A falta de estrutura e orçamento dos conselhos tutelares e conselhos de direito, o despreparo de profissionais de saúde e de educação para oferecer assistência a crianças e adolescentes que vivenciaram a violência sexual, a omissão ou mesmo truculência de policiais, o reduzido número de profissionais dos

⁶⁴ *Idem.*

programas de assistência psicossocial são alguns exemplos citados nas matérias que ilustram as falhas da rede de proteção a crianças e adolescentes no Brasil. A impunidade nos processos de violência sexual contra crianças e adolescentes foi citada por sete reportagens, que tratam de casos específicos encontrados pelos repórteres durante a apuração ou das investigações conduzidas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual, cujos casos emblemáticos foram amplamente estudados e divulgados.

2. **Informação de utilidade pública:** divulgação de telefones, endereços, websites úteis para que a população saiba onde e quem procurar na busca de soluções para o problema.

Apenas quatro das 16 reportagens não disponibilizaram esse tipo de serviço de utilidade pública. As demais apresentaram informações sobre as instituições que recebem e encaminham denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, como o Disque Denúncia Nacional (Disque 100), os serviços de disque denúncia estaduais e/ou municipais e websites que também oferecem esse canal de denúncia. Outros serviços divulgados nas matérias foram os telefones e/ou endereços e/ou websites de instituições governamentais e não-governamentais que oferecem ou encaminham as vítimas diretamente para serviços de assistência psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, como os conselhos tutelares, os Creas (Centros de Referência em Assistência Social), ou casas de acolhimento (quatro reportagens); e os telefones e/ou endereços de organizações que prestam serviços de assistência legal e/ou jurídica, como os Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Defensorias Públicas (também presente em quatro reportagens).

3. **Informação de serviço-público:** abordagem pedagógica, que procura esclarecer para o público alguns conceitos, indicar procedimentos, exemplificar com ações que vem sendo praticadas por organizações governamentais ou não-governamentais na busca de soluções para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esta categoria divide-se em duas subcategorias:

- a. **Endógeno (interno à mídia):** fabricado pela mídia para tratar o tema foi tratado com propriedade. As reportagens trazem informações periféricas (de contexto) que contribuem para a compreensão do fenômeno, tais como

explicações sobre questões históricas, econômicas, sociais e culturais; dados estatísticos, pesquisas, formas de prevenção, etc.

No material analisado, 13 das 16 reportagens apresentaram o contexto sócio-econômico e/ou cultural que ajuda a compreender a complexidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes; 11 ilustram as matérias com boas práticas implementadas por organizações governamentais ou não-governamentais; nove explicam conceitos ligados ao tema (sexualidade na infância e adolescência, ciclo de violência, abuso sexual, exploração sexual, entre outros); sete oferecem dicas que podem ajudar pais, professores e outros responsáveis a identificar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes; sete apresentam dados estatísticos; quatro revelam informações que ajudam a definir o perfil dos agressores; quatro citam possíveis medidas preventivas; e duas discutem a possibilidade de tratamento para os adultos que cometem abuso sexual contra crianças e adolescentes.

- b. **Exógeno (externo à mídia) ou “serviço do serviço”:** informações noticiadas pela mídia sobre serviços públicos gratuitos prestados por órgãos governamentais no nível federal, estatal ou municipal.

Nessa subcategoria estão incluídas as 12 reportagens que citam políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; 11 que trazem explicações sobre o papel dos diferentes órgãos públicos responsáveis pelo atendimento e encaminhamento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, conforme determina a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); 11 que mencionam leis ou projetos de lei já elaborados ou que poderiam ser ajustados para coibir a violência sexual contra crianças e adolescentes de forma mais contundente; e cinco reportagens que explicam os trâmites de um processo judicial nesta área.

4. **Serviço-Extra:** Às três categorias citadas acima foi agregado um quarto item, denominado “Serviço-Extra”, que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo repórter e/ou veículo para além do campo jornalístico como contribuição para o enfrentamento à violência sexual.

Em seis dos 16 projetos de investigação, está claro que houve um esforço por parte dos jornalistas e/ou dos veículos em fazer algo mais do que a reportagem para coibir a violência sexual. As ações complementares realizadas no âmbito do Concurso Tim Lopes foram:

convênios firmados pelo jornal com prefeituras para que tomem providência sobre a situação precária dos serviços de proteção a crianças e adolescentes encontrados pela reportagem em determinados municípios; encaminhamento de dados da investigação para o Ministério Público ou para a Comissão Parlamentar de Mista de Inquérito da Exploração Sexual (CPMI); articulação dos repórteres com as instituições responsáveis para providenciar o resgate de meninas que viviam como escravas sexuais; criação de um blog com um canal para denúncias que podem ser apuradas pelos repórteres em outras matérias; composição de uma música sobre os direitos da infância que passou a ser tocada no rádio; e organização de um seminário para apresentar os resultados da investigação a profissionais de saúde do estado.

TABELA 6 – Serviços disponibilizados nas reportagens

Reportagens		Confissões de Família	Nos Jardins da Infâmia	Títulos diversos	Infância no Limite	Inocência Perdida	Especial Exploração Sexual Infanto-Juvenil	
Factual de interesse público	Denúncia de casos de abuso sexual	1	0	0	0	0	0	
	Denúncia de casos exploração sexual	0	1	1	1	1	1	
	Denúncia de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial	0	0	1	1	0	0	
	Denúncia de pedofilia na internet	0	0	0	0	0	0	
	Denúncia da impunidade	0	0	0	0	1	1	
	Denúncia sobre fragilidades sistema de proteção/atendimento a vítimas	1	1	1	1	1	1	
Utilidade Pública	Tel/End. de serviços de assistência psicossocial	1	1	0	0	0	1	
	Tel/End. de serviços de assistência legal/jurídica	1	1	0	0	0	1	
	Tel/Site/End. de serviços de denúncia	1	1	1	0	1	1	
	Não tem	0	0	0	1	0	0	
Serviço Público	Endógeno	Contexto sócio-económico cultural	1	0	1	1	1	0
		Apresenta estatísticas	0	1	0	0	1	0
		Apresenta boas práticas	1	1	1	0	0	1
		Dicas para identificar casos	1	0	1	0	1	0
		Perfil dos agressores	1	0	0	1	0	0
		Explica conceitos	1	0	1	1	1	0
		Medidas preventivas	0	0	0	0	0	0
	Discute tratamento para agressor	1	0	0	0	0	0	
	Exógeno	Explica papel dos órgãos públicos/fluxo de atendimento	1	1	1	0	0	1
		Cita políticas públicas	1	1	0	0	1	1
		Explica processo judicial	1	1	0	0	0	1
		Menciona leis/Projetos de lei	1	1	0	0	1	1
Serviço Extra	Sim	0	1	0	1	0	1	
	Não	1	0	1	0	1	0	

Tabela 6 (Cont.)

Documento BR	Dormindo com o Inimigo	Perigo Digital, Bandido ou Doente e Exemplo da Europa	Acolhimento com Dignidade	Títulos diversos	Dor sem Remédio	Sem título	Infância Roubada	Especial Exploração e Abuso Sexual	Asas Feridas	Total
1	1	0	1	1	0	1	0	1	1	8
1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	14
1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4
0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	7
1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	14
1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4
0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	11
0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	4
1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	13
0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	7
1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	11
0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	7
0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	4
1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	9
0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	4
0	1	0	0	0		0	0	0	0	2
1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	11
1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	12
0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	5
1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	11
1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	6
0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	10

6.3. Diversidade de Fontes

Estudos sobre a representação midiática dos problemas sociais costumam encontrar um espectro bastante restrito de fontes, geralmente concentradas nas autoridades governamentais (FUNDACIÓN F. EBERT, 2006, apud AVINA, 2008, p. 16). Nas reportagens vencedoras do Concurso Tim Lopes, entretanto, há um contraste de vozes mais amplo, possivelmente decorrente de um estímulo da ANDI e sua consultora para que o jornalista bata na porta de ONGs, programas de atendimento a vítimas, entre outras fontes não-oficiais; mas também decorrente de um maior tempo que o jornalista dispõe para conversar e investigar. O diretor de comunicação da Fundação Avina, Geraldinho Vieira, responsável pela idéia original dos concursos Tim Lopes e Bolsas Avina, comenta essa dinâmica em busca de fontes:

Quando o jornalista tem tempo para a investigação, ele pode buscar fontes que nem sempre tem um material muito organizado. Ele pode falar com aquele líder da sociedade civil que vai pedir três, quatro dias para juntar informação. Porque as ONGs não são como o governo, que normalmente tem dados organizados. Quando o jornalista não tem condições de investigar, o governo é uma fonte mais rápida porque normalmente tem interesse em atender o jornalista, a não ser que seja um caso mais drástico que possa questionar o próprio governo.

Para observar a diversidade de fontes nas reportagens vencedoras do Concurso Tim Lopes, todas as pessoas entrevistadas foram contadas e classificadas, conforme descrito na tabela 7.

Os serviços de assistência a vítimas de violência sexual representam a fonte mais ouvida pelas reportagens, somando um total de 80 inserções, sendo 29 profissionais das instituições públicas de acolhimento, abrigo e assistência social como CREAS (Centros de Referência em Assistência Social) e 51 técnicos de ONGs que prestam assistência psicossocial, legal e jurídica a vítimas e seus familiares.

A segunda fonte mais ouvida são as próprias pessoas que vivenciaram situações de abuso e/ou exploração sexual ou que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e são atendidas por programas sociais, totalizando 68 entrevistados. Desse grupo, cinco são adultos que passaram pelo problema na infância e/ou adolescência; oito são meninos; e 55 são meninas, o que indica uma questão de gênero característica do fenômeno da violência sexual que ainda ficou por ser discutida nas reportagens. Embora o número de vítimas da violência sexual que expressam sua voz nas reportagens possa contribuir para valorizar o ponto de vista de um grupo marginalizado, é importante ressaltar o risco de revitimização e exposição de

meninos e meninas que repetem mentalmente a(s) situação (ões) de violência por que passaram ao relatarem suas histórias, algumas vezes com detalhes excessivos.

A terceira categoria de fonte mais ouvida pelos repórteres é a dos Conselhos, com um total de 41 inserções, sendo 35 referentes aos Conselhos Tutelares e seis aos Conselhos de Direito. A representatividade dos conselheiros e dos profissionais de assistência nas reportagens pode ter contribuído para o alto número de matérias que denunciam as fragilidades do sistema de proteção e atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Em quarto lugar na lista das fontes estão 38 representantes do poder executivo, com 13 secretarias municipais; 10 funcionários do poder executivo federal (ministérios e secretarias) e cinco secretarias estaduais.

A quinta posição fica com a polícia, com um total de 29 agentes entrevistados, sendo 23 da Polícia Civil; três da Polícia Federal; e uma da Polícia Rodoviária Federal. Também é expressivo o número de 26 entrevistas com especialistas, sendo 16 com técnicos na área de violência sexual, entre eles a própria consultora da ANDI responsável por orientar os repórteres e 10 pesquisadores de universidades.

As demais fontes ouvidas pelos repórteres incluem 24 mães, pais e parentes de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; 17 representantes do Ministério Público; 15 agressores/aliciadores ou seus representantes (advogados ou parentes); 14 juízes; nove donos/funcionários de pousadas, hotéis, boates ou lojas; nove representantes de unidades de saúde; sete moradores dos municípios investigados; seis representantes da comunidade escolar; seis representantes do poder legislativo (5 da Câmara Federal e Senado e 1 representante do legislativo estadual legislativa); dois agentes de turismo; e uma liderança indígena.

TABELA 7 - Fontes das reportagens

Reportagens		Confissões de Família	Nos Jardins da Infância	Títulos diversos	Infância no Limite	Inocência Perdida	Especial Exploração Sexual Infanto-Juvenil
Fontes	Universidade	3	0	0	1	0	1
	Serviços de acolhimento / abrigamento/Sentinela/Crea	1	0	0	8	7	3
	ONGs que prestam assistência social e legal/jurídica	4	0	1	3	4	3
	Indivíduos que prestam assistência técnica para o enfrentamento do problema	0	0	0	0	0	0
	Ministério Público	1	1	2	2	1	3
	Mães/Pais/Parentes de crianças e adolescentes	0	2	1	0	0	4
	Meninas	0	3	7	0	16	8
	Meninos	0	0	2	0	1	0
	Adultos que vivenciaram violência sexual na infância	0	0	0	0	0	0
	Agressores/Advogados ou parentes dos agressores/Aliciadores	4	1	0	0	0	1
	Donos/funcionários de pousadas/hotéis/boates/lojas	0	1	2	2	0	3
	Polícia Civil	0	2	0	0	0	4
	Polícia Rodoviária Federal	0	0	0	0	0	0
	Polícia Federal	0	1	0	1	0	0
	Polícia Militar	0	1	0	0	0	1
	Moradores da cidade	0	2	4	1	0	0
	Juizes/Juizado da Infância e Juventude	0	4	0	0	0	3
	Conselhos de Direito	0	1	0	0	0	1
	Conselho Tutelar	0	1	0	8	6	2
	Nações Unidas (Unicef, OIT, OMS)	0	1	0	1	0	1
	Autoridades em outro país	0	0	0	0	0	0
	Governo Municipal (Executivo)	0	0	0	0	1	0
	Governo Estadual (Executivo)	0	0	0	0	0	1
	Governo Federal (Executivo)	0	0	1	0	3	0
	Governo Estadual (Legislativo)	0	0	0	0	0	0
	Governo Federal (Legislativo)	0	0	0	0	2	2
	Escola	0	0	0	0	2	0
	Unidades de saúde	0	0	0	0	0	0
	Pastoral	0	0	1	0	0	0
	Traficante de drogas	0	0	0	0	0	1
	Motoristas de táxi/donos de postos de gasolina	0	0	0	0	0	0
	Caminhoneiro	0	0	0	0	0	0
	Representante de agência de turismo	0	0	0	0	0	1
Liderança Indígena	0	0	0	0	0	0	
Especialistas (psicólogos, sociólogos, advogados)	3	1	1	1	1	2	

Tabela 7 (Cont.)

Documento BR	Dormindo com o Inimigo	Perigo Digital, Bandido ou Doente e Exemplo da Europa	Acolhimento com Dignidade	Títulos diversos	Dor sem Remédio	Sem título	Infância Roubada	Especial Exploração e Abuso Sexual	Asas Feridas	Total
0	1	0	3	1	0	0	0	0	0	10
2	0	0	4	3	0	0	1	0	0	29
4	3	6	4	7	2	0	3	6	1	51
0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	4
1	0	0	2	0	0	0	0	4	0	17
0	0	1	5	1	2	2	0	2	4	24
8	1	0	1	2	0	1	5	0	3	55
0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	8
0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	5
1	0	1	1	0	0	2	0	0	4	15
0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	9
6	0	0	3	2	0	1	1	2	2	23
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
1	0	0	0	1	0	0	0	4	1	14
0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	6
7	0	0	5	3	0	1	0	0	2	35
0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	5
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	3	1	1	0	0	0	0	13
0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	5
1	1	0	0	2	0	1	0	1	0	10
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5
0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	6
0	2	0	2	0	4	0	0	0	1	9
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
1	1	0	3	0	0	1	0	1	0	16

Capítulo 7 – Considerações Finais e Possíveis Caminhos

7.1. Sistematização

Ao longo dos três anos de implementação do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, foi sendo testada uma metodologia que veio a ser sistematizada recentemente em uma publicação redigida pela jornalista gaúcha Rosina Duarte, contratada como consultora pela ANDI, com previsão de lançamento para junho de 2008. Com o título (ainda provisório) “Denúncia Premiada”, o livro registra o histórico da iniciativa, explicando as motivações que levaram à criação do projeto; traz depoimentos dos responsáveis pela implementação do concurso na ANDI e no Instituto WCF; contextualiza a produção das reportagens, a partir das histórias de bastidores contadas pelos repórteres vencedores; apresenta reflexões e sugestões da socióloga Marlene Vaz, que trabalhou como consultora nas três edições do prêmio, prestando assessoria na área de enfrentamento à violência sexual, e dos próprios jornalistas premiados. Além de registrar a metodologia desenvolvida pelo projeto, o trabalho indica alguns “atalhos” para jornalistas que queiram iniciar a complexa tarefa de investigar a área da violência sexual, tomando como base o caminho já trilhado por repórteres que participaram do concurso.

Quem participou da experiência trilhou uma longa jornada iniciada com a concepção da pauta, prosseguida com a formatação do projeto, a negociação com os veículos, a constituição e preparação das equipes, o planejamento de cada passo da investigação, o relacionamento com os consultores, as peculiaridades, riscos e armadilhas da investigação, a redação, edição e encerrada com a publicação e repercussão do material (ANDI, 2008, em fase de elaboração).

A seção final do livro, denominada “Caminhos” traz dicas específicas sobre cada etapa por que passam os jornalistas participantes do concurso, com sugestões práticas que podem contribuir na elaboração de novos projetos de investigação dentro dos parâmetros dos direitos da infância e adolescência (ANDI, 2008, em fase de elaboração). Nas sugestões oferecidas aos jornalistas, é possível identificar alguns serviços observados na análise das matérias vencedoras, como a contextualização do problema, indicação de telefones e endereços de serviços de atendimento, explicação de conceitos ligados à questão da violência sexual, entre outros listados abaixo:

Pré-produção: buscar estatísticas e dados que fundamentem a hipótese inicial apresentada no projeto a ser inscrito, incluindo possíveis fontes capazes de interpretar os números de forma crítica e contextualizá-los;

Funcionamento da Equipe: é importante considerar o trabalho como uma construção coletiva (incluindo fotógrafo/cinegrafista e motorista, além dos repórteres), investir na afinidade e integração e promover a discussão sobre as estratégias de abordagem, dúvidas e possíveis situações de risco. Se o projeto envolver universitários, é recomendável que estejam a partir do quinto semestre, e que sejam avaliados não apenas pela qualidade do trabalho, mas também por sua maturidade.

Negociação com o veículo: negociar os principais passos da matéria e as necessidades da equipe com os editores ajuda a evitar mal entendidos e a integrar o trabalho com a rotina e a linha editorial do veículo, o que contribui para o cumprimento de prazo e definição da abordagem final do material.

Apuração e entrevistas: é preciso ter um “plano B” para eventuais trocas de fontes e possível surgimento de novos fatos. Conversas informais com taxistas e funcionários de bares e hotéis costumam render boas informações. Para se prevenir nas situações de risco, é melhor avisar ao editor onde estará, comparecer acompanhado sempre que possível, levar o celular e informar-se previamente sobre a situação. Para não revitimizar a fonte, é melhor evitar explorar detalhes nas entrevistas e informar-se com especialistas qual a melhor técnica de abordagem em casos traumáticos. Microcâmeras e gravações não autorizadas devem ser usadas com critério, de preferência apenas para proteção da própria equipe no caso de contestação das informações. Cuidado com os termos para evitar a reprodução de preconceitos. Jamais lançar mão de troca de favores ou promessas às fontes. Informar serviços sobre prevenção e denúncia, com endereço, telefone e endereço eletrônico.

Som e Imagem: jamais retratar crianças e adolescentes de forma vulgar ou erotizada; tarjas pretas são recursos desaconselháveis por estarem associados à marginalidade; evitar lugares-comuns como bonequinhos e ursinhos de pelúcia; um bom recurso é recortar a imagem da mão, pé ou outros detalhes do corpo, ou objeto como celular, mochila, agenda, desde que não identifiquem ou erotizem a personagem da matéria. Para que a sombra não identifique a fonte, utilizar reflexo na água ou em um vidro irregular é um recurso válido. Cuidado com identificação das personagens no uso de silhuetas e imagens dos locais frequentados. Distorcer vozes para evitar identificação dos(as) entrevistados(as).

Redação e Edição: usar linguagem acessível e isenta de preconceitos e jargões; cuidado para não usar palavras condenatórias; acompanhar andamento dos inquéritos policiais

e denúncias; evitar espetacularização; esclarecer diferenças entre abuso e exploração sexual; investigar motivações para o problema da violência sexual como valores culturais, condição sócio-econômica; aspectos psicológicos, questões de gênero, raça, etnia, entre outras; no caso do abuso sexual, é preferível entrevistar o agressor antes da vítima; nunca revelar nomes das vítimas, de seus amigos e familiares ou locais que possam identificá-las; citar apenas o que está documentado/gravado; mencionar legislação e acompanhar projetos de lei; a ineficiência ou inexistência de políticas públicas rende matérias e boxes; ter atitude receptiva em relação às sugestões de pauta trazidas por especialistas e organizações com experiência no tema.

7.2. Metodologia disseminada

A Fundação Avina iniciou em 2006 a implementação do Concurso Bolsas Avina para projetos de investigação jornalística sobre desenvolvimento sustentável nos países da América Latina. O projeto reedita a metodologia do Concurso Tim Lopes em uma escala bem mais ampla do que o original: em sua primeira edição, mais de mil jornalistas de 24 países incluindo a América Latina, Estados Unidos e Europa inscreveram um total de 660 projetos de investigação, dos quais 50 saíram receberam uma bolsa de até 2.500 dólares para internet; 5 mil dólares para rádio, jornais e revistas e 7 mil dólares para televisão para investigar uma das quatro áreas temáticas, seguindo os setores em que a Avina trabalha: conservação de recursos naturais (com foco em recursos hídricos); desenvolvimento econômico e sustentável (trazendo o comércio justo como subtema); promoção da equidade (abordando a questão da inclusão social); e governabilidade democrática e estado de direito (com enfoque na participação e transparência).

As 50 reportagens resultantes da primeira edição do concurso foram publicadas/veiculadas em TVs, rádios, jornais, websites e revistas de 14 países da América Latina (Argentina, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Chile, Uruguai, Honduras, México, Paraguai, Equador, Peru, Bolívia, Guatemala e Venezuela), além de veículos da Itália e dos Estados Unidos com correspondentes na América Latina, atingindo um público estimado em 40 milhões de pessoas. Na segunda edição, prevista para 2008, também poderão concorrer veículos de outros continentes que apresentem projetos de investigação sobre a América Latina.

Como parte do prêmio, os ganhadores participaram do I Encontro Latinoamericano de Bolsas Avina, realizado em São Paulo de 21 a 23 de novembro de 2006, para que tivessem a oportunidade de trocar informações sobre seus projetos de investigação e desenvolver

propostas de colaboração uns com os outros. Para Aliana González, do jornal El Nacional de Caracas, Venezuela, o encontro funcionou como “una gran sala de redación, de preparación de pauta, donde tuvimos la oportunidad de afinar nuestras investigaciones, de mirarlas desde múltiples perspectivas, de mejorarlas” (AVINA, 2008, p. 13). Eles também receberam um guia com sugestões de mais de 660 fontes sobre desenvolvimento sustentável na América Latina que poderiam ser acessadas em sua investigação.

A análise da primeira edição do projeto, feita pelo jornalista colombiano Germán Rey, diretor do Programa de Estudos em Jornalismo da Pontificia Universidad Javeriana em Bogotá, Colômbia, e conselheiro da Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano,⁶⁵ foi registrada na publicação *Um Olhar sobre o Desenvolvimento Sustentável da América Latina em 50 Reportagens*. A publicação vem acompanhada de um DVD com todas as matérias resultantes dos projetos vencedores. O projeto também foi tema especial da edição de janeiro de 2008 da Revista Surcos⁶⁶, uma publicação da Fundación Síntesis do Chile.

Geraldinho Vieira, Diretor de Comunicação da Fundação Avina⁶⁷, havia criado o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística quando era secretário-executivo da ANDI e levou para a Avina uma idéia que já havia sido testada. Como o tema era outro e a nova proposta seria de âmbito continental, não havia risco de os dois projetos tornarem-se concorrentes. Pelo contrário, a ANDI tornou-se apoiadora das Bolsas Avina. Em entrevista para esta dissertação, Vieira explica que o regulamento desenvolvido pela ANDI fundamentou as regras do novo projeto. Os resultados que já vinham sendo apresentados pelo Concurso Tim Lopes também foram cruciais para convencer os diretores da Fundação Avina sobre o custo-benefício da iniciativa:

Este é um projeto considerado de valor financeiro alto. No início as pessoas falavam que era caro. Não aceito a palavra caro, aceito valor financeiro alto. Quando vierem os resultados vocês analisam se foi mesmo caro. Mas havia essas dúvidas dentro da Avina: é caro, não é caro? E se o jornal não publica? A única coisa que me dava garantia era a experiência do Tim Lopes. Era poder dizer para a Avina: isso não nasce do acaso. Isso já foi feito pela ANDI. Então, ter uma experiência anterior me ajudou a defender a idéia.

⁶⁵ A Fundación para un Nuevo Periodismo Iberoamericano (FNPI) foi criada em 1994 por iniciativa do escritor colombiano Gabriel García Márquez, a partir de seu desejo de compartilhar experiências e impulsionar a vocação de jovens repórteres e de sua convicção na eficácia do método de aprendizagem por oficinas práticas e participativas, em que professores experientes discutem o ofício com seus alunos (Disponível em: <www.fnpi.org>, Acesso em 13 abr. 2008).

⁶⁶ A revista Surcos é uma publicação de 16 páginas produzida pela ONG Síntesis, do Chile, que procura promover a integração de políticas públicas regionais que busquem soluções sustentáveis para a América Latina. A revista adotou um estilo de jornalismo narrativo para abordar temáticas ligadas ao desenvolvimento da região. (Disponível em: <www.fundacionsintesis.org>. Acesso em: 13 abr. 2008).

⁶⁷ Entrevistado em 02/02/2008, em Brasília.

É interessante observar que, para efetuar os cálculos do projeto, a organização leva em consideração tanto a visibilidade dos temas com os quais a Avina trabalha na imprensa, quanto a possibilidade de posicionar a própria instituição, conforme explica Geraldinho Vieira:

O objetivo maior é fazer uma comunicação para a causa. Mas claro que vai aí uma estratégia de posicionamento da instituição assumidamente. Só que invés de fazer um trabalho de assessoria de imprensa para que falem da Avina, quem somos e o que fazemos; interessa para a gente que a sociedade em que a gente atua saiba que a Avina existe, que é uma fundação que apóia essas causas. É uma estratégia de posicionamento da instituição. As matérias saíram com a logo da instituição e uma nota dizendo que a matéria publicada foi apoiada por esse concurso e a Avina não em responsabilidade sobre o conteúdo emitido.

Do ponto de vista institucional, portanto, o valor necessário para todo o projeto (incluindo o encontro com os 50 jornalistas, com participação de especialistas, folheto, publicação, DVD, além das próprias bolsas), que chegou a 430 mil dólares, pode ser vendido para os financiadores de uma forma a relativizar os custos, como explica Vieira:

O caro é sempre relativo. No caso das Becas Avina, foram 430 mil dólares divididos por 40 milhões de leitores = 0,01 dólar por leitor. O custo-benefício é uma maravilha. Você agendou o tema, os leitores leram algo com mais substância e a logomarca da Avina apareceu para 40 milhões de pessoas. E a gente não foi contar quanto custaria publicitariamente aquela logo publicada no jornal.

A experiência da Fundação Avina indica, portanto, que os custos do projeto não inviabilizam a disseminação do modelo. Na opinião de Geraldinho Vieira, a metodologia inaugurada com o Concurso Tim Lopes é disseminável em qualquer parte do mundo e em qualquer tema “porque a raiz é a mesma: melhores condições de investigação. E claro que, como todo prêmio, dá *status* ao jornalista. Os jornais também se sentem super premiados”.

O depoimento de Vieira indica que o projeto original traz consigo não apenas a capacidade de ser replicado, mas de se desdobrar em outras iniciativas: a Fundação Avina está negociando com agências internacionais a reprodução das matérias em um formato reduzido. Na Costa Rica, uma rede de televisão também já se interessou em distribuir as reportagens para que sejam veiculadas por TVs sem recursos para produção. Vieira apresenta ainda outras propostas por serem exploradas: produzir um tablóide especial chamado “Retratos da América Latina” com as reportagens vencedoras, que pudesse ser encartado nos jornais de grande circulação; convocar agências de publicidade para um concurso de campanhas de valores nos mesmos moldes do concurso de jornalismo são algumas idéias embrionárias.

7.3. Diálogo aberto

Por meio das entrevistas com os organizadores do Concurso Tim Lopes, é possível perceber que o concurso não tem um processo estanque e definitivo, mas repensa sua estratégia a cada edição, permanecendo aberta para influenciar e ser influenciada por outras iniciativas desenvolvidas por organizações não-governamentais. Em 2008, o projeto inclui uma categoria especial centrada no debate sobre o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e prevê a organização de uma oficina com as equipes vencedoras para apresentação e discussão de conceitos técnicos antes do início das investigações, como foi realizado na primeira edição das Bolsas Avina.

7.4. Verificação de Hipóteses

7.4.1. Hipótese 1:

Os movimentos sociais exercem um papel fundamental no agendamento de temas ligados à cidadania na mídia. O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística demonstra um processo de agendamento *sui generis*, que parece inaugurar uma tendência de comunicação dos movimentos sociais para a mídia, como sugere a hipótese 1 desta pesquisa. Um dos resultados do projeto, sob ponto de vista de seus organizadores, é justamente a capacitação dos movimentos sociais como fonte jornalística, o que gera uma demanda por outros produtos, como o guia para as organizações sociais lidarem com a imprensa, que está sendo produzido pela ANDI, com previsão de lançamento para maio de 2008. A publicação mostra o outro lado de um trabalho que a ANDI já vinha desenvolvendo com os jornalistas, que recebem o Guia de Fontes, com contatos dos especialistas das organizações sociais sobre o tema em questão.

Os impactos dessa estratégia de agendamento sobre temas ligados à cidadania, no entanto, não se restringem à pressão dos movimentos sociais para que seus temas sejam contemplados na agenda midiática. A metodologia desenvolvida pelo Concurso Tim Lopes e replicada pela Bolsas Avina parece interferir tanto nas rotinas produtivas dos movimentos sociais, que têm que responder à demanda por informações sistematizadas, estatísticas, etc, tanto nas rotinas produtivas dos jornalistas, que consentem com uma forma de “jornalismo assistido”, em que o jornalista conta com um serviço extra-redação de apoio para a apuração, que complementa sua ida a campo. Essa assistência apresenta alguns elementos que o jornalista passa a levar em consideração durante a apuração de sua matéria.

No Concurso Tim Lopes, parte fundamental desse trabalho de atendimento aos jornalistas foi realizado pela consultora do projeto, a socióloga Marlene Vaz, que trabalhou nas três edições do concurso com total disponibilidade para atender telefonemas de repórteres angustiados ou confusos até mesmo de madrugada, conduzir oficinas sobre o tema, responder todas as mensagens eletrônicas encaminhadas por jornalistas e fornecer material técnico de subsídio para quem solicitasse. Na primeira edição do prêmio, com menor número de candidatos, Marlene Vaz chegou a responder pessoalmente a todos os não-vencedores, com uma análise de seus projetos, sugestão de fontes, recomendação de leituras e disponibilização de consultoria a fim de contribuir para que a reportagem fosse desenvolvida mesmo sem a ajuda de custo do projeto, ou que fosse submetida novamente na edição posterior do concurso, como aconteceu, por exemplo, com a reportagem da Gazeta do Povo, apresentada pelo repórter Mauri König, da Gazeta do Povo (PR), sobre a exploração sexual nas regiões de fronteira brasileira.

7.4.2. Hipótese 2:

As matérias produzidas sob influência dos movimentos sociais gerariam uma ampliação dos valores-notícia tradicionais, agregando a indicação de procedimentos, que vem recebendo o nome de valor-serviço ou valor-cidadania.

Sem a perda dos valores-notícia que caracterizam o jornalismo investigativo, as reportagens que resultaram dos projetos vencedores no Concurso Tim Lopes trazem uma forte carga de valores-serviço, observada nas histórias que dão visibilidade a questões individuais com as quais o público pode se identificar; denunciam falhas nas políticas públicas que devem ser monitoradas; adotam uma abordagem pedagógica, que procura esclarecer conceitos, indicar procedimentos, mostrar saídas encontradas por boas práticas, ou divulgam serviços de utilidade pública, como telefones, endereços, websites úteis para que a população saiba onde e quem procurar na busca de soluções para o problema.

7.4.3. Hipótese 3:

As notícias com o valor-cidadania agregado representariam um sobretrabalho, resultante de um esforço extra por parte do jornalista, para além do convencional trabalho de pauta-apuração-redação-edição. Entretanto, assim como a advocacia de temas sociais geram dividendos coletivos, não privados, haveria também uma apropriação pública desse excedente de trabalho (SILVA, 2007, Notas de aula).

Algumas equipes (seis das 16 participantes) foram além da publicação/veiculação das matérias e ofereceram serviços extra-jornalísticos, como denúncias formalizadas ao Ministério Público; entrega de dados que subsidiaram as investigações para o Legislativo e o Executivo Federal ou Estadual; congressos com participação de profissionais de saúde para discutir o tema investigado; articulação com instituições responsáveis pelo resgate de meninas que estavam sendo ameaçadas; composição de uma música para acompanhar as reportagens no rádio; criação de um blog com um canal de denúncias; e até mesmo convênios firmados com prefeituras em busca de um compromisso para mudar a precária situação dos serviços de proteção a crianças e adolescentes. Também são recorrentes as falas dos jornalistas entrevistados que ressaltam que repórter e cidadão são uma só pessoa, e que a indignação com a situação encontrada motivaria um esforço extra para que seu trabalho tenha um impacto mais duradouro, capaz de influenciar políticas públicas de proteção e atendimento às vítimas e/ou a responsabilização dos agressores/aliciadores.

Quando o tema em pauta tem um apelo humano tão forte, como é o caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, nenhum repórter parece sair da investigação da mesma forma que entrou. Entretanto, na experiência das Bolsas Avina sobre questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, incluindo recursos hídricos, comércio justo, inclusão social e participação e transparência, também é possível observar um envolvimento mais contundente dos repórteres em relação aos temas investigados, como indica o texto do jornalista colombiano Germán Rey, que analisou as reportagens vencedoras da primeira edição do concurso da Fundação Avina. As histórias são contadas sob uma perspectiva muito próxima da comunidade, dando voz a pessoas comuns, criando “zonas de visibilidade social” para grupos que costumam ser esquecidos, desconhecidos, sem nome (AVINA, 2008, p. 17).

Parte dessa dedicação dos jornalistas em busca de histórias contextualizadas poderia ser motivada pela própria metodologia dos concursos Tim Lopes e Bolsas Avina, que exigem uma postura diferenciada das equipes desde o momento da inscrição, quando os repórteres devem planejar a médio e longo prazo suas ações, criar hipóteses, argumentar por seu projeto de investigação fundamentado em dados previamente pesquisados. Além de “vender” a pauta para seu editor na redação, os jornalistas que se inscrevem nesses concursos serão avaliados por um grupo com expertise no tema, o que demanda muito mais cuidado com a apresentação das idéias e o uso de conceitos e termos. Durante a apuração, esse diálogo com outras organizações sobre o processo de produção da notícia continua uma vez que ANDI e Fundação Avina disponibilizam informação de subsídio, fontes, dicas sobre abordagem, uso de imagens, etc. Essa mudança na rotina de produção seria, portanto, um dos efeitos da

metodologia inovadora desses concursos de investigação que, diferente de outros prêmios jornalísticos, reconhecem o processo, mais que o produto. Segundo o jornalista colombiano Germán Rey, o projeto [das Bolsas Avina]

cambia el enfoque de los reconocimientos: se pasa del premio a posteriori, a la valoración de una propuesta periodística desde el momento inicial de su concepción. No es tan solo la valoración de un resultado, como también el estímulo a un proceso (AVINA, 2008, p. 16).

O Concurso provoca um processo diferenciado de produção da notícia desde o momento de inscrição de sua proposta de investigação, que tem continuidade no contato com especialistas e outros repórteres proporcionado pelos projetos e podem levar a histórias mais contextualizadas, a uma escuta mais atenta a pessoas que vivenciaram situações de adversidades, o que poderia contribuir para uma educação dos jornalistas pela via da sensibilidade, conforme observa o jornalista Germán Rey, ao analisar as matérias resultantes das Bolsas Avina: “Las historias obligan a entrar en la piel del otro, a seguir sus caminos com el apoyo de la reportería, a relacionar lo personal com lo coletivo, a penetrar los contextos em que transcurren sus vidas” (AVINA, 2008, p. 18).

7.5. Impacto na produção da notícia

Ao manter o processo colaborativo de produção da notícia durante o processo de apuração, o concurso Tim Lopes fomenta um diálogo intenso entre *news promoters* e *news assemblers* (Molotch e Lester, 1974). Essa interação entre fontes da sociedade civil e jornalistas, central na metodologia do Concurso Tim Lopes, provocaria um estranhamento, uma saída do automático na rotina de produção da notícia. Uma vez que o jornalista participante consente com a proposta de fazer jornalismo de forma colaborativa, ele passa a receber *feedback* sobre o seu trabalho de investigação, abordagem, recorte, uso de imagens, etc não apenas de seu (sua) editor(a), mas de especialistas no tema em foco e representantes da sociedade civil, embaralhando papéis, por um lado, mas democratizando o debate na esfera pública, por outro. Essa mistura de papéis na etapa inicial de produção da notícia não enfraquece a autonomia e o poder do repórter. Pelo contrário, ao expor o jornalista a um leque de informações aos quais ele provavelmente não teria acesso da redação (considerando os constrangimentos organizacionais), o concurso contribui para o seu empoderamento dentro e fora das redações.

Entre seus pares, os jornalistas vencedores do Concurso Tim Lopes ganham notoriedade por ter desenvolvido um trabalho investigativo, segundo os valores-notícia apreciados pelo tradicional jornalismo investigativo. O controle sobre o tom da reportagem, a apresentação das personagens, as denúncias sobre as redes criminosas e também sobre as fragilidades das políticas públicas e serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência continuam nas mãos do repórter e seu editor. O concurso contribui, portanto, para o processo de socialização e aceitação do jornalista em sua organização (BREED, apud TRAQUINA, 1999), o que fica claro em alguns depoimentos dos organizadores dos concurso, que atestam como a iniciativa é bem-vinda nas redações. No discurso dos jornalistas também é possível perceber de que forma o concurso representa uma oportunidade de reconhecimento entre seus pares, como indica, por exemplo, a jornalista Érika Klingl, do Correio Braziliense, que aponta como uma das motivações para sua inscrição no concurso a “necessidade” de ganhar um prêmio para crescer profissionalmente:

Eu nunca tinha ganhado um prêmio e infelizmente, no jornalismo, para a gente poder crescer, mostrar o valor, tem que ganhar um prêmio. [...] Eu nunca tinha viajado, nunca tinha feito uma matéria que saísse dos gabinetes. [...] Eu era rata de ministério e comissão de educação da Câmara e do Senado. E eu ficava frustrada porque eu falava dos números de analfabetismo, alunos da 4ª. série que não sabiam ler, mas eu não conhecia nenhum. Eu pensei: uma boa possibilidade de fazer isso é ganhando o Tim Lopes. Por que aí vou receber dinheiro para conhecer as pessoas, eu vou receber uma chance que o jornal não está me dando agora. E eu entendo que não me dê porque o como é que eles vão apostar numa mulher de 28 anos que nunca mostrou ter condições e competência para conversar, trazer histórias boas e gastar fortunas em uma viagem se eles podem fazer isso com as pessoas que eles sabem que vão dar certo. Essa é a parte constrangedora. A parte nobre da história é que eu já tinha lido que a vitimização das meninas vítimas de exploração sexual era muito maior do que a exploração sexual em si...

Já entre os representantes da sociedade civil, os jornalistas participantes do concurso ganham uma espécie de passe-social que os permite circular entre ONGs, universidades e outras instâncias com legitimidade de especialista, embaralhando ainda mais os papéis de *assemblers* e *promoters*. Vale lembrar que as matérias podem trazer equívocos conceituais, já que por mais informações que os jornalistas recebam, esse processo de “formação” não se estende a mais do que um ou dois meses. Mas depois da reportagem publicada e do conseqüente envolvimento do repórter com o tema, ele passa a atuar em alguns momentos como fonte. Segundo Geraldinho Vieira, não são raros os casos de jornalistas que continuam a cobrir essa área e largam o jornalismo para trabalhar em ONGs ou como voluntário.

7.6. Jornalismo do devir

O estudo de caso do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística procura compreender uma prática jornalística que propõe uma relação inovadora com os movimentos sociais, agregando elementos para os estudos referentes a uma Teoria da Notícia. O objeto de estudo ilumina os desafios e possibilidades de hibridização entre tendências antitéticas: agenda-setting e social-setting; valores-notícia e valores-serviço; jornalismo investigativo e jornalismo institucional.

No contexto de experimentação trazido pelo Concurso Tim Lopes, cujos princípios fundamentam-se, por um lado, no Código de Ética do Jornalismo, por outro, nos direitos da criança e do adolescente normatizados no ECA, revelam-se as tensões entre a utopia do jornalismo como função pública e social e sua práxis real. Paralelamente, os serviços de proteção a crianças e adolescentes anunciadas ou reivindicadas nas reportagens analisadas tornam visíveis as contradições entre uma normatização extremamente inovadora e promotora dos direitos humanos e um aparelho público que não tem fôlego para atender adequadamente às demandas de uma sociedade cujos conflitos sócio-culturais e econômicos ainda produz tanta violência contra meninos e meninas.

No Concurso Tim Lopes, a interação dos jornalistas com suas fontes indica a iminência de uma possibilidade de democratização e humanização da notícia, mas também expõe os conflitos éticos e deslizes de um jornalista-cidadão que se sensibiliza, se indigna, transforma, mas também reproduz valores arraigados na organização comercial e na sociedade de que faz parte. Suas matérias geram demandas para políticas públicas ainda frágeis, mas indicam um vir a ser, a normatização de um caminho ideal, um devir ético.

Referências bibliográficas

- ANDI, *O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil/Difel. 1989.
- CHAIA, V. *O Jornalismo Cívico na Rede Globo de Televisão*. Artigo publicado em 12/9/2006, disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=398DAC005>>. Acesso em: 12 dez. 2007
- DUARTE, M.Y.M. *Estudo de Caso*. In DUARTE J.; BARROS A. (org). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.
- FALEIROS, E. *Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasília: Cecria/MJ-SEDH-DCA/FBB/Unicef, 2000.
- FALEIROS, E. e FALEIROS, V. *Escola que Protege: enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.
- LAGO, C. e BENETTI, M. (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LEAL, M.F.P. e LEAL, M.L.P. *Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil – ESCCA*. Rio de Janeiro: Save the Children Suécia, 2005.
- LEAL, M.L.P. *A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório Final – Brasil*. Brasília: CECRIA, INN, Ministério da Justiça, Unicef, Cese, 1999.
- LEAL, M.L.P. *Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial: uma abordagem crítica sobre o fenômeno* [Texto distribuído na oficina de trabalho para construção da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial organizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos]. Brasília, 2005.
- MARÔPO, L.S.B. *Movimentos Sociais e a Construção da Agenda da Infância na Mídia Brasileira (artigo)* [Trabalho apresentado ao NP 13 – Comunicação e Cultura das Minorias, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom]. Rio de Janeiro, 2005
- MARX, K., *Teorias da Mais-Valia*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987b. Livro IV, Volume 1.

- MESQUITA, M. e TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002
- MOTTA, L.G. (org.). *Imprensa e Poder*, Brasília: Ed. UnB, 2002.
- MOTTA, L.G. *Pesquisa em jornalismo no Brasil: O confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico*. Pré-Conferência da *Association for International Media and Communication Research (AIMCR)*, Porto Alegre, 25 de julho de 2004 (mimeo).
- OLIVEIRA, D. G. *Jornalismo para além do valor-notícia: o valor convergente como modelo para selecionar e inserir temas sociais na mídia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PIOVESAN, F. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 2ª. Ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, 7 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- SEDH. Relatório do Disque Denúncia Nacional. Brasília: SEDH, 2008.
- SILVA, G. *Valores-notícia: atributos do acontecimento*. Artigo apresentado ao NP02 do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Florianópolis: UFSC, 2004.
- SILVA, L.M. *Jornalismo e hibridização da informação pública*. Brasília: UNB, 2004.
Disponível em:
<<http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/doc/luizmartins2004.doc>>. Acesso em: 12 dez. 2007
- SILVA, L.M. *Jornalismo Público*. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- SILVA, L.M. *Sociedade, esfera pública e agendamento*. Brasília: 2007 (em fase de elaboração)
- TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005. v.2
- TUCHMAN, G. *A Objetividade com ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade no jornalismo*. In TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo questões, teorias e estórias*. 2 ed. Lisboa: Vega, 1999.
- VILLEGAS, M.G. *La Eficacia Simbolica del Derecho*. Bogotá, Colombia: Ediciones Uniandes, 1993, volumes 1, 2 e 3, 1983.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

APÊNDICE A – Fichas com análise das matérias

Título: Confissões de família

Ano: 2002

Mídia: Jornal impresso – Correio Braziliense

Tema principal: Abuso sexual no ambiente familiar

Formato: Caderno especial de 8 páginas, sendo uma de publicidade.

Informação factual de interesse público: Oito histórias de abuso sexual intra-familiar, sendo quatro sob o ponto de vista do abusador e quatro do ponto de vista das vítimas. Um menino entre as vítimas.

Informação como utilidade pública: números de telefones dos seguintes serviços: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Tutelares; SOS Criança; Cecria (ONG); Promotoria de Justiça da Defesa da Criança e do Adolescente; Vara da Infância e da Juventude; Defensoria Pública; Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher; Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); e Disque Denúncia Nacional.

Serviço-público:

Endógeno: Contextualiza com aspectos culturais; cita resultado de pesquisa sobre perfil de vítimas; explica conceitos de sexualidade na infância e adolescência; cita pesquisa sobre perfil dos agressores; cita estatísticas fornecidas por ONG; inclui dicas de como identificar sintomas do abuso sexual; cita ECA para explicar didaticamente a responsabilidade de cada profissional/instituição e o fluxo de atendimento a vítimas; comenta fragilidades da rede de atendimento; cita boas práticas de serviços de atendimento, do judiciário e das delegacias especializadas, discute possibilidade de tratar abusador; apresenta perspectiva das vítimas e dos agressores de forma equilibrada.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Explica papel de cada órgão público de atendimento (hospitais e postos de saúde, escolas, conselho tutelar, sentinela, ministério público, vara da infância e juventude); explica decisões políticas históricas de enfrentamento ao tema; explica o passo a passo do processo judicial; menciona projeto de lei em tramitação no Congresso; cita artigos do código penal; lista programas do governo federal de enfrentamento à violência sexual.

Serviço-Extra: Não tem

Fontes: Universidade (3); serviço de acolhimento (casa de passagem); ONGs de atendimento e defesa dos direitos (4); Ministério Público; Especialistas (psicanalistas e sociólogos) (3).

Imagem: Capa: letras vermelhas e fundo preto. fotos dos entrevistados na penumbra, recorte do corpo (mãos, face, etc) – uso criativo das fotos.

Título: Nos jardins da infâmia

Ano: 2002

Mídia: Jornal Impresso – A Tarde (BA)

Tema principal: Aspectos sócio-econômicos, políticas públicas e legislação referente à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Formato: Caderno especial de 12 pgs, com chamada e foto grande na capa do jornal

Informação factual de interesse público: Cinco meses depois do presidente da República definir o combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes como prioridade nacional, a reportagem identifica pelo menos 23 pontos de exploração sexual em Salvador, guiada por duas adolescentes de 13 e 14 anos. Denúncia de policiais envolvidos em casos de exploração sexual. Denúncia sobre a desarticulação dos serviços de atendimento e proteção, anúncio das ações em andamento para enfrentar o problema.

Informação como utilidade pública: Números de telefone dos disque denúncia nacional, estadual e municipal, nomes dos responsáveis e números de telefones das delegacias, juizado da infância e juventude, ministério público, defensoria pública, Ordem dos Advogados do Brasil, contato das instituições de execução de medidas sócio-educativas, telefones, nomes e telefones de instituições governamentais e não-governamentais de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, contatos dos conselhos tutelares e de direito da criança e do adolescente, data e horário das atividades da Semana de Mobilização pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual infanto-Juvenil.

Serviço-público:

Endógeno: Reproduz artigos do ECA, mapeia os pontos de exploração sexual em Salvador, apresenta estatísticas sobre crimes de natureza sexual registrados na delegacia da criança e do adolescente, informação sobre possibilidade de contribuir com o Fundos (nacional, estaduais ou municipais) de Direitos da Criança e do Adolescente, deduzindo a doação do imposto de renda, texto didático sobre a diferença entre abuso sexual, exploração sexual e pedofilia, dicas de como identificar o problema; dicas de bibliografia e projetos (boas práticas).

Exógeno ou “serviço do serviço”: reprodução de artigos do ECA, explicação sobre o papel da polícia militar, polícia civil e polícia federal, reprodução de artigos do código penal, explicação sobre o papel do juizado da infância e juventude e ministério público, defensoria pública, Ordem dos Advogados do Brasil, infográfico explicativo do fluxo de denúncia, atendimento, processo e condenação, explicação sobre os seis eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, explicação sobre o funcionamento das instituições de promoção dos direitos de crianças e adolescentes geridas pelo governo estadual, informações sobre projetos de lei em trâmite, texto explicativo sobre funções dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Serviço-extra: Acompanhados por oficiais do Unicef, os repórteres levaram meninas que estavam nas ruas para motéis de luxo para comprovar a conivência dos estabelecimentos e citaram os artigos infringidos e as penas correspondentes. As fotografias das meninas (sem identificar o rosto) e notas fiscais emitidas pelos estabelecimentos foram encaminhadas ao Ministério Público.

Fontes: mãe de adolescente em situação de exploração sexual; meninas em situação de exploração sexual (3), dono de pousada, delegacias (2), ONG de defesa dos direitos da

criança e do adolescente (3), Polícia Federal, Polícia Militar, parente de criança que sofreu abuso sexual, moradores de município do interior (2), especialistas (psicólogo e sociólogo), Juízes (4), abusador preso, conselhos de direito e tutelar (2), Unicef, ministério público.

Imagem: Meninas nas ruas sem identificação do rosto, conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, especialistas entrevistados.

Título: Não tem

Ano: 2004

Mídia: Jornal Impresso - O Liberal (PA)

Tema principal: Adolescentes em situação de exploração sexual comercial em boates e outros estabelecimentos em Caiena, na Guiana Francesa, e Panamaribo, no Suriname.

Formato: 8 matérias de 1 página cada

Informação factual de interesse público: Denúncia sobre meninas paraenses que tornaram-se escravas sexuais em boates e garimpos do Suriname e Guiana Francesa. Denúncia sobre a participação de policiais do Suriname nos programas com meninas brasileiras. Denúncia sobre falta de vara especializada para crimes contra a criança e o adolescente no Pará. A matéria também aborda a questão da imigração ilegal em busca de trabalho; denúncia sobre mulheres brasileiras que usam os filhos para conseguir cidadania no país estrangeiro;

Informação como utilidade pública: Divulga telefone do dique-denúncia do Governo Federal, conselho tutelar, pastoral, sentinela, entre outros serviços de atendimento;

Serviço-público:

Endógeno: Matéria relaciona casos de prostituição com questões sociais e problemas familiares e uso de drogas; explica fenômeno do tráfico de pessoas; mostra a rota do tráfico de pessoas; descreve projeto de enfrentamento ao tráfico de pessoas desenvolvido em Belém e casos de tráfico investigados pela polícia que tiveram com desfechos positivos; apresenta uma perspectiva histórica da questão; relaciona casos de abuso sexual na infância com situação de exploração sexual na adolescência; divulga dados de pesquisa;

Exógeno ou “serviço do serviço”: Descreve trabalho desenvolvido pela SEDH

Serviço-extra: Não tem

Fontes: tradutora da boate; vice-cônsul do Brasil no Suriname; meninas em situação de exploração ou abuso sexual (7); menino transgênero em situação de exploração sexual (2); Governo Federal (SEDH); Pastoral do Menor; Ministério Público (2); funcionária de hotel; ONG; brasileiras que conseguiram trabalho fora da prostituição nos dois países; brasileiras vivendo no exterior clandestinamente (3); psicóloga; familiares das meninas;

Imagem: Fotos apelativas não identificam as meninas, mas expõem seus corpos.

Título: Dormindo com o inimigo

Ano: 2002

Mídia: Revista MTV

Tema principal: Abuso sexual

Formato: 14 pgs. com chamada de capa

Informação factual de interesse público: 20% da população já foi vítima de abuso sexual. Menos de 10% das vítimas denunciam seus agressores. Em 60% dos casos é alguém da própria família. Denuncia fragilidades da legislação.

Informação como utilidade pública: Disque Denúncia nacional.

Serviço Público:

Endógeno: Os depoimentos de adolescentes que foram abusadas estimulam os leitores a contar um possível caso de abuso para alguém em quem confiam; explica conceito de abuso sexual; dicas de como identificar possíveis sinais comportamentais e físicos de abuso sexuais. Especialistas comentam os depoimentos com informações técnicas e estatísticas que ajudam a compreender o fenômeno. Aborda questão do tratamento para o agressor, desmistificando a imagem do monstro, que não corresponde à figura do abusador, geralmente alguém do círculo familiar. Menciona filmes, músicas e artistas que abordam a questão do abuso.

Exógeno ou Serviço do Serviço: Divulga programas do governo federal, como o Sentinela; cita legislação que permite aborto e contracepção de emergência em casos de estupro.

Serviço-Extra: Não tem

Fontes: Menina vítima de abuso sexual, Universidade, governo executivo nacional, clínica de saúde, ONG (3), hospital, socióloga Marlene Vaz (especialista).

Imagens: fotos das meninas sem identificação do rosto, bonecos usados em sessões terapêuticas com crianças vítimas de abuso sexual.

Título: Infância no Limite

Ano: 2004

Mídia: Jornal impresso – Gazeta do Povo (PR)

Tema principal: Exploração sexual nas fronteiras

Formato: Matérias de 3 pgs; 2 pgs; 1 pg, 2 pgs, 1 pg, 1 pg. (10 pgs.), com chamadas de capa

Informação factual de interesse público: Denúncia de casos de exploração sexual ao longo de 7 mil quilômetros de fronteira do Brasil com Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, por descaso dos policiais, que priorizam o combate ao contrabando e tráfico de drogas ao tráfico de pessoas. A matéria estabelece o vínculo entre tráfico de drogas e exploração sexual. Denúncia de exploração sexual nas festas pesqueiras de MS. Denúncia da convivência dos hotéis com pedófilos. Denúncia sobre problema social gerado pelos bebês abandonados por mães adolescentes em situação de exploração sexual. Denúncia sobre falência da rede de atendimento, que poucas vezes conseguem recuperar adolescentes em situação de exploração sexual nas ruas. Denúncia sobre a falta de estrutura da rede de proteção. Denúncia sobre despreparo para atender meninos em situação de exploração sexual. Denúncia sobre aliciador citado na CPMI continua em atividade em Corumbá-MS, entre outros casos de impunidade.

Informação como utilidade pública: Não tem.

Serviço-público:

Endógeno: Contexto sobre questão sócio-econômica e familiar das meninas em situação de exploração sexual nas fronteiras; diferença entre conceitos de exploração e abuso sexual; contextualização geográfica das cidades fronteiriças. Explicação sobre a questão da exploração sexual não ser causada exclusivamente pela miséria, mas atingem também jovens de classe média, atraídos em busca de recursos para o consumo. Na primeira matéria, o jornalista explica que não ouviu crianças e adolescentes em situação de exploração sexual para evitar a revitimização. Os textos baseiam-se nos relatos de testemunhas, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares e inquéritos policiais. Denúncia sobre como funcionam as redes de aliciamento para exploração sexual nas fronteiras. Perfil dos exploradores, com base no depoimento de especialistas e dos próprios clientes da exploração sexual comercial. Contextualização histórico-cultural sobre o fenômeno da exploração sexual. Analisa as fragilidades da rede de proteção. Explicação sobre as conseqüências da exploração sexual na vida das meninas. Analisa vulnerabilidade à Aids.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Cita legislação

Serviço-extra: Com o apoio de jornalistas paraguaios e do Conselho Municipal dos Direitos dos Meninos, Meninas e Adolescentes (Paraguai), os jornalistas da Gazeta do Povo articularam o resgate de uma menina que vivia como escrava sexual. Ela foi levada a um abrigo em Ciudad del Este.

Fontes: Conselho tutelar (8); abrigo municipal (2); Centro de Atenção, Prevenção e acompanhamento (ONG no Paraguai); testemunha de boate; Polícia Federal; OIT; Sentinela (6); PRF; pescador de MS; funcionário de barco-hotel; Ministério Público (2); Abrapia (ONG); Universidade; socióloga Marlene Vaz (especialista); Comissão Municipal de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Imagem: Fotos das vítimas de cabeça baixa, típicas de páginas policiais.

Título: Perigo Digital, Bandido ou doente, Exemplo da Europa.

Ano: 2004

Mídia: Revista IstoÉ

Tema principal: pedofilia na internet

Formato: Série de 3 matérias (6 pgs + capa; 2 pgs; 3 pgs.)

Informação factual de interesse público: Denúncia de que o Brasil é o quarto país do ranking mundial de pornografia infantil na internet. Denúncia sobre a impunidade deste crime. Denúncia sobre defasagem da legislação brasileira sobre internet. Denúncia de um caso específico de pornografia em que o acusado continua foragido.

Informação como utilidade pública: Divulgação de site de denúncias.

Serviço Público:

Endógeno: Conceito de pedofilia; divulgação de medidas de prevenção à pornografia infantil na internet, recomendadas pelo FBI; divulgação do passo-a-passo sobre o funcionamento da pedofilia digital; operação policial internacional que resultou na prisão de pedófilos; boas práticas de combate à pedofilia; alerta para a vulnerabilidade de crianças que acessam a internet. Contexto tecnológico e legal. Pedofilia como questão de saúde e de polícia. Exemplo de países que tiveram operações bem-sucedidas graças à mudança na legislação. Fechamento joga responsabilidade para o congresso brasileiro para que Brasil deixe o vergonhoso quarto lugar no ranking da pornografia infantil.

Exógeno ou Serviço do Serviço: Anúncio de um guia escolar sobre sexualidade lançado pelo governo federal; divulgação das mudanças legislativas sugeridas pela CPMI da Exploração Sexual.

Serviço-Extra: Não tem.

Fontes: Casal que criou projeto de denúncia; ONG italiana, PF, ONG dos EUA, ONG de SP, Secretaria de Direitos Humanos da BA; hacker que presta serviço ao FBI; Cedeca-BA (ONG), escola, pai, Abrapia (ONG), OMS, pedófilo, Unicef, ONG espanhola, Senadora Patrícia Saboya

Imagens: Fotos dos especialistas e entrevistados que podem se identificar.

Título: Inocência Perdida**Ano:** 2006**Mídia:** Jornal Impresso (Correio Braziliense)**Tema:** Relação entre exploração sexual e baixo desempenho escolar.**Formato:** Caderno especial de 12 páginas mais 3 matérias avulsas (3 pgs.)

Informação factual de interesse público: Divulgação de um levantamento inédito que mostra a relação direta entre a exploração sexual e os índices de distorção idade-série e abandono escolar. A reportagem comprova que, independentemente da riqueza do estado ou município, a exploração sexual leva ao baixo desempenho escolar. Denúncia sobre falta de estrutura dos conselhos tutelares e sobre uso do conselho como trampolim político. Denúncia sobre despreparo e preconceito da escola para lidar com adolescentes em situação de exploração sexual. No dia seguinte à publicação do caderno, a repórter denuncia a falta de resultados da CPI da Exploração Sexual depois de dois anos dos trabalhos concluídos.

Informação como utilidade pública: Disque Denúncia nacional (Disque 100).

Serviço-público:

Endógeno: texto didático sobre educação sexual, conceitos de abuso, exploração sexual, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, contexto sócio-econômico-cultural-familiar dos casos citados; dicas para reconhecer sinais físicos e psicológicos do abuso e da exploração sexual.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Dados da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual, da SEDH; reprodução de artigos do ECA; reprodução de artigos do código penal; dados do Sistema de Estatísticas Educacionais (EdudataBrasil), do Inep/MEC; Programa Escola que Protege, do MEC, que oferece capacitação para professores enfrentarem a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Serviço-extra: Embora não seja citado nenhum trabalho extra-jornalístico vinculado à produção da matéria, o jornal registra que o caderno foi citado pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para argumentar sobre a importância da aprovação da emenda que prevê recursos para beneficiar, com programas de inclusão, capacitação as meninas que sofreram violência sexual. A repórter também passou a participar de palestras sobre o tema a convite da ANDI.

Fontes: Meninas em situação de exploração sexual (16); menino em situação de exploração sexual (1); ONG de atendimento (2); Cecria (ONG); conselho tutelar (6), Crea (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) (7); Ministério Público; escola (2); Serviço de Desaparecidos do DF; MEC; psicóloga (especialista em violência familiar); Anced (ONG); Senadora Patrícia Saboya; Deputada Maria do Rosário; SEDH; MDS; Secretaria de Assistência Social;

Imagem: Fotos das vítimas de costas, sem identificar rosto.

Título: Especial Exploração Sexual Infanto-Juvenil**Ano:** 2006**Mídia:** Jornal Impresso – A Tarde (BA)**Tema:** Falhas no sistema de proteção a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual**Formato:** Caderno especial de 12 páginas

Informação factual de interesse público: Denúncia sobre a impunidade dos casos de exploração sexual na BA, inclusive casos apurados pela CPMI da Exploração Sexual; análise sobre as causas e conseqüências dessa impunidade, com ênfase para os danos causados pela omissão. A matéria denuncia as falhas da rede de atendimento, apontando equívocos de diversas instituições. Matéria denuncia falta de investigação dos processos arquivados na delegacia especializada e falta de prioridade para casos que vão para delegacias comuns.

Informação como utilidade pública: Telefones, endereços e explicações sobre o papel do Disque 100; Disque Denúncia Estadual; Polícia Civil; Ministério Público; Juizado da Infância e da Juventude; Conselhos Tutelares; ONGs e Unicef.

Serviço-público:

Endógeno: Matéria estimula leitor a tomar uma atitude diante do problema; explica de forma pedagógica as mudanças legislativas propostas pela CPMI; ao contar a trajetória das meninas, a matéria indica o que poderia ter sido feito para um atendimento apropriado (mas algumas intervenções parecem simplistas). O repórter se hospedou em um hotel e gravou conversa em que funcionário oferece meninas. A reportagem fez um levantamento nos livros de inquiridos das delegacias e das varas criminais para provar a lentidão dos processos e falta de condenações. Na última página, são indicados 5 passos para o leitor enfrentar o problema: tenha iniciativa, denuncia com detalhes, seja comprometido, busque parcerias e cobre resultados.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Explicação sobre funcionamento da CPMI da Exploração Sexual; menciona artigos do código penal e do ECA, indicando penalidade correspondente; sob o título “Entenda o sistema”, a matéria explica o trâmite de um possível crime que chega na Polícia Civil e deve ser encaminhado ao Ministério Público. Explicação sobre o papel de instituições públicas no enfrentamento à exploração sexual.

Serviço-extra: Além da matéria, o jornal criou um blog para que o leitor pudesse acompanhar as repercussões da reportagem e um espaço no site do jornal com canal direto em que o leitor poderia denunciar casos de exploração sexual que viriam a ser apurados pelos repórteres do jornal. O blog e o site também têm espaços para comentários dos leitores.

Fontes: Ministério Público (3); Juizado da Infância e Juventude; Delegacia (2); Senadora Patrícia Saboya; socióloga Marlene Vaz (especialista); mãe de menina em situação de exploração sexual (2); pai de menina em situação de exploração sexual; conselho tutelar; menina em situação de exploração sexual (7); Cedeca (ONG); Sentinela; Polícia Militar; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (ONG); senhora que acolheu vítima de exploração sexual; advogado do município (não identificado); funcionário de hotel; Unicef; Polícia Civil (3); dono de hotel; Secretário Estadual de Segurança Pública; advogado de acusados por crime de violência sexual; juíza da 1ª Vara Criminal Especializada da Infância e Juventude de Salvador; dono de boate; juiz; conselho tutelar; Programa Sentinela; Deam; pesquisadora (universidade); menina em situação de exploração sexual; guia turístico;

traficante; conselho dos direitos da criança e do adolescente de Itabuna; Sentinela; Abrapia (ONG)

Imagem: Adolescentes sem identificar rosto; autoridades; delegacias; acusados de crimes de exploração sexual;

Título: Documento BR**Ano:** 2006**Mídia:** Jornal Impresso – O Povo (CE)**Tema:** Exploração sexual nas rodovias**Formato:** Caderno de 12pgs + 7 matérias avulsas de 1 a 2 pgs. cada.

Informação factual de interesse público: Denúncia de exploração sexual de crianças nas BRs, inclusive por policiais rodoviários federais; denúncia sobre a precariedade dos postos policiais militares; denúncia sobre falta de estrutura dos serviços da rede de proteção da criança e do adolescente; denúncia de esquema de venda de drogas por delegados e inspetores; denúncia sobre baixa execução orçamentária de verbas destinadas para a área da infância; denúncia sobre casos de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

Informação como utilidade pública: Endereços dos conselhos tutelares

Serviço-público:

Endógeno: Texto explicativo sobre a diferença de conceitos de exploração e abuso sexual; contextualiza casos de exploração com informações sobre os aspectos sócio-econômicos e familiares que envolvem o problema; menciona o risco da Aids e da droga, equilibra voz das fontes oficiais com depoimento de meninas em situação de exploração sexual, menciona projetos de enfrentamento ao problema coordenados pelas prefeituras ou ONGs.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Explica o papel dos serviços públicos de assistência social voltados a crianças e adolescentes; explica o papel fiscalizador do ministério público junto aos municípios; divulga as ações da Assembléia Legislativa para coibir o problema.

Serviço-extra: A gravação com a denúncia de envolvimento de policiais em um esquema de venda de drogas foi repassada para a Corregedoria dos Órgãos de Segurança Pública e para o Ministério Público Estadual. O secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado determinou a instauração de inquérito policial para apurar as denúncias. O jornal se comprometeu na matéria a acompanhar as apurações do caso. Após a primeira rodada de investigação por 25 municípios cearenses, a equipe do Jornal O Povo se reuniu com o Ministério Público Estadual e conseguiu com que o Procurador-Geral de Justiça expedisse uma recomendação aos promotores para que façam a exigência legal do diagnóstico sobre a situação de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e trabalho infantil nos municípios cearenses. Como resposta às denúncias do jornal, o presidente da Assembléia Legislativa do Ceará assinou um protocolo de intenções para disseminar práticas de promoção dos direitos da infância e adolescência. Outra atividade propositiva decorrente da matéria foi a disponibilização de 60 mil reais do Instituto Oi Futuro e do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente para a produção de um vídeo documentário sobre a exploração sexual no estado a ser exibido na TV Assembléia, além de 40 programas de rádio que serão veiculados em 60 emissoras já parceiras do Unicef e da ONG Catavento, responsável pela produção do material. O posicionamento dos repórteres foi elogiado pelo Ombudsman no dia 24 de dezembro. A deputada estadual Tânia Gurgel (PSDB) reconheceu o trabalho jornalístico que gerou o compromisso dos parlamentares: *Não fossem as matérias publicadas no O Povo sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não estaríamos assinando esse convênio e propondo outros compromissos. (...) Um dos repórteres me procurou e me*

emocionou com sua indignação e sua capacidade de sonhar com a solução do problema. Partilho com ele o mesmo desejo.

Fontes: Assistência Social do município (2); menina em situação de exploração sexual (8); Polícia Rodoviária Federal (1); Delegacias (6); conselho tutelar (7); prefeitura (7); Sentinela (1); deputada estadual (1); ONG (4), psicóloga; Ministério Público; aliciadora; Juizado da Infância; escritório de prevenção ao tráfico humano e assistência à vítima.

Imagem: Meninas na penumbra, detalhes do rosto, rodovias.

Título: Acolhimento com dignidade**Ano:** 2002**Mídia:** Rádio – Rádio Gaúcha (RS) e Diário Catarinense (SC)**Tema:** Atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, abuso e exploração sexual. De crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.**Formato:** Série de 28 matérias de rádio que se estendeu às outras mídias da rede RBS (jornal e site)**Informação factual de interesse público:** Alta incidência de casos de maus-tratos, abuso e exploração sexual no RS e SC em diferentes municípios. Denúncia de diretor de creche acusado de maus-tratos. Denúncia sobre falta de estrutura de conselhos tutelares.**Informação como utilidade pública:** Disque Denúncia nacional, horário de atendimento de casos de violência contra crianças no hospital, telefones dos conselhos tutelares e SOS Criança para denunciar casos de violência contra crianças e adolescentes, telefone do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.**Serviço-público:****Endógeno:** Dicas de como identificar possíveis vítimas de abuso sexual na escola, estatísticas oficiais sobre casos de abuso e exploração sexual. Traça perfil dos abusadores. Papel da escola nos casos de abuso sexual intrafamiliar. Explica aspectos psicológicos que levam ao abuso. Matéria estimula professores a trabalhar educação sexual com seus alunos. Cita estatísticas locais e nacionais. Aborda questão da fronteira com Argentina. Divulga serviços de atendimento gratuitos desenvolvidos pela Universidade. Fala dos bons resultados de tratamentos para casos de abuso. Indica fluxo de atendimento dos casos denunciados ao Conselho Tutelar. Cita projetos de atendimento. Apela para o compromisso social de cada ouvinte para os direitos das crianças. Alerta para a importância da adesão da família para garantir sucesso do atendimento dos casos de violência contra a criança. Aborda ciclo de violência vivenciado pelas mães e reproduzidos pelas filhas. Aborda questão cultural, que acaba culpabilizando a vítima, dizendo que a menina é que provocava, já tinha corpo, etc.**Perigo:** A rádio deixou várias opiniões de ouvintes que defendem a cadeira elétrica, castração, ironizando especialistas que diziam que os abusadores seriam doentes.**Exógeno ou “serviço do serviço”:** Divulgação de programa preventivo da Secretaria Estadual de Educação; MP, Secretaria de Justiça e Segurança e Prefeitura de Fortaleza fazem ação conjunta para garantir atendimento médico a vítimas de abuso com pediatra, assistente social, policial, psicólogo. Cita artigos do ECA. Divulgação do programa do MP para garantir abrigo e atendimento de crianças e adolescentes e apoio aos Conselhos Tutelares. Divulgação do programa Sentinela em diversos municípios.**Serviço-extra:** Composição de música sobre direitos da infância, tocada na rádio.**Fontes:** Abrapia (ONG) (3), Secretaria Estadual de Justiça e Seguranças do RS, Polícia Civil (3), socióloga Marlene Vaz, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (2), abusador, escola (2), mãe (2), prefeitura, Hospital (2), psicólogo (2), avó de menino que sofreu maus tratos, abrigo de Uruguaiana. Menina que sofreu abuso sexual. Pai de menina que sofreu abuso (2). Universidade (3). Conselho Tutelar (5). Casa de passagem (abrigo).

Prefeitura. Projeto Travessia (ONG). Ministério Público (2). Assistência Social da prefeitura.
Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Sentinela (2)

Título: títulos diversos**Ano:** 2004**Mídia:** Rádio - Radiobras**Tema:** Diversos tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes: Exploração Sexual nas Rodovias; Tráfico de Crianças e Adolescentes; Abuso Intrafamiliar; Turismo Sexual; Exploração Sexual Decorrente da Miséria e Necessidade de Sustento.**Formato:** Série de 5 radiodocumentários produzidos pela jornalista Márcia Detoni, da Radiobras, sobre os**Informação factual de interesse público:** Denúncia de casos de exploração sexual nas rodovias do Rio de Janeiro para a Bahia, Pernambuco, Ceará, até Natal, sem intervenção da polícia. Denúncia das rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual a partir de Manaus para Boa Vista, Venezuela, Suriname e Guianas. Denúncia das falta de estrutura dos Conselhos Tutelares. Denúncia sobre turismo sexual nas capitais do Nordeste. Denúncia sobre exploração sexual no interior do Ceará. Indicação do trabalho infantil como porta de entrada para a exploração sexual. Alerta sobre importância da educação para prevenir exploração sexual. Influência do consumismo na exploração sexual. Denúncia de aliciadores dentro das universidades particulares. Denúncia sobre incesto e abuso sexual nas famílias brasileiras.**Informação como utilidade pública:** Disque Denúncia nacional**Serviço-público:****Endógeno:** Contextualizando as questões sociais e culturais, o repórter acompanha um caminhoneiro pelas estradas, e entrevista uma variedade de fontes para compreender a questão da exploração sexual. Sinais de abuso sexual que ajudam a identificar o problema. Divulgação de projeto de educação para a sexualidade. Indicação de programas de enfrentamento à violência sexual direcionado aos caminhoneiros. Traça perfil dos 'clientes' do turismo sexual. Indicação de políticas públicas para resolver o problema. Traça perfil do abusador e das vítimas de abuso sexual. Procura compreender a dependência financeira e emocional dos homens em família.**Exógeno ou "serviço do serviço":** Divulgação do disque denúncia do governo. Divulgação de programa de educação sexual na escola. Divulgação do programa Escola que Protege, do MEC, para orientar profissionais da educação sobre a violência sexual.**Serviço-extra:** Não tem**Fontes:** Caminhoneiro, Delegacia de proteção (2), Conselho Tutelar (3), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (2), donos de postos, Cecria (ONG) (2), Universidade, Projeto Txai (ONG), juíza da infância e da adolescência, Sentinela (2), motorista de taxi (2), ONG Resposta, proprietário de pousada, prefeita de Fortaleza, meninas que foram vítimas da exploração sexual (2), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, SOS Criança, coordenadora do Disque denúncia, mãe de menina abusada sexualmente, casa-abrigo, Abrapia (ONG), escola, MEC.

Título: Dor sem Remédio

Ano: 2006

Mídia: Rádio – Rádio Jornal AM (PE)

Tema: situação do atendimento médico a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em Pernambuco.

Formato: Série de 6 reportagens

Informação factual de interesse público: Número de casos de abuso e sexual contra crianças e adolescentes é muito maior do que o serviço de saúde disponível em Pernambuco. Denúncia sobre falta de notificação de casos nos hospitais. Denúncia de despreparo do hospital para atender casos. Denúncia sobre falta de profissionais para atender os casos. Denúncia falta de integração entre estado e município, falta de notificação dos casos e dos profissionais.

Informação como utilidade pública: Disque 100.

Serviço-público:

Endógeno: Conceito de abuso e exploração sexual. Aborda questão de abuso e exploração sexual como questão de saúde pública. Investiga serviço de saúde disponibilizado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em diferentes cidades de Pernambuco. Descreve serviço de saúde exemplar no atendimento a crianças vítimas de violência sexual de Florianópolis. Lembra que questão da violência só mudaria se fossem repensados os valores da sociedade.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Cita ECA. Divulga que posto de saúde disponibiliza pílula do dia seguinte. Divulga Programa Sentinela.

Serviço-extra: Repórteres organizaram seminário para apresentar os resultados da investigação aos profissionais de saúde de diversos municípios. Houve debate e foi traçada uma estratégia de como melhorar o atendimento. Deixou claro que profissionais são obrigados a notificar.

Fontes: Centro das Mulheres do Cabo (ONG), Ubuganzá (ONG), tia de menina que sofreu abuso, hospital ou posto de saúde (4), pai, Secretaria municipal de saúde, Secretaria de Saúde do Estado.

Título: Não tem

Ano: 2006

Mídia: TV Record

Tema: Violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas.

Formato: 20 min de reportagem especial

Informação factual de interesse público: Denúncia da falta de estrutura para atender meninas indígenas, influência do branco e das drogas na propagação da violência em aldeias indígenas, déficit de atendimento apropriado às meninas indígenas, exploração sexual de meninas indígenas em praias do Pará.

Informação como utilidade pública:

Serviço-público:

Endógeno: Questão é tratada de forma contextualizada, mostrando a influência das drogas e do convívio com os brancos na violência sexual, mostra desestrutura familiar gerada pela violência tanto do lado do abusador, como da vítima.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Explica papel dos órgãos públicos de atendimento e cita políticas públicas existentes.

Serviço-extra: Não tem

Fonte: menina abusada, pai e avó da vítima, pai e mãe do acusado, socióloga Marlene Vaz, delegacia, cacique, conselho tutelar, jovens indígenas envolvidos com drogas, FUNAI, indígena prostituta, agenciador, mãe adotiva.

Imagem: Parentes das vítimas e dos agressores, especialistas entrevistados, agenciador, indígena que trabalha como prostituta (jovem adulta).

Título: Infância Roubada

Ano: 2002

Mídia: TV Verdes Mares (Globo CE)

Tema: Relação do turismo no Nordeste e a incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Formato: Série de 3 matérias, com um total de 11 min de reportagem

Informação factual de interesse público: Denúncia sobre turismo sexual nas praias do Ceará, sobre a dificuldade de fiscalização e sobre as dificuldades dos projetos que atendem vítimas.

Informação como utilidade pública: Não tem

Serviço-público:

Endógeno: Denúncia é tratada de forma contextualizada, com dados sobre a situação familiar das vítimas, apresentação de estatísticas, discussão sobre possíveis causas, consequências, buscas de solução para o problema e possíveis formas de prevenção.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Não tem

Serviço-extra: Não tem.

Fontes: meninas em situação de exploração sexual (3), meninas participantes de projetos sociais (2), ONGs (4), delegacia (1), Agencia de viagem (1), Secretaria de Turismo do CE (1)

Imagem: meninas na penumbra, entrevistados, calçadão, praia, partes do corpo (sem identificar personagem).

Título: Especial Exploração e Abuso Sexual**Ano:** 2006**Mídia:** Website – Agência Carta Maior**Tema:** Impunidade dos que cometem abuso sexual contra crianças e adolescentes.**Formato:** Série de 11 reportagens

Informação factual de interesse público: Falta de resposta judicial gera atraso no relatório que analisa os desdobramentos da CPMI da exploração sexual. Denuncia falta de interesse da maioria dos Estados em se manifestar diante do relatório final da CPMI. Denuncia despreparo dos operadores judiciais para lidar com o tema. Nas poucas (quatro) varas especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, os processos correm de forma mais acelerada do que na justiça comum, mas algumas varas sofrem com a falta de estrutura e a morosidade volta quando os processos chegam ao Tribunal de Justiça e se misturam com uma infinidade de outros temas. Embora sejam extremamente importantes, é irrisório o número de delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes no país. As delegacias especializadas não funcionam quando a violência mais acontece (finais de semana e noites). Conseqüências dos depoimentos em juízo para as vítimas.

Informação como utilidade pública:**Serviço-público:** Não tem

Endógeno: Contextualiza aspectos psicossociais e culturais da impunidade, cita ECA, explica a culpabilização das vítimas, explica a necessidade das mudanças legislativas sugeridas pela CPMI. Explica as conseqüências da impunidade para as vítimas e famílias vítimas do abuso e da exploração sexual. Explica a importância das varas e delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes para as vítimas.

Exógeno ou “serviço do serviço”: Divulgação do serviço de “Depoimento sem dano” feito na 2ª Vara da Infância, em que a inquirição é feita por uma assistente social ou psicóloga numa sala especial - com brinquedos e decoração diferenciada -, enquanto juiz, promotor e advogado assistem à entrevista na sala de audiência, utilizando equipamentos audiovisuais. Projeto da SEDH para disseminar experiência do Depoimento Sem Dano.

Serviço-extra: Não tem.

Fontes: Cecria (ONG), Câmara Federal, Cedeca-CE, MP (4), Cedeca-BA, Centro das Mulheres do Cabo (ONG), psicóloga (especialista), mãe de menina abusada (2), Cendhec Recife (ONG), juiz(a) da vara especializada (4), delegacia especializada (2), Movimento Pelo Fim da Violência (ONG), SEDH.

Imagem:

Título: Asas Feridas

Ano: 2004

Mídia: Website

Tema: Abuso e a exploração sofridos por crianças e adolescentes do sexo masculino.

Formato: 28 matérias

Informação factual de interesse público: Denúncia de casos de abuso e exploração sexual e impunidade dos casos.

Informação como utilidade pública: conceito de abuso sexual e de exploração sexual.

Serviço-público: blog de um homem que foi abusado na infância, telefone do disque denúncia local,

Endógeno: Dramas dos meninos que vivenciaram situações de abuso sexual na infância, aspecto cultural do abuso, cita artigos do ECA,

Exógeno ou “serviço do serviço”: Reprodução dos artigos do ECA sobre violência sexual, cita políticas públicas.

Serviço-extra: Não tem.

Fonte: Cedeca-BA (ONG), Derca, homem que sofreu abuso sexual na infância, pai de suposta vítima, advogado do acusado por abuso sexual, unidade de saúde, mãe de menina que sofreu abuso sexual, conselho tutelar (2), pai e mãe de crianças abusadas, mãe de menino que sofreu abuso sexual, delegado, explorador (3), adolescentes em situação de exploração sexual (3), delegacia, menina em situação de exploração sexual, juiz.

Imagem: fotos dos parentes e profissionais entrevistados e imagem de uma campanha contra violência sexual.

ANEXO A

Estudo comparativo sobre cobertura da violência sexual em 2000 e 2006

Obs: O estudo ainda está em fase de elaboração. Sua versão preliminar foi disponibilizada pela ANDI exclusivamente para este estudo.

ANÁLISE DE MÍDIA DA COBERTURA SOBRE EXPLORAÇÃO & ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 2003, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância, em parceria com o Instituto Childhood – WCF Brasil e o Unicef, publicou o quinto livro da série “*Mídia e Mobilização Social*” contendo, além de um panorama geral, também a análise da cobertura dos meios de comunicação sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O estudo referia-se ao ano de 2000 e ao primeiro semestre de 2001, e se intitulava *O Grito dos Inocentes*. Esse volume, dirigido a jornalistas, estudantes de jornalismo, professores de comunicação e organizações da sociedade civil, mapeou como a mídia abordou a questão da Violência Sexual, através de uma análise quanti-qualitativa da cobertura, estimando o grau de contextualização das notícias e apresentando as diferentes formas de abordagem às vítimas e aos agressores nos textos publicados.

Com o objetivo de estabelecer uma perspectiva histórica sobre a evolução da cobertura entre aqueles anos e períodos mais recentes, a ANDI apresenta aqui os resultados de uma nova pesquisa sobre o tratamento editorial da imprensa brasileira reservado à *Exploração & Abuso Sexual* contra o público infanto-juvenil no ano de 2006, isto é, seis anos após a primeira radiografia do comportamento da mídia frente a essas questões.

Fazer esta análise é fundamental. Diante do enorme potencial – e efetivo papel – da mídia para mobilizar a opinião da sociedade e exercer o controle social das políticas públicas, avaliar de que forma os jornais estabelecem esta cobertura é importante para compreender o seu grau de priorização do tema Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil.

Adaptações metodológicas para a comparação 2000-2006

Algumas adaptações foram necessárias para permitir retomar os resultados apresentados em *O Grito dos Inocentes* e contrastá-los com os novos dados coletados em 2006. Em primeiro lugar, optou-se por desconsiderar dos dados coletados à época do lançamento do livro aqueles referentes ao primeiro semestre de 2001. Assim, o total de notícias publicadas passa, neste estudo, a referir-se tão somente àquelas veiculadas ao longo do ano de 2000, tendo em vista a necessidade de se comparar períodos de igual tamanho.

Em segundo lugar, nem todos os jornais que estavam incluídos na análise de mídia que gerou a publicação em 2003 se mantiveram presentes no monitoramento de mídia realizado pela ANDI – tendo alguns falido, passado a circular de maneira inconstante, ou apresentado problemas de envio em 2006. Dos 49 analisados em 2000, quatro jornais tiveram de ser excluídos. O universo de jornais que foram comparados nos dois anos, portanto, consiste em uma lista de 45 jornais.

Jornais Excluídos da Pesquisa em 2006

- 1 Folha do Paraná
- 2 Correio Popular
- 3 Diário da Tarde
- 4 Diário de Cuiabá (MT)

Por fim, os 537 itens analisados foram resumidos em uma ficha mais simplificada, de 357 itens. Não foram distinguidos, caso a caso, as ocorrências de violência sexual que foram

alvo das notícias publicadas, nem especificados os diversos detalhes para vítimas, agressores e testemunhas mencionadas/citadas nas matérias, como foi feito na análise que gerou o livro *O Grito dos Inocentes*. Adicionalmente, foram inseridas 14 novas questões, que buscaram identificar os aspectos do espaço editorial reservado às políticas públicas de combate à Exploração & Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Dados Gerais

A cobertura sobre *Exploração & Abuso Sexual* contra Crianças e Adolescentes deu um salto quantitativo nos últimos seis anos. A partir da comparação entre os dois anos analisados, podemos observar que o número de notícias sobre o assunto avançou significativamente, tendo registrado um aumento de 36% nesse período.

Tabela 1

Evolução da Cobertura sobre <i>Exploração & Abuso Sexual</i> (Total de notícias sobre Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, para 45 jornais impressos)		
	Número de notícias da amostra	Total estimado de notícias*
2006	457	5.484
2000	335	4.020
Evolução 2000-2006	36,42%	36,42%

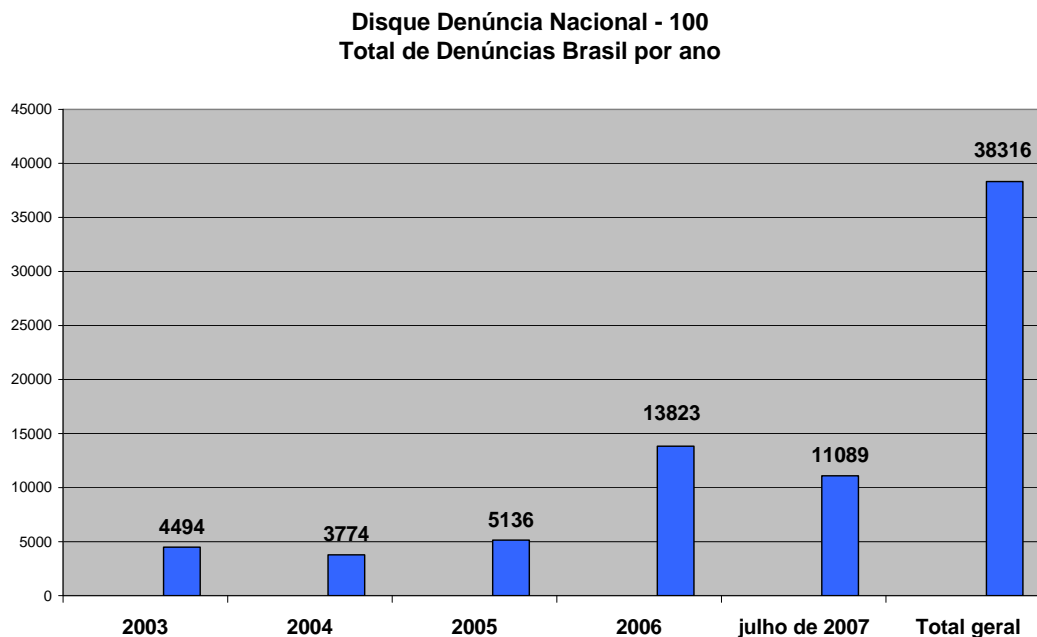
*Estimativa obtida a partir de amostragem por método de Mês Composto.

Embora esse seja sem dúvida um dado, a princípio, animador, é preciso levar em consideração o crescimento da cobertura em geral sobre Infância & Adolescência. O número de notícias relacionadas a este público publicadas pela imprensa aumentou 156% entre os anos 2000 e 2006 (de 59.243 textos para 151.968 matérias em 2006). Entretanto, a cobertura sobre Exploração & Abuso Sexual não acompanhou a mesma evolução verificada em assuntos gerais relacionados a crianças e adolescentes. Em 2006, o número de notícias sobre Exploração & Abuso Sexual representou apenas cerca de 3,6% dos textos publicados sobre Infância & Adolescência em geral, enquanto em 2000, embora se considerasse um universo ligeiramente mais amplo de jornais, o tema foi alvo de mais de 6% da cobertura geral.

Isso significa não só que essa temática é ainda pouco explorada, mas que o interesse dos jornais impressos pela questão tem se reduzido, ao menos em relação a outras temáticas. Recentemente, temas como Educação e Pobreza têm atraído maior interesse da mídia, em comparação à questão da Exploração & Abuso Sexual. Desde o ano de 2000, Educação é o tema mais presente nas notícias sobre crianças e adolescentes e, em 2006, representou 24,42% da cobertura. De 2000 a 2004, os meios priorizaram, em segundo lugar, a questão da violência. Porém, desde 2005, Pobreza & Exclusão Social, tema que se refere à situação sócio-econômica de meninas e meninos, vem recebendo especial atenção da imprensa, apresentando um crescimento de mais de 35% nos últimos anos. Embora esses assuntos sejam essenciais para a garantia dos direitos desse público, é importante lembrar que, no Brasil, a situação de crianças e adolescentes que sofrem violência sexual permanece alarmante.

Os dados sobre o número de crianças e adolescentes explorados e abusados sexualmente a cada ano se restringem ao número de denúncias efetuadas por meio do sistema de garantia de direitos. Isso, infelizmente, não permite construir um retrato preciso do grau de violação dos direitos de crianças e adolescentes, já que é comum que tais tipos de violência sejam sub-notificados. É possível, portanto, que os casos totais de violência sexual contra a população infanto-juvenil tenham se reduzido, a despeito do aumento de denúncias – que representaria a maior eficácia do sistema de notificação, alcançada com o passar dos anos. Mas os indicadores mostram um cenário nada animador: afinal, independente do quadro geral sobre o qual não se tem conhecimento suficiente, o número de denúncias mais do que triplicou ao longo dos anos, segundo os dados sistematizados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos a partir de 2003.

Gráfico 1



Fonte: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Embora o aumento de notificações não represente, necessariamente, um agravamento da situação de crianças e adolescentes, a mídia impressa poderia ter acompanhado essa curva de crescimento; já que, antes de mais nada, muito mais casos e muito mais dados se fizeram públicos desde então, o que permitiria novas abordagens pelos jornalistas. Com a criação do Violes (Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes), em 1993, e a consolidação do sistema de efetivação de denúncias iniciado pela Abrapia (Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente), em 1997, e a transferência do serviço de disque denúncia para a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) em 2003, subordinada ao Ministério da Justiça, as informações e ações relacionadas ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes também aumentaram.

O Orçamento Público destinado ao programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes também registrou um crescimento considerável – de 518%, desde 2003 até 2006. Segundo dados do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, em 2003 o orçamento do programa era de R\$ 9 milhões. Em 2006, alcançou R\$ 55,7 milhões. O crescimento da cobertura registrado pela ANDI, portanto, precisa ser compreendido à luz da maior inserção da temática na agenda da Infância & Adolescência.

Os jornais analisados contribuíram de maneira diferente para o resultado obtido. Como mostra a Tabela 2, veículos que concediam menor espaço às notícias sobre Exploração & Abuso Sexual em 2000 passaram a fazê-lo em maior medida em 2006. São os casos dos veículos *O Liberal* (PA), *O Povo* (CE), *A Tarde* (BA), *Jornal da Cidade* (SE) – o qual, na primeira pesquisa, não havia publicado nenhuma notícia nos dias que compuseram a amostragem –, dentre outros.

Por outro lado, o *Diário do Pará*, *A Crítica* (AM), *Estado de Minas*, *O Estado do Maranhão*, *O Popular* (GO), *Jornal do Commercio* (PE) são alguns exemplos de periódicos que reduziram ou estagnaram o número de textos publicados sobre Exploração & Abuso Sexual. É interessante notar, não obstante, que os jornais da região Nordeste e da região Norte

apresentaram, de maneira geral, um crescimento maior que a média. Esse se trata de um dado importante, já que essas regiões apresentam particularidades que as distinguem das demais. Segundo dados coletados pela SEDH, elas concentram a maior parte das denúncias – sobre Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, na região Norte, e sobre Exploração Sexual Comercial, na região Nordeste.

Tabela 2

TABELA 2	Posição	Número de notícias*	2006	Posição	Número de notícias*	2000
O Liberal (PA)	1	396	7,20%	5	168	4,18%
O Povo (CE)	2	360	6,60%	15	96	2,39%
Diário do Pará	3	216	3,90%	2	192	4,78%
Correio da Paraíba	4	216	3,90%	6	156	3,88%
A Tarde (BA)	5	216	3,90%	31	60	1,49%
A Crítica (AM)	6	204	3,70%	1	204	5,07%
O Globo (RJ)	7	204	3,70%	7	144	3,58%
A Notícia (SC)	8	204	3,70%	22	84	2,09%
Jornal da Cidade (SE)	9	192	3,50%	44	0	0,00%
Folha do Estado (MT)	10	168	3,10%	23	84	2,09%
Correio Braziliense (DF)	11	168	3,10%	26	72	1,79%
O Estadão do Norte (RO)	12	156	2,80%	27	72	1,79%
Correio da Bahia	13	144	2,60%	16	96	2,39%
A Gazeta (ES)	14	144	2,60%	33	48	1,19%
Diário de Pernambuco	15	144	2,60%	40	24	0,60%
Estado de Minas	16	132	2,40%	3	180	4,48%
Diário do Nordeste (CE)	17	132	2,40%	17	96	2,39%
O Estado de S. Paulo	18	132	2,40%	28	72	1,79%
Tribuna de Alagoas	19	132	2,40%	34	48	1,19%
O Estado do Maranhão	20	120	2,20%	13	120	2,99%
O Imparcial (MA)	21	108	2,00%	29	72	1,79%
Correio do Sergipe	22	108	2,00%	37	36	0,90%
O Popular (GO)	23	96	1,80%	4	180	4,48%
Jornal do Commercio (PE)	24	96	1,80%	18	96	2,39%
Folha de S. Paulo	25	96	1,80%	38	36	0,90%
Gazeta do Povo (PR)	26	96	1,80%	45	0	0,00%
Jornal do Brasil (RJ)	27	84	1,50%	8	144	3,58%
Hoje em Dia (MG)	28	84	1,50%	11	132	3,28%
A Gazeta (MT)	29	84	1,50%	19	96	2,39%
O Norte (PB)	30	84	1,50%	20	96	2,39%
Zero Hora (RS)	31	84	1,50%	35	48	1,19%
Meio Norte (PI)	32	72	1,30%	9	144	3,58%
Gazeta de Alagoas	33	72	1,30%	12	132	3,28%
O Dia (RJ)	34	72	1,30%	14	120	2,99%
Diário Catarinense	35	72	1,30%	39	36	0,90%
O Dia (PI)	38	60	1,10%	24	72	2,09%
Tribuna da Bahia	36	60	1,10%	30	24	1,79%
Tribuna do Norte (RN)	37	60	1,10%	41	84	0,60%
Jornal de Brasília	39	48	0,90%	10	144	3,58%
Diário de S. Paulo	40	36	0,70%	21	96	2,39%
A Gazeta (AC)	41	36	0,70%	36	48	1,19%
Jornal do Tocantins	42	36	0,70%	42	12	0,30%
Diário da Amazônia (RO)	43	24	0,40%	25	84	2,09%
Diário de Natal	44	24	0,40%	43	12	0,30%
Jornal da Tarde (SP)	45	12	0,20%	32	60	1,49%

Total de notícias analisadas		5.484			4.020	
------------------------------	--	-------	--	--	-------	--

* Estimativa calculada com base em amostra de 457 notícias, em 2006, e 335 notícias, em 2000.

Jornais Excluídos da Pesquisa em 2006
Folha do Paraná
Correio Popular
Diário da Tarde
Diário de Cuiabá (MT)

Ao investigar a distribuição da cobertura por tipos de violência abordados, em cada região, entretanto, percebemos que a maior parte das notícias que apresentam casos de Exploração Sexual foram publicadas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Esse consiste em um dado problemático, dado que a Exploração também se estende consideravelmente à região Nordeste. Em 2005, a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA), coordenada pela SEDH e elaborada pelo Governo Federal a partir do mapeamento geossocial e político dos municípios brasileiros, identificou 932 municípios e localidades em que ocorrem a Exploração Sexual Comercial infanto-juvenil. Em primeiro lugar está a região Nordeste, seguida por Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte.

A cobertura sobre Abuso Sexual, problema que incide particularmente sobre a Região Norte, também deixou a desejar. Era de se esperar uma maior atenção da imprensa regional em relação ao tema, uma vez que as informações fornecidas pela SEDH indicam que as denúncias sobre Abuso Sexual provêm, em sua maioria, do Norte do Brasil. No entanto, apesar das singularidades de cada localidade, a violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser encarada como um problema nacional, a fim de se evitar a fragmentação de ações e incentivar a elaboração de políticas públicas mais amplas, consistentes e eficientes.

Tabela 3

Cobertura sobre Exploração, Abuso e Violência Sexual por Região e Unidade federativa (% sobre o total de notícias publicadas em cada região e estado que mencionaram exploração, abuso ou violência sexual, por período)*						
	Exploração Sexual		Abuso Sexual		Violência sexual	
	2006	2000	2006	2000	2006	2000
Norte	8,99%	0,00%	25,84%	13,85%	25,84%	0,00%
Acre	0,00%	0,00%	66,67%	0,00%	66,67%	0,00%
Amazônia	11,76%	0,00%	23,53%	0,00%	29,41%	0,00%
Pará	9,80%	0,00%	21,57%	20,00%	25,49%	0,00%
Rondônia	6,67%	0,00%	33,33%	23,00%	13,33%	0,00%
Tocantins	0,00%	0,00%	33,33%	0,00%	33,33%	0,00%
Nordeste	3,00%	5,74%	36,50%	9,84%	37,00%	1,64%
Alagoas	0,00%	6,67%	5,88%	0,00%	29,41%	0,00%
Bahia	2,86%	5,26%	42,86%	5,26%	34,29%	0,00%
Ceará	2,44%	12,50%	14,63%	0,00%	19,51%	6,25%
Maranhão	0,00%	12,50%	10,53%	6,25%	21,05%	0,00%
Paraíba	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	8,00%	0,00%
Pernambuco	0,00%	0,00%	20,00%	60,00%	20,00%	0,00%
Piauí	9,09%	6,67%	18,18%	26,67%	54,55%	0,00%
Rio Grande do Norte	0,00%	0,00%	28,57%	0,00%	57,14%	0,00%
Sergipe	12,00%	0,00%	52,00%	0,00%	24,00%	0,00%
Centro-Oeste	19,15%	2,08%	19,15%	8,33%	19,15%	2,08%
Distrito Federal	27,78%	0,00%	11,11%	5,56%	16,67%	0,00%

Goiás	25,00%	0,00%	0,00%	13,33%	12,50%	0,00%
Mato-Grosso	9,52%	13,33%	33,33%	6,67%	23,81%	6,67%
Mato-Grosso do Sul	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sudeste	21,69%	4,65%	27,71%	11,63%	12,05%	0,00%
Espírito Santo	16,67%	0,00%	41,67%	50,00%	8,33%	0,00%
Minas Gerais	11,11%	7,69%	33,33%	0,00%	38,89%	0,00%
Rio de Janeiro	33,33%	5,88%	20,00%	14,71%	3,33%	0,00%
São Paulo	17,39%	0,00%	26,09%	13,64%	4,35%	0,00%
Sul	5,26%	0,00%	39,47%	21,43%	28,95%	0,00%
Paraná	12,50%	0,00%	62,50%	0,00%	12,50%	0,00%
Rio Grande do Sul	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%	28,57%	0,00%
Santa Catarina	4,35%	0,00%	43,48%	20,00%	34,78%	0,00%

Ademais, boa parte da cobertura ainda se encontra vinculada a eventos, como em 2000, como se pode deduzir da Tabela 4. Quase um quinto das notícias, naquele ano, estava circunscrito ao mês de maio. Isso pode ser explicado pelo fato de o dia 18 desse mês ser instituído, pela Lei Federal 9.970, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Devido às diversas iniciativas de debates promovidos pelo governo e pela sociedade civil nesse mês, a cobertura naturalmente se tornou maior.

Tabela 4

Evolução da Cobertura sobre Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes em 2000 e 2006 (Total de notícias sobre Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, para 45 jornais impressos)		
	2006	2000
Janeiro	9,40%	4,60%
Fevereiro	7,00%	7,30%
Março	7,90%	12,20%
Abril	5,30%	5,20%
Maio	16,70%	19,00%
Junho	5,90%	6,40%
Julho	9,00%	11,00%
Agosto	7,50%	5,20%
Setembro	6,10%	6,40%
Outubro	12,70%	9,50%
Novembro	3,90%	6,40%
Dezembro	8,60%	6,40%
Total	5.484	4.020

Em outubro de 2006, outro fato específico concentrou a atenção dos meios, justificando o maior número de notícias em outubro o julgamento e condenação de Chagas Rodrigues de Brito, acusado de assassinar 41 meninos e jovens, entre 1991 e 2003, nos Estados do Maranhão e do Pará. Nessas ocasiões, abordagens mais abrangentes aos casos de Exploração e Abuso Sexual de meninos e meninas acabam por ceder espaço, portanto, a eventos relevantes, mas que constituem exceções frente ao quadro geral.

A agenda da mídia impressa, entretanto, apresentou outros avanços significativos que precisam ser assinalados. Em 2000, crimes cometidos contra crianças e adolescentes não eram caracterizados por meio dos termos “Abuso Sexual”, “Exploração Sexual”, ou, de maneira mais genérica, “Violência Sexual”. Predominavam descrições mais específicas dos atos criminosos, tais como “Estupro” e “Prostituição Infante-Juvenil”, este um termo há muito abolido, dado que crianças e adolescentes não se prostituem – são exploradas. Outras

expressões observadas com certa frequência em 2000 – tais como “aliciamento ou sedução de menores”, “atos libidinosos”, “corrupção de menores” ou “rufianismo/proxenetismo” – também acabaram por ceder espaço aos conceitos de Exploração, Abuso e Violência Sexual

Tabela 5

Tipos de Violência praticados contra crianças e adolescentes (% sobre o total de notícias de cada período)*		
Tipos	2006	2000
Abuso Sexual	75,79%	16,74%
Exploração Sexual	45,96%	6,05%
Violência Sexual	37,19%	1,40%
Estupro	36,49%	40,47%
Prostituição Infanto-Juvenil	21,05%	26,51%
Pedofilia	18,95%	12,09%
Exploração de Pornografia Infanto-Juvenil na internet/vídeo	14,74%	20,00%
Violência Física Contra Criança e Adolescente	13,33%	0,00%
Atentado Violento ao Pudor	12,63%	11,16%
Turismo Sexual	8,77%	2,33%
Aliciamento/Sedutores de Menores	7,37%	12,56%
Atos Libidinosos	3,86%	6,51%
Abuso Sexual Dentro de Casa	3,51%	0,93%
Tráfico Humano**	3,51%	-
Violência Contra Mulher	2,81%	0,00%
Rufianismo/ Proxenetismo	1,05%	4,19%
Corrupção de Menores	0,70%	11,63%
Seqüestro/Rapto para Fins Sexuais	0,70%	6,05%
Incesto	0,35%	0,00%
Violência Contra o Homem	0,35%	0,00%

*A variável permite marcação múltipla.

** Tipo de violência não analisado em 2000.

Alguns jornais foram particularmente responsáveis por esse resultado. Em 2006, O *Jornal da Cidade* aumentou em seis vezes a sua cobertura sobre Abuso Sexual; e *A Notícia* em três vezes, no mesmo período. *A Crítica* (AM), *A Gazeta* (AC), *O Estadão do Norte* (RO), *Jornal do Tocantins*, *Tribuna da Bahia*, *A Tarde* (BA), o *Correio de Sergipe* e *O Povo* (CE) são exemplos de veículos que também aumentaram, em mais de 100%, sua cobertura a respeito do assunto.

Em 2000, jornais de ampla circulação nacional como o *Correio Braziliense*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* não haviam publicado nenhuma notícia, nos dias que compuseram a amostragem, que mencionassem Exploração Sexual Comercial. Porém, em 2006, cada um desses veículos publicou cerca de 60 matérias a respeito do tema. Foram também responsáveis pelo aumento da cobertura sobre Exploração Sexual o *Jornal da Cidade* (SE), *O Liberal* (PA), *A Gazeta* (ES), *A Crítica* (AM), *Diário do Pará*, *Estado de Minas* e *O Popular* (GO).

O acréscimo de notícias que tratam de Exploração & Abuso Sexual, pode ser atribuído, também, a alguns jornais das regiões Nordeste e Norte: *Correio da Bahia* e *O Liberal* (PA) aumentaram em seis vezes a cobertura a respeito do tema. *A Crítica* (AM), *Diário do Pará*, *Diário do Nordeste* (CE), *Jornal da Cidade* (SE), e *Tribuna de Alagoas* são

alguns dos veículos que não mencionaram nenhuma vez o assunto em 2000, mas o fizeram de forma significativa em 2006.

O estupro, outra categoria inserida no conjunto de notícias sobre *Exploração & Abuso Sexual*, foi bastante abordado em ambos os anos, embora o número de notícias que se centrou sobre esse tipo de crime tenha se reduzido ligeiramente. Em 2006, entretanto, é alta a proporção de notícias que, ao mesmo tempo, abordaram a questão qualificando-a como Abuso ou Violência Sexual. Cabe destacar ainda, como um dado positivo, o decréscimo da quantidade de notícias que abordavam o conceito de estupro incorretamente. Em 2000, 14% da cobertura costumava confundir o estupro com outras formas de violência, nomeadamente com o atentado violento ao pudor. Em 2006, esse percentual se reduziu para 7%.

Características Pessoais e Tratamentos Dispensados a Vítimas e Agressores

O estudo conduzido pela ANDI procurou verificar se a mídia faz alguma relação entre a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes e aspectos pessoais de vítimas e agressores, como faixa etária, classe social e sexo. Esses aspectos são importantes de serem evidenciados, pois podem corroborar ou refutar os escassos dados que existem a respeito do tema.

Pouco mais de 67% da cobertura monitorada em 2006 identificava alguma criança ou adolescente vítima específica de Exploração & Abuso Sexual. Dentre as vítimas mencionadas pelas notícias, cerca de 75% são meninas, e 24,7% são meninos (0,3% das notícias não identificaram o sexo). Dados do Disque Denúncia, administrado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), mostram que 36% das denúncias referem-se a vítimas do sexo masculino – uma proporção maior, na realidade, que a veiculada na imprensa.

Além disso, a quase totalidade dos textos que identificava vítimas – 98,7% - focalizou crimes cometidos contra crianças e adolescentes que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos de idade. Violência sexual cometida contra a população que encontra-se na faixa etária de 0 a 6 anos – ou seja, na primeira infância – é apontada em somente 14% das notícias (é possível abordar vítimas de mais de uma faixa etária em uma única notícia). Essa informação condiz com os dados oficiais, mas é importante ressaltar que há muitas crianças menores de 7 anos que têm seus direitos violados e que, adicionalmente, representam casos mais complexos, já que, nessa faixa etária, a criança ainda apresenta menor desenvoltura verbal para denunciar abusos cometidos. Apesar do resultado da presente pesquisa consistir em um avanço – afinal, em 2000, somente 9,5% das notícias descreviam vítimas nessa faixa etária - a mídia teria contribuído mais se houvesse focalizado, em maior medida, a gravidade da situação de tais crianças, bem como as técnicas diferenciadas para identificar casos de Exploração & Abuso na Primeira Infância.

Outro ponto analisado pela ANDI foi o tratamento que a imprensa dispensou a vítimas e agressores. É importante observar de que forma a mídia vem construindo, na sociedade, a imagem daqueles que sofrem a violência e daqueles que a praticam. Cerca de 10% das notícias que identificaram agressores, em 2006, se valeram de termos pejorativos como “monstro”, “maníaco”, “tarado” ou “predador”, o que em nada acrescenta ao debate. Aproximadamente 8% dos textos dispensaram tratamento inadequado também para as vítimas, utilizando o termo “menor”, “assanhada”, “cafetina” ou “espevitada”, para referir-se a meninas vítimas de Exploração & Abuso Sexual. Em 2000, a situação não era muito diferente: agressores eram tratados de maneira desqualificada em 11,7% das notícias, e vítimas, em 6,1%.

É preciso, entretanto, observar que, apesar da situação da cobertura nesse quesito, não ter avançado ou, no caso do tratamento concedido a vítimas, até mesmo piorado, os termos utilizados em 2006 parecem ser menos apelativos do que os utilizados em 2000. Nesse ano, a lista de termos inadequados extrapolava a verificada em 2006, incluindo “besta humana”, “tarado bestial”, “animal”, “instinto criminoso” e “desvirginada”. Não obstante, esse é, sem dúvida, um ponto ainda a ser trabalhado junto às redações e jornalistas.

O mesmo se pode dizer quanto à violação dos direitos de Crianças e Adolescentes pelo próprio jornalista. Segundo o Artigo 17 do ECA, “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Além disso, o parágrafo único do Artigo 143 do Estatuto estabelece que “qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome”.

Em 2006, o cenário da cobertura piorou no que diz respeito à exposição da criança e do adolescente vítimas ou agentes de violência sexual. Em 14% da amostra analisada foi mencionado o nome da criança ou adolescente vítima de crime sexual. 2,8% das matérias descreveram, no texto, características que permitiam identificá-la, e 2,20% o fizeram através de fotos. Também aumentou o volume de notícias que forneceram informações que permitiam identificar crianças e adolescentes envolvidos como agressores. Isso mostra a urgente necessidade de informar e alertar jornalistas para que respeitem a preservação da identidade e da imagem da menina ou menino que sofreu ou praticou algum tipo de violência.

Tabela 17

Preservação dos Direitos da Infância e Adolescência (% sobre o total de notícias de cada período)*		
Aspectos	2006	2000
Vítimas		
Presença de descrições minuciosas sobre o corpo ou estado da vítima	5,2%	4,60%
Menciona nomes de crianças e adolescentes envolvidos	14,00%	3,10%
Menciona, quando o nome não é citado, características e/ou informações que permitam identificar as crianças e adolescentes envolvidos	2,80%	13,10%
Há foto explicitando a violência a que as vítimas foram submetidas	0,20%	1,80%
Há foto de crianças e adolescentes que permitem identificá-los	2,20%	0,90%
Há o uso de tarja preta**	0,20%	-
Agressores		
Menciona nomes de crianças e adolescentes envolvidos	1,50%	0,00%
Menciona, quando o nome não é mencionado, características e/ou informações que permitam identificar as crianças e adolescentes envolvidos	4,60%	0,30%
Há foto de crianças e adolescentes que permitem identificá-los	0,00%	0,00%
Há foto com tarja preta**	0,00%	-

* A variável permite marcação múltipla.

** Variável não analisada em 2000.

Contextualização: Discussão de Causas, Conseqüências e Soluções

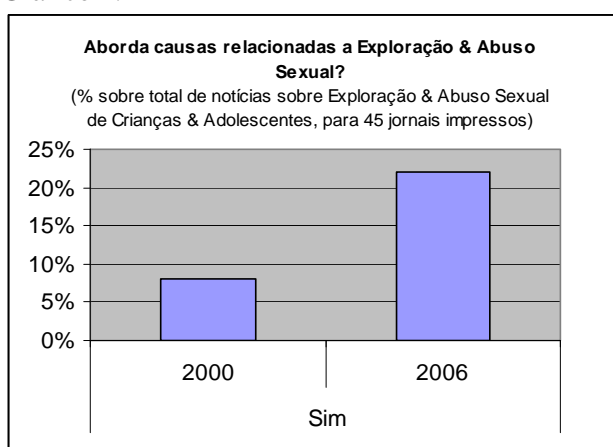
Para efeitos comparativos, a ANDI buscou também considerar se as notícias que tratam de Exploração & Abuso Sexual contra meninos e meninas são contextualizadas, isto é, se discutem as causas da violência sexual, se apontam conseqüências decorrentes de tal

prática para o público infanto-juvenil ou soluções para tais problemas. Os avanços foram consideráveis nesses três aspectos.

Causas

Em 2006, 22% das notícias mencionaram as possíveis causas que levam aos agressores a praticarem violência sexual contra crianças e adolescentes, enquanto que em 2000, pouco mais de 8% o faziam. Muitas das que já figuravam dentre as razões que os jornalistas apresentavam para Exploração & Abuso Sexual permaneceram na agenda dos meios analisados. Mas novas causas passaram a ser levantadas em 2006, enriquecendo o debate sobre a questão. Dentre elas, a desestruturação familiar, abuso sexual sofrido em outras fases da vida do agressor, fatores culturais e o uso de drogas.

Gráfico 2.



Como mostra a tabela 6, a explicação mais utilizada nos meios de comunicação para a prática da violência é a condição social do agressor. Segundo uma pesquisa⁶⁸ elaborada pelo Ministério da Justiça e o Cecria (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes), as principais causas da violência sexual de fato têm origens sócio-econômicas e histórico-culturais.

Destaque especial deve ser dado, entretanto, para duas causas que passaram a ser abordadas em maior medida pela cobertura: a ausência de políticas públicas direcionadas para a solução do problema da violência sexual contra crianças e adolescentes e a falta de políticas de atendimento à vítima.

Paralelamente, outras causas – inapropriadamente – listadas pelos jornalistas em 2000 se reduziram consideravelmente. Dentre elas, a responsabilização da sociedade em geral – que tem pouca eficácia no sentido de controle social e implementação de políticas públicas.

Por outro lado, outras causas importantes saíram de cena da mídia impressa: o debate sobre a erotização precoce e a banalização da sexualidade pela mídia; e, de maneira preocupante, a ineficiência das diversas autoridades ligadas ao tema. Especialmente para esta última, seria necessário contemplar estratégias para revigorar a abordagem crítica dos jornais às políticas públicas atuais, voltando-se para os resultados que estão sendo produzidos.

Tabela 6

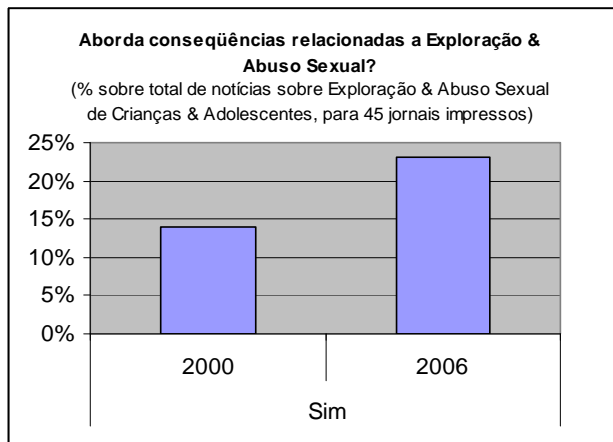
⁶⁸ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Departamento Nacional da Criança e do Adolescente. Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, CECRIA. “Políticas Públicas e Estratégias contra a Exploração Sexual Comercial e o Abuso Sexual Intra-Familiar de Crianças e Adolescentes”. Brasília: 1997.

Tipos de Causas Gerais da Violência Sexual abordados pela Mídia Impressa (% sobre total de notícias sobre Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes que abordaram Causas, para 45 jornais impressos)*		
Causas	2006	2000
Pobreza (desemprego, tensão social)	50,00%	64,29%
Desestruturação familiar	24,04%	3,57%
Problemas mentais	24,04%	17,86%
Abusos sexuais sofrido em outras fases da vida	20,19%	0,00%
Ausência de políticas públicas direcionadas para a solução do problema	15,38%	7,14%
Drogas	14,42%	3,57%
Falta de ação ou preocupação da sociedade com o tema	9,62%	17,86%
Fator cultural	9,62%	0,00%
Inadequação da família aos problemas enfrentados pela criança	7,69%	10,71%
Falta de política de atendimento às vítimas	6,73%	0,00%
Ineficiência das diversas autoridades ligadas ao tema	5,77%	28,57%
Corrupção policial	3,85%	7,14%
Banalização da sexualidade pela sociedade/mídia	3,85%	14,29%
Culpabilidade da vítima	2,88%	17,86%
Erotização precoce	0,96%	10,71%
Inadequação da educação - escolar/familiar	0,96%	7,14%
Outras causas gerais	21,15%	53,57%

* A variável permite marcação múltipla

Conseqüências

Em 2006, pouco mais de 23% das notícias discutem as conseqüências que a violência sexual traz à criança, enquanto em 2000, apenas 14% das matérias o fizeram. Essa baixa incidência da cobertura sobre os resultados físicos, psicológicos e sociais para as vítimas que podem surgir diante de casos de violência sexual, indica que a mídia se debruça pouco sobre o que ocorre após a notificação de um crime. Assim, não há espaço para discussão acerca dos processos de atendimento, recuperação e reintegração das crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais.



Os tipos de conseqüências abordadas também fornecem indícios de uma cobertura que se tornou, de 2000 a 2006, ainda menos qualificada nesse aspecto. No último ano analisado, os veículos destacaram a morte como sendo o principal resultado da violência sexual sofrida por meninos e meninas.

Ou seja, crimes sexuais que resultaram em violência gravíssima ganharam mais espaço nos noticiários, em relação a 2000, apesar de não se configurarem como a regra para os casos de Exploração & Abuso Sexual. Conseqüências menos graves, porém mais incidentes e não menos preocupantes, como gravidez, aborto, fuga de casa e problemas físicos passaram a figurar entre conseqüências menos cobertas. Curiosamente, o mesmo fenômeno pode ser observado na cobertura da mídia impressa sobre os resultados de Violência Sexual para os agressores, concentrados também nas suas mortes.

Tabela 7

Tipos de Conseqüências de <i>Exploração & Abuso Sexual</i> abordados pela Mídia Impressa (% sobre total de notícias sobre Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes que abordaram Conseqüências, para 45 jornais impressos)*		
Conseqüências	2006	2000
Vítima		
Morte	79,82%	8,70%
Gravidez	17,43%	50,00%
Problemas Psicológicos	11,93%	17,39%
Aborto	5,50%	26,09%
Fuga de Casa	5,50%	13,04%
DST/ AIDS	5,50%	6,52%
Problemas Físicos	4,59%	32,61%
Abandono da Escola	3,67%	2,17%
Expulsão de Casa	0,92%	2,17%
Suicídio	0,92%	0,00%
Tentativa de Suicídio	0,00%	0,00%

Agressor		
Morte	79,31%	16,67%
Violência Física	37,93%	33,33%
Linchamento	20,69%	66,67%
Violência Sexual	0,00%	8,33%

* A variável permite marcação múltipla.

O encaminhamento dispensado às vítimas também apresentou revezes na comparação entre 2000 e 2006. Naquele ano, pouco mais de 9% das matérias fizeram menção a esse aspecto e, neste último, esse número se reduziu para 5% da cobertura. Nos dois anos analisados, as notícias indicaram que as crianças e adolescentes que sofreram violência foram encaminhados, em sua maioria, a hospitais ou outros serviços médicos. Mas, por outro lado, aumentou a atenção ao tratamento da saúde psicológica ou mental da criança explorada ou abusada. O mesmo ocorre para esse tipo de encaminhamento para o agressor, embora em menor medida.

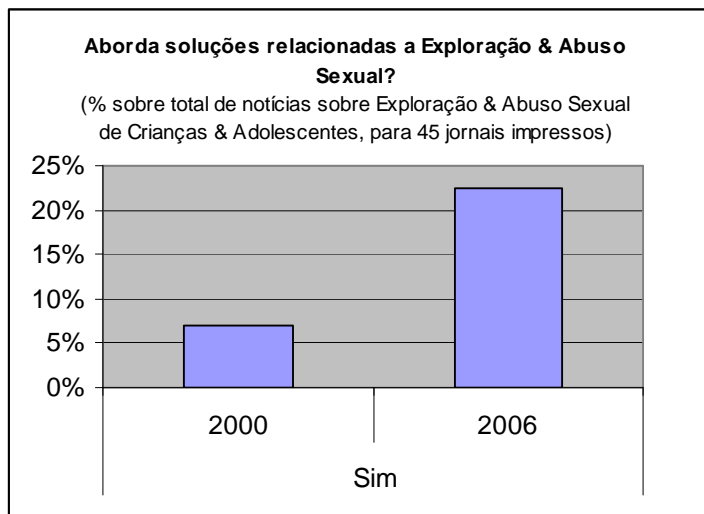
Tabela 8

Encaminhamento dado à Vítima e ao Agressor (% sobre total de notícias sobre Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes que abordaram Formas de Encaminhamento, para 45 jornais impressos)*		
Encaminhamentos	2006	2000
Vítima		
Saúde Médico Hospitalar	91,67%	87,50%
Assistência Social	83,33%	59,38%
Saúde Psicológica/Mental	54,17%	6,25%
Agressor		
Detenção	100,00%	100,00%
Saúde Psicológica/Mental	13,39%	0,00%
Assistência Social	4,46%	0,00%
Saúde Médico Hospitalar	0,00%	0,77%

* A variável permite marcação múltipla.

Soluções

A cobertura dos 45 jornais analisados também apresentou um avanço significativo quando o critério consistiu em abordar soluções – existentes ou possíveis – para melhorar o cenário de violação dos direitos de Crianças e Adolescentes. Em 2000, somente cerca de 7% das notícias apresentavam caminhos para resolver a questão; em 2006, esse debate esteve presente em 23% das notícias.



Os tipos de solução propostos nas notícias sobre Exploração & Abuso Sexual também apresentaram um salto notável. Apesar de o combate à impunidade ainda constar em algo próximo a um terço da cobertura que traz alternativas para combater esse tipo de violência, outras soluções foram trazidas à tona pelos jornalistas – nomeadamente a de campanhas de conscientização. Soluções a serem implementadas pela escola, pela comunidade e a eficiência administrativa também estiveram mais presentes em 2006.

Entretanto, ainda podem ser encontradas inconsistências na abordagem da mídia para esse aspecto. Dado que as causas identificadas para a Exploração & Abuso Sexual se concentram sobre a situação sócio-econômica das vítimas, seria de se esperar que os jornais abordassem, portanto, soluções que atuassem sobre essas causas. Como se pode deduzir da Tabela 9, essa abordagem, infelizmente, não foi constatada. Melhorias das condições sócio-econômicas só foram mencionadas em cerca de 3% das notícias que abordaram soluções em 2006.

Tabela 9

Tipos de Soluções para <i>Exploração & Abuso Sexual</i> abordados pela Mídia Impressa (% sobre total de notícias sobre Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes que abordaram Soluções, para 45 jornais impressos)*		
Solução	2006	2000
Campanhas de conscientização (contra o turismo sexual, etc)	38,80%	6,50%
Combate à impunidade	29,10%	38,70%
Uma melhor política de acompanhamento das vítimas	13,60%	11,30%
Parcerias (ongs, governo, empresas, igrejas)	11,70%	11,30%
Penas mais severas	10,70%	3,20%
Soluções a serem tomadas pela própria família	9,70%	8,10%
Soluções a serem implementadas na escola	5,80%	1,60%
Ações da comunidade	4,90%	0,00%
Eficiência administrativa	4,90%	1,60%

Melhoria das condições sócio-econômicas	3,90%	1,60%
Capacitação de policiais	2,90%	1,60%
Política de cultura/arte e educação	1,00%	1,60%
Protagonismo juvenil	0,00%	1,60%
Outras soluções apresentadas	16,50%	11,30%

* A variável permite marcação múltipla.

ANEXO B

Regulamento da 4ª edição do Concurso Tim Lopes

Disponível em: <www.andi.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2008.

Regulamento

4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística

Tema: “As Políticas Públicas de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1 - O 4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística, por este documento regulamentado, é uma realização da **ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância**, organização não governamental, sem fins lucrativos, e do **Childhood - Instituto WCF-Brasil**, com o apoio do **UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância**, **OIT – Organização Internacional do Trabalho**, **FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas** e **ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo**.

Art. 2 - O concurso tem por objetivo apoiar, financeira e tecnicamente, projetos de investigação jornalística que tenham como foco questões relativas ao abuso e à exploração comercial sexual de crianças e adolescentes, com ênfase na discussão das políticas públicas existentes para a prevenção e atendimento às crianças vítimas desta forma de violência.

CAPÍTULO II

DAS INSCRIÇÕES

Art. 3 - Serão elegíveis os projetos apresentados por repórteres, chefes de reportagem, editores e/ou editores executivos que atuem no território nacional, em empresas brasileiras de comunicação, respeitadas as cinco categorias de premiação do concurso (ver art. 12).

Art. 4 - Serão aceitas somente as inscrições efetuadas por meio da página web do concurso, disponível no site da ANDI (www.andi.org.br).

Art. 5 - As inscrições devem ser efetuadas por meio do site, até a data de 13 de junho de 2008. Não serão considerados os formulários enviados por outros meios ou enviados em data posterior.

*Excepcionalmente, em caso de problemas com acesso ao formulário eletrônico, serão aceitos os trabalhos enviados por correio com data de postagem até 13 de junho de 2008.

Art. 6 - Os responsáveis pela proposta receberão, até o dia 17 de junho de 2008, por meio de correio eletrônico, o protocolo de confirmação de inscrição.

Art. 7 - Aqueles que não receberem o protocolo de confirmação até esta data deverão entrar em contato com a ANDI por e-mail (timlopes@andi.org.br) ou fax (61 2102.6550) até o dia 27 de junho de 2008. A ANDI não considerará qualquer recurso neste sentido, caso não tenha sido reclamado (por escrito, à ANDI) o não-recebimento do protocolo de confirmação de inscrição.

Art. 8 - Cada autor poderá inscrever uma ou mais propostas de investigação jornalística,

individualmente ou em equipe. No caso da inscrição coletiva, além do nome do responsável pela inscrição, deverão constar os nomes dos demais profissionais que se propõem a participar da produção da reportagem.

Art. 9 – Poderão se inscrever participantes e vencedores das edições anteriores do concurso.

Art. 10 – No caso de jornalistas vencedores em anos anteriores, será aceita a participação em novos projetos individuais daqueles vitoriosos em - no máximo - uma edição. Já para as reportagens em equipe não há restrição nesse sentido.

Art. 11 – Seis meses após o anúncio da premiação, caberá à ANDI o direito de reproduzir, em seu site (www.andi.org.br), os conteúdos das propostas inscritas. A partir deste momento também será permitida a reprodução destes conteúdos por terceiros, em qualquer meio ou forma, no território nacional, por tempo indeterminado. Os autores das propostas aceitarão que, em relação à licença concedida, nenhuma remuneração lhes será devida, em nenhum tempo e sob qualquer pretexto.

Art. 12 - As inscrições deverão respeitar as seguintes categorias:

- **Mídia Impressa**, que inclui Jornais (de circulação diária e com venda regular em bancas) e Revistas (com venda regular em bancas)
- **Rádio** (desde que emissoras legais, assim reconhecidas pela Abert)
- **Televisão** (desde que emissoras legais, assim reconhecidas pela Abert)
- **Mídia Online e Alternativa** (sites; jornais, rádios e TVs comunitárias; jornais, rádios e TVs universitárias e veículos independentes)
- **Temática Especial** que premiará o melhor projeto de reportagem sobre o tema "Tráfico de Crianças para Fins de Exploração Sexual", elaborado para qualquer uma das mídias anteriores (Impressa, Rádio, Televisão ou Mídia Alternativa)

Não serão aceitas inscrições para investigação cujo resultado pretenda-se publicar em veículos institucionais.

CAPÍTULO III DO JULGAMENTO

Art. 13 - O julgamento dos projetos inscritos será realizado pela Comissão Julgadora, composta por dez a 15 membros indicados pela ANDI, Childhood - Instituto WCF-Brasil, UNICEF, FENAJ e ABRAJI, além de profissionais renomados da área da comunicação e representantes de movimentos de defesa da criança e do adolescente.

Art. 14 - A Comissão Julgadora será presidida pelo Secretário-Executivo da ANDI, que só votará em caso de empate entre os concorrentes.

Art. 15 - Os projetos serão julgados considerando-se os seguintes critérios:

- Contribuição efetiva para a revelação e a contextualização de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais relevantes ao melhor entendimento das questões que envolvem o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Desenvolvimento de uma ótica jornalística inspirada na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Avaliação sobre a eficácia das Políticas Públicas existentes para a superação do problema em nível local (estado e município) e federal, tomando em consideração também se o nível de compromisso do Poder Público se expressa em termos orçamentários.
- Amplitude e relevância da investigação.

- Utilização de recursos como pesquisas e viagens.
- Amplitude do debate em torno das soluções para a realidade adversa de meninas e meninos abusados e/ou explorados sexualmente.
- Diversidade de fontes ouvidas (organizações governamentais, organizações não governamentais, crianças, adolescentes, família, comunidade, conselhos tutelares e de direitos, especialistas, entre outros).
- Espaço de publicação ou veiculação (tamanho da reportagem ou da série, horário de exibição, alcance do meio de comunicação em sua área de atuação).
- Desenvolvimento de uma abordagem jornalística que não se limita a denunciar o problema, mas que avança no sentido de apontar soluções para o fenômeno abordado.

CAPÍTULO IV DA PREMIAÇÃO

Art. 16 – O Júri se reunirá no dia 14 de julho de 2008.

Art. 17 - As equipes que tiverem seus projetos selecionados serão comunicadas da decisão do júri e terão o período de 16 a 25 de julho para enviar à ANDI, pelo Correio, uma carta compromisso da direção e/ou presidência da empresa de comunicação, registrada em cartório (modelo disponível no site da ANDI: www.andi.org.br), assegurando a veiculação da reportagem após sua produção. As equipes que não enviarem a carta compromisso até este prazo serão desclassificadas.

Art. 18 - A lista final dos cinco projetos selecionados será divulgada no site da ANDI no dia 29 de julho de 2008.

Art. 19 - A ANDI e o Childhood - Instituto WCF-Brasil realizarão uma oficina de capacitação das equipes que tiverem seus projetos selecionados. Esta oficina acontecerá em São Paulo nos dias 4 e 5 de agosto. É obrigatória a presença de pelo menos um representante de cada equipe, que terá suas despesas de viagem e estadia custeadas pela comissão organizadora do concurso. Outros jornalistas integrantes das equipes selecionadas também poderão participar, desde que as referidas despesas sejam cobertas por si próprios ou por suas empresas.

Art. 20 - Esta oficina vai abordar alguns aspectos fundamentais com os quais os jornalistas irão lidar durante a investigação e produção das reportagens: terminologias recomendadas, cuidados com a segurança da equipe durante a apuração, como preservar a segurança das crianças e não revitimizá-las nas entrevistas, indicações de fontes entre outros aspectos.

Art. 21 – O 4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística distribuirá prêmios em duas etapas:

a) Num primeiro momento, os responsáveis pelas propostas vencedoras receberão Bolsas de Incentivo à Investigação, assim distribuídas em valores brutos:

- R\$ 10.500,00 para proposta de investigação a ser publicada em Mídia Impressa
- R\$ 10.500,00 para proposta de investigação a ser veiculada em emissora de rádio
- R\$ 16.000,00 para proposta de investigação a ser veiculada em televisão
- R\$ 10.500,00 para proposta de investigação a ser veiculada ou publicada em mídia alternativa
- R\$ 10.500,00 ou R\$ 16.000,00 para proposta de investigação para a categoria "Temática Especial"; de acordo com a natureza do veículo

b) Após a veiculação da reportagem, respeitadas todas as etapas previstas no projeto de investigação jornalística e neste regulamento, o jornalista responsável pela proposta vencedora de cada categoria receberá um prêmio no valor bruto de R\$ 3.000,00. Em caso de autoria coletiva, o prêmio será concedido ao responsável pela inscrição no concurso (aquele profissional que assina a ficha de inscrição). Não caberá à ANDI qualquer responsabilidade na divisão do prêmio em dinheiro.

Art. 22 - Os recursos da Bolsa de Incentivo à Investigação não poderão ser utilizados para pagamento de salários ou compra de equipamentos. Sua utilização deverá estar prevista no item "Plano Orçamentário" que consta no formulário de inscrição. Deverão ser privilegiados os gastos com viagens e pesquisas, por exemplo. No caso de o projeto envolver um ou mais estudantes de Jornalismo, desde que na qualidade de "aprendizes de produção", devidamente matriculados em instituição universitária, as ajudas de custos a estes estudantes não poderão ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total da Bolsa de Incentivo à Investigação.

Art. 23 - A Bolsa de Incentivo à Investigação a ser depositada na conta dos coordenadores das equipes vencedoras será correspondente ao valor apresentado no Plano Orçamentário, previsto no Formulário de Inscrição, até o limite estabelecido.

Art. 24 - A Comissão Julgadora poderá decidir por mais de uma premiação por categoria, desde que não conceda prêmio a outra categoria, justificando sua decisão à ANDI.

Art. 25 - À ANDI e aos membros da Comissão Julgadora cabe zelar pela absoluta confidencialidade das propostas, razão pela qual serão divulgados somente os nomes dos responsáveis pela proposta dos meios de comunicação ao qual estão associados.

Art. 26 - Os responsáveis pelas propostas vencedoras receberão diploma referente ao Concurso. A cada um deles será também apresentado documento com considerações sobre aspectos técnicos de sua proposta, no que se refere aos temas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O valor da Bolsa de Incentivo à Investigação será repassado em cheque nominal ao responsável pela proposta de investigação vencedora de cada categoria, que obriga-se a administrar os recursos de acordo com os pontos previstos no projeto inscrito.

Art. 27 - O valor do prêmio, que será destinado ao jornalista responsável pela proposta vencedora, será depositado em conta bancária em seu nome, em até 20 dias após a veiculação/publicação de sua reportagem.

CAPÍTULO V DO COMPROMISSO

Art. 28 - As reportagens geradas pelas propostas vencedoras devem ser publicadas ou veiculadas no período entre 15 de outubro a 15 de novembro de 2008.

Art. 29 - As matérias, quando publicadas ou veiculadas, independente de em quantos dias forem apresentadas (em parte ou em sua totalidade) deverão fazer constar:

a) no caso de jornais e revistas: selo relativo ao concurso no tamanho 4cm x 2,5 cm, cuja arte-final será disponibilizada pela ANDI, e nota informando que o projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da categoria (jornal ou revista ou mídia alternativa) do 4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística,

realizado pela ANDI e Childhood Instituto WCF-Brasil, com o apoio do UNICEF, da OIT, da FENAJ e da ABRAJI. Caso o veículo opte por publicar a reportagem em cadernos especiais ou em uma seqüência de páginas da mesma edição, a nota sobre o Concurso Tim Lopes pode ser apresentada apenas na primeira ou segunda página. Entretanto, o selo deverá constar em todas as páginas em que a reportagem for publicada. Para reportagens publicadas ao longo de vários dias, a nota e o selo precisam ser repetidos a cada edição."

b) no caso de emissoras de rádio e televisão: texto de locutor, na abertura ou encerramento da reportagem, informando que "O projeto que deu origem a esta reportagem foi o vencedor da categoria (rádio ou televisão) do 4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística, realizado pela ANDI e Instituto WCF-Brasil, com o apoio do UNICEF, da OIT, da FENAJ e da ABRAJI".

Art. 30 - O(s) autor(es) da(s) reportagem(ns) e as empresas jornalísticas cederão à ANDI e ao Childhood - Instituto WCF-Brasil o direito de reproduzir seu(s) trabalho(s), no todo ou em parte, em produtos de sua escolha (livro, web, cd...), associados ao prêmio.

Art. 31 - Após a realização da investigação jornalística, o jornalista responsável pela proposta vencedora deverá prestar contas à ANDI dos gastos realizados, atendendo a método de prestação de contas a ser posteriormente divulgado pela ANDI.

Art. 32 - Caso a investigação não seja completada, os recursos, em sua totalidade, deverão ser devolvidos à ANDI*. Caso a prestação de contas não seja devidamente apresentada à ANDI, cabe à agência o direito de reclamar, por todas as vias, a devolução dos recursos (ver art. 34), atualizados pelo IGP-M do período.

* Salvo em situações de interferências externas absolutamente alheias à vontade da equipe de investigação.

Art. 33 - Se em função de conflitos de interesses gerados pelo processo investigativo, o meio de comunicação decidir não veicular/publicar a reportagem, o direito de autoria reserva-se ao jornalista que assina a inscrição, podendo este, portanto, buscar espaço de veiculação/publicação em outro veículo. O mesmo direito se aplica no caso de o jornalista premiado vir a ser demitido da empresa de comunicação.

Art. 34 - Se por qualquer razão pessoal - e não por decisões da empresa parceira - o jornalista premiado não completar a investigação, fica o meio de comunicação isento de qualquer responsabilidade. O jornalista não poderá vir a publicá-la - se posteriormente completada - em outro meio, a não ser com a permissão por escrito da empresa parceira, considerando que esta já investira parte do tempo de seu funcionário no projeto. No caso de o jornalista não conseguir tal permissão, ele devolverá à ANDI o valor integral recebido do concurso (ver art. 32) atualizado pelo IGP-M do período.

Art. 35 - Se por qualquer motivo a investigação não for iniciada, o jornalista devolverá o valor integral recebido pelo concurso à ANDI (ver art. 32), corrigido pelo IGP-M do período.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 - Aqueles cujos projetos não forem vencedores não poderão contestar a decisão.

Art. 37 - O ato de inscrição de propostas no **4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística** implica na automática aceitação, por parte dos jornalistas e das empresas de comunicação, das regras estabelecidas neste Regulamento. Os mesmos aceitam também as decisões que vierem a ser tomadas pela Comissão Julgadora do **4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística**.

Art. 38 - O jornalista responsável pelo projeto selecionado assinará, no momento da premiação, um termo se comprometendo a cumprir todas as etapas propostas em seu projeto, **sob pena de devolução dos recursos à ANDI, acrescidos de 2% de multa e mora diária de 0,2%.**

Art. 39 - Os casos omissos neste Regulamento serão solucionados pela direção da ANDI.

Art. 40 - Fica eleito o foro de Brasília-DF para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente concurso, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Art. 41 - Este Regulamento está registrado no Cartório Marcelo Ribas - 1º Ofício de Registros Civil, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas - Brasília-DF.

Brasília-DF, 02 de abril de 2008

ANEXO C Formulário de inscrição

Disponível em: <www.andi.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2008.



4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística
Tema: Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes

Formulário de Inscrição

Continuar

Categoria em que se inscreve

- Mídia Impressa
 Rádio
 Televisão
 Mídia Online e Alternativa
 Temática Especial - Tráfico de crianças e adolescentes para fins de Exploração Sexual

Veículo e Empresa de Comunicação

Nome Cidade UF

Jornalista responsável pelo projeto

Nome Completo RG CPF Registro Profiss.

Nome do Banco N° Banco Nome da Agência

N° Agência Conta Corrente Endereço Comercial Endereço

Cidade UF CEP DDD

Telefone DDD Fax Email

Endereço Residencial Endereço Cidade UF CEP

DDD Telefone DDD Celular

Email

Tipo de inscrição

- Individual
 Coletiva

Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>
Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>
Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>
Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>
Nome Completo <input type="text"/>	Nome Completo <input type="text"/>	

O Projeto de Investigação Jornalística

Título do projeto

◀
▶

Objetivo geral - Descrever em poucas linhas o que se pretende com a proposta de investigação tendo em vista o foco do Concurso indicado no Art. 2 do regulamento

Objetivos específicos

Objetivo(s) específico(s) - Que outros objetivos serão propostos para a investigação em complemento ao objetivo geral.

Modus operandi

Modus Operandi - Descrever a forma como será conduzida a investigação para alcançar seu objetivo: distribuição de responsabilidades na equipe, pesquisas/levantamento de dados, diversidade de fontes ouvidas, cidades que serão percorridas e identificação de casos emblemáticos.

Área de investigação

Área de Investigação - Delimitar a área de abrangência da investigação (país, estado, município, comunidade).

Principais fontes

Cronograma de execução

Cronograma de execução - Listar as principais atividades e datas em que serão executadas dentro do período estipulado para apuração - entre 6 de agosto e 5 de outubro de 2008.

Plano orçamentário

Plano orçamentário

Transporte (combustível/passagens/aluguel de carro/táxi)

Quantidade e valor unitário

Total

Hospedagem e alimentação

Quantidade e valor unitário

Total

Pesquisa (xerox, compra de publicações, se necessário)

Total

Ajuda de custo (estagiários na condição de aprendizes de produção, se houver) *

Atividade(s) que desenvolverão

Período (nº de dias/meses)

Total

* No caso de o projeto envolver um ou mais estudantes de Jornalismo, desde que na qualidade de "aprendizes de produção", devidamente matriculados em instituição universitária. As ajudas de custos a estes estudantes não poderão ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total da Bolsa de Incentivo à Investigação.

Observações:

I) Os recursos da Bolsa de Incentivo à Investigação não poderão ser utilizados para pagamento de salários ou compra de equipamentos.

II) Deverão ser privilegiados os gastos com viagens e pesquisas.

III) O custo de ligações telefônicas consideradas no orçamento só será válido mediante comprovação posterior de conta com descrição dos números utilizados no processo de investigação.

IV) Casos omissos e dúvidas serão esclarecidos pela equipe de produção do Concurso, na ANDI.

Total Orçamento	<input type="text"/>	Data prevista	<input type="text"/>
Observações sobre data/horário previstos para publicação/veiculação	<input type="text"/>		
Espaço estimado para a publicação ou veiculação de reportagem	<input type="text"/>		
Outras informações	<input type="text"/>		
Experiência do Jornalista	<input type="text"/>		

ANEXO D – Modelo de Carta-Compromisso da 4a. edição do Concurso Tim Lopes

Disponível em: <www.andi.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2008.

Carta Compromisso

Eu, _____
 (responsável pela empresa), _____ (cargo), em nome do(a)
 _____(empresa), CNPJ
 nº _____, com sede em
 _____ (cidade/estado), firmo junto à
 ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) e ao Instituto WCF - Brasil,
 organizadores do **4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística**, que
 reconhece idéias inovadoras para a cobertura de temáticas relacionadas ao Abuso e à
 Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, o compromisso de apoiar a realização do
 projeto _____ de _____ investigação _____ jornalística
 _____ (nome do projeto), coordenado
 pelo(a) jornalista _____ e cuja estrutura é
 descrita no projeto selecionado pela comissão julgadora do concurso. A direção do (a)
 _____ (nome do veículo) compromete-se a
 veicular, no período entre 15 de outubro a 15 de novembro de 2008, o resultado da apuração
 em forma de reportagem especial, conforme determina o Capítulo V do regulamento oficial
 do Concurso.

Data: ____/____/____

Responsável

Veículo:

ANEXO E – Reportagens

Arquivos em pdf disponíveis em:

<http://www.andi.org.br/mini_sites/tim_lopes/quarta_edicao/>. Acesso em: 13 abr. 2008.

Categoria Jornal

Ano: 2002

Caderno *Confissões de Família*, produzido pelas jornalistas Maria Clarice Dias, Juliana César Nunes e Marina Oliveira, do Correio Braziliense (DF) sobre o abuso sexual no ambiente familiar.

Caderno *Nos Jardins da Infância*, produzido pelos jornalistas Suzana Varjão, Ricardo Mendes e Rosana Zucolo, do jornal A Tarde (BA), sobre aspectos sociais e econômicos, políticas públicas e legislação referente à violência sexual.

Ano: 2004

Série de oito reportagens especiais produzidas pela jornalista Jaqueline Ferreira e pelo repórter fotográfico Renato Chalú, do Jornal O Liberal, de Belém do Pará, sobre a realidade das adolescentes que se tornam vítimas da exploração sexual comercial em boates e outros estabelecimentos em Caiena, na Guiana Francesa, e Panamaribo, no Suriname.

Série de reportagens *Infância no Limite*, produzidas pelo jornalista Mauri König e pelo repórter fotográfico Albari Rosa, do jornal Gazeta do Povo (PR), sobre as causas e conseqüências da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em 66 municípios brasileiros, principalmente nas fronteiras com outros países, de Chuí-RS a Corumbá-MS.

Ano: 2006

Caderno especial de 12 páginas *Inocência Perdida*, produzido pela repórter Érika Klingl, do Correio Braziliense, que revela a relação direta entre a exploração sexual de crianças e adolescentes e o baixo desempenho escolar. As matérias mostram que 927 municípios brasileiros registram o problema.

Caderno especial de 12 páginas, produzido por equipe liderada pelo jornalista Ricardo Mendes, do jornal A Tarde (BA), que viajou por mais de 9 mil quilômetros entre diversas cidades da Bahia e investigou as falhas no sistema de proteção de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual.

Categoria Revista

Ano: 2002

Matéria *Dormindo com o inimigo*, produzida pelas jornalistas Mônica Beatriz Figueiredo e Bia Sant'Anna, da *Revista MTV* (SP), que convida o público jovem a refletir sobre o abuso sexual, alertando que este é um risco para pessoas de qualquer condição sócio-econômica e cultural.

Ano: 2004

Série de matérias sobre a atuação de pedófilos na internet, produzidas pelos jornalistas Alan Rodrigues e Mário Simas Filho, da Revista IstóÉ. *Perigo Digital* (27 de outubro); *Bandido ou doente* (10 de novembro) *Exemplo da Europa* (22 de dezembro) são os nomes das matérias publicadas.

Categoria Rádio

Ano: 2002

Série de matérias *Acolhimento com dignidade*, produzida pelas jornalistas Nelcira Nascimento e Ângela Bastos, veiculada pela Rádio Gaúcha (RS) e Diário Catarinense (SC), sobre a situação do atendimento às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual nos serviços de saúde do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Ano: 2004

Série de cinco radiodocumentários produzidos pela jornalista Márcia Detoni, da Radiobras, sobre os diversos tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes: Exploração Sexual nas Rodovias; Tráfico de Crianças e Adolescentes; Abuso Intrafamiliar; Turismo Sexual; Exploração Sexual Decorrente da Miséria e Necessidade de Sustento.

Ano: 2006

Série de reportagens *Dor sem Remédio*, produzida por equipe liderada pelo jornalista Carlos Morais, da Rádio Jornal AM de Recife, sobre a situação do atendimento médico a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em Pernambuco. Durante as apurações, constataram o despreparo da rede de saúde para lidar com esse público.

Categoria TV

Ano: 2002

Série de reportagens **Infância Roubada**, produzida pelos jornalistas Wallace Lara e Ana Quezado, veiculada pela TV Verdes Mares, em Fortaleza (CE) (e reproduzida nacionalmente pelo Programa Fantástico, da Rede Globo), sobre a relação do turismo no Nordeste e a incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ano: 2006

Reportagem com mais de 20 minutos de duração produzida por equipe liderada pela jornalista Alinne Passos, do programa *Domingo Espetacular*, da TV Record, sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas.

Categoria Mídia Alternativa

Ano: 2004

Série *Asas Feridas*, composta por 27 matérias produzidas pelo Núcleo de Jornalismo Experimental do Curso de Comunicação da Faculdade Social da Bahia, produzidas por alunos e pelos jornalistas coordenadores do projeto Leandro Colling, Walter Fernando Garcia e Rosana Zucolo, sobre o abuso e a exploração sofridos por crianças e adolescentes do sexo masculino.

Ano: 2006

Série de dez reportagens produzida pela jornalista Fernanda Sucupira, da Agência Carta Maior (SP), sobre a impunidade dos que cometem abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Categoria Temática Especial

Ano: 2006

Série de reportagens produzidas por equipe liderada pelo jornalista Cláudio Ribeiro, do jornal *O Povo* (CE), sobre os principais pontos de exploração sexual infanto-juvenil encontrados à margem das rodovias do Ceará.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)